



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UILMA MAÍRA QUEIROZ SILVA

"MULHER TAMBÉM É GENTE":

o Benvirá e a emergência de novos sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira,
sertão do Pajeú - PE, entre 1983 -1987

Recife

2020

UILMA MAÍRA QUEIROZ SILVA

"MULHER TAMBÉM É GENTE":

o Benvirá e a emergência de novos sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira,
sertão do Pajeú - PE, entre 1983 -1987

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre(a) em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Prof^o. Dr. Renato Pinto

Coorientadora: Prof^a. Dra. Andrea Lorena Butto Zarzar

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdecir Alves Silva, CRB4-1260

S586m Silva, Uilma Maíra Queiroz.
“Mulher também é gente”: o Benvirá e a emergência de novos sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira, sertão do Pajeú – PE, entre 1983-1987/ Uilma Maíra Queiroz Silva. – 2020.
140f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto
Coorientadora: Prof. Dr. Andréa Lorena Butto Zarzar.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. História. 2. Mulheres rurais – Mulheres do campo. 3. Série Benvirá - Negra. 4. Território do Pajeú. 5. Mobilização popular de mulheres rurais. 6. ANC. I. Pinto, Renato(Orientador). II. Zarzar, Andrea Lorena Butto (Coorientadora). III. Título.

981.34CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-095)

UILMA MAÍRA QUEIROZ SILVA

"MULHER TAMBÉM É GENTE":

o Benvirá e a emergência de novos sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira,
sertão do Pajeú - PE, entre 1983 -1987

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre(a) em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Aprovada em 26/08/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Renato Pinto (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Andréa L. Butto Zarzar (Co-orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral Nascimento (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Abreu e Lima (Examinadora Externa)
Professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Sou grata a quem encontrei na vida, por cada vento que soprou na construção do meu ser. Umas foram ventanias leves, outras, verdadeiros redemoinhos. Alguns ventos passageiros e outros perenes que sobram meu cotidiano. Sinto esse ar no meu pensamento, no meu corpo, na minha alma.

Quando esta dissertação ainda era projeto, já colecionava nomes para esse agradecimento, mas adiei tal escrita, como adio muitos dos meus pensamentos e desejos. Depois entendi que deixei para depois várias coisas, como planos para a formatação, *insight* de narração, de análises, considerações, inclusive os agradecimentos.

Sendo a pós-graduação um momento privilegiado para o autoconhecimento, já que a escrita é o exercício de se colocar no mundo. Partir do pensamento sobre mim mesma, as reflexões intelectuais que redigiram tais palavras. Nessa caminhada para dentro (introspecção) e para fora (escrita), percebi que tinha muito medo de não concluir esse processo. Pareciam não haver luz no fim do túnel dado os percalços políticos, sociais e culturais que vivemos mais intensamente desde 2016. Mudei-me para Recife. Eleições em 2018. A sequência de desmonte em 2019 e Pandemia em 2020.

Ser sensível e, por vezes, melancólica, assim como sou, ocupava meus pensamentos com o medo do futuro. Foi necessário um exercício contínuo de aterrar meus pés no presente, respirar o ar que me circunda. Hoje sei que pensar demais no futuro me paralisa. Entrei num limbo de anestesia e angústia. Tal estado colocava em cheque a possibilidade de existência das linhas que seguem. Como pode escrever sobre o passado, uma historiadora que não está no presente?

Assim, para viver o presente foi fundamental o acesso a práticas integrativas de saúde, disponíveis no Serviço Integrado de Saúde – SIS, que através do SUS em parceria com a UFPE possibilitou o acesso a práticas como constelação familiar, yoga e Análise Bioenergética, etc. Portanto, minha imensa gratidão ao SUS e aos profissionais de saúde do SIS, em especial a terapeuta Bianca Pontes que media, semanalmente, um grupo de pessoas em busca de si, a integrar corpo e mente no aqui e agora. Aliado ao SIS, foi muito importante o acesso a psicoterapia clínica que acessei via Serviço de Psicologia Aplicada da UFPE.

Engraçado que, enquanto escrevia sobre o SIS, lembrei que foi Lourdes Luna, uma das protagonistas dos acontecimentos que narro nas páginas que seguem, quem me contou da existência de um serviço de terapias integradas pelo SUS. Isso reflete um tanto da minha

relação afetiva, além da profunda admiração por ela. Ao passo que depõe sobre as relações políticas e de pesquisas que Lourdes constrói conosco, elas não são secas, duras, rígidas, cartesianas. São laços, encantos, abraços, sabedoria. Como a própria Luna diz: Sou encantadora de gentes para a luta! E é mesmo. Preciso confessar meu encantamento por essa mulher. Sua história de vida me instiga, ao ponto de ter escrito um tópico apenas sobre ela, mas que, ao final, retiramos do texto final da dissertação, pois tal centralidade não cabia na História que aqui escrevo, pois a multiplicidade e complexidade de sujeitos ecoam de modo que não há papel principal, além do que não acredito na história dos heróis e heroínas. Portanto, como historiadora, busco não monumentalizar Lourdes Luna, embora como pessoa sensível que sou, a ame e seja muito grata por tudo, sobretudo pela relação que construímos. Lourdes Luna, muito obrigada. És chuva no sertão.

E por falar de sertão, sou grata de maneira muito especial ao corpo docente do Departamento de História da antiga Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira - FAFOPAI, atual Faculdade do Sertão do Pajeú – FASP. De modo especial a José Rogério Oliveira que foi meu orientador na graduação e na especialização com quem construí amizade e cumplicidade que atravessa nossa intelectualidade e nosso ser no mundo. Rogério, eu e Juliana Carlinda nutrimos juntos o Núcleo de Estudos de Gênero do Sertão do Pajeú na instituição, troca que foi fundamental para o encorajamento do meu desejo de estudar História das Mulheres e as Relações de Gênero. Além de Rogério e Juliana, sou grata a Adalva Siqueira, Cinthia Barbosa, Augusto César Acioly, Genildo Santana, Wilson Pinto, dentre todas educadoras com quem me encontrei na faculdade. Sem contar o pessoal da turma e do mandato do DCE que compus. Agradeço, ainda, as turmas que me permitiram mediar o caminho da aprendizagem, que caminharam comigo, aprendo muito como aluna e mais ainda como docente, na conversa, no exercício da oralidade, na presença da sala de aula, dos corredores e nas relações que construímos. Além da vaidade, a motivação maior de concluir esse mestrado é o desejo de seguir lecionando, sobretudo no ensino de adultos.

Convém agradecer à entidade que financiou minha bolsa de pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), embora creio que o acesso e financiamento a pesquisa deva ser um direito para qualquer área do conhecimento, em especial à ciência histórica. Num momento de retrocessos na garantia de direitos, pensei muito no privilégio que eu estava acessando, já venho de onde se considerava o Ensino Médio como o término dos estudos. De fato só foi possível cursar e concluir o mestrado graças a bolsa de estudos, pois era daí que vinha minha alimentação e moradia perto da universidade. Portanto obrigada CNPq pelo financiamento da minha pesquisa.

Seguindo o agradecimento às instituições, cuja existência e resistência possibilitaram essa dissertação, sou muito grata ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que aceitou meu projeto de pesquisa e que me deu base para sua conclusão. Em especial menciono o meu orientador oficial, o professor Drº Renato Pinto, pela confiança e autonomia. À secretaria, nas pessoas de Sandra Regina e Maria Caroline. Agradeço também às professoras Drª Maria do Socorro Abreu e Lima e Christine Paulette Yves Rufino Dabat e os professores Drº Flávio Antônio Paulo de Moraes Rezende e Flávio Weistein Teixeira, que de forma direta e indireta contribuíram teórica e metodologicamente para esse trabalho.

Além do PPGH, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS-UFPE, através da professora Drª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. Também veio desse programa a minha co-orientadora, a doutora pelo PPGS-UFPE Andréa Lorena Butto Zarzar, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Com Andréa Butto tive um encontro forte de admiração e temor ao mesmo tempo, pela militante, pesquisadora, professora e orientadora que é. De cá, eu, construindo minha coragem e Andréa muito forte e determinada já. Andréa é generosidade e celeridade; já eu, rumino, às vezes empacando por uma palavra ou expressão. No fim, o trabalho que vos apresento só é o que é pela presença constante e dedicada de Andrea junto a mim. Sou eternamente grata pelos ensinamentos teórico-metodológicos e, sobretudo, pela educação para a autenticidade que me provocaste, apenas sendo quem és, Andréa.

Continuarei a citar muitas mulheres que a exemplo de Andréa alimentam minha asas. Agora evoco os grupos e coletivos que permitiram encontros com sujeitas políticas. Gratidão ao Grupo Mulher Maravilha de Nova Descoberta (Recife-PE), ao grupo Mulheres de Benvirá, ao Fórum de Mulheres do Pajeú e Fórum de Mulheres de Pernambuco, além do Movimento de Mulheres no Audiovisual PE e da República Feminista do Sertão do Pajeú. Através da pesquisa, militância e acolhimentos desses coletivos, vou construindo meu ser mulher no mundo. Alimentando juntas a nossa luta e a fé que Dias Mulheres virão. “Somos um círculo, dentro de um círculo sem começo, meio e fim”, aprendi com Denise e as vivências de Teatro Terapêutico para Mulheres por Hilda Torres. Onde entrelacei afetos com companheiras da jornada para o auto-amor e cuidado. Agora tenho certeza, só com acolhimento, afeto e autocuidado o feminismo cotidiano é possível. Ecoou a voz que diz: “O pessoal é político”, nos passos de honrar a minha história de vida e de onde vim.

E eu vim de Maria do Socorro da Silva e Anízio Gonçalves de Queiroz, Mainha e Painha, gratidão pela minha vida e do meu irmão Ricardo Queiroz. Agradeço também a Maria

Valderez Gonçalves a vida das minhas irmãs Maria Valdilene Gonçalves de Queiroz e Valdiana Gonçalves de Queiroz e a Valdeilson Gonçalves de Queiroz. Sou porque somos. Agradeço às minhas sobrinhas Ellen Larissa Gonçalves de Queiroz e Heloisa Pires de Queiroz, meus sobrinhos Natan Lucas de Queiroz Gomes e Heitor Pires de Queiroz pelo afeto e carinho que fecundam minha alma. Quando me mudei para longe de Afogados da Ingazeira-PE a lembrança e o amor de vocês me acompanharam na vontade de voltar ao quarto de alegria e amor e, contraditoriamente, no desejo de ir mais longe. Obrigada por serem ninho e não alçapão. Assim também é minha amiga-irmã Silmara Ferreira Marques e minha madrinha Rosângela do Nascimento. Elas viram que sou águia, pois antes mesmo que eu desse por mim fortaleceram minhas asas e me ensinaram a voar.

Voando encontrei Thays Eduarda, Gisélia Lima, Odília Nunes e Clarissa Siqueira com suas asas abertas para voos e abraços mundo afora. Em outras árvores de voos reencontrei águias do meu lugar: Maria Cinthia Pio, Mayara Libânia e Maria Samara com Cássio e Violeta, amigas que creio seguir sonhando e praticando o feminismo mundo afora.

Também encontrei outro ninho para descansar as asas e os pés cansados, na *casinha*. Com Hacsa Priscila, Whodson Silva, Atã Iakovisk, Poliane Forte, Nathália Roberta, Amanda Ramos e Maria Cinthia Pio tenho construído relações de respeito e cuidado mútuo na Várzea do Capibaribe. A *casinha*, além de casa, é um grupo de estudo cotidiano, estudo de si, dos outros, do mundo e das ciências humanas. A mesa de café e a sala são sempre uma mistura de debate, palestra, seminário, apresentação oral e arguição de nossas pesquisas, seja na História, na Antropologia, na Sociologia, na Saúde, nos feminismos e sobretudo nas Arte. Cá e além, esse rebanho de aves “arribadeiras” vamos construindo e fortalecendo o que somos e a nossa produção acadêmica, artística e militante pelo mundo. Agradeço também a Thays Albuquerque, Luciene Malta, Amandine Goisbault, Gilvânia, Paula Vanessa, Laeiguea, Gabriel Góis, Alberto e Douglas pelas trocas e encontros.

Especialmente, por fim, gratidão a Fátima Silva que cuida do espaço O Benvirá em Afogados da Ingazeira, por ter me permitido acesso aos arquivos do O Benvirá e a Risolene Lima, que ainda na pesquisa de especialização me apresentou tal arquivo. Sou grata também ao Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Tabira e à Cúria Diocesana de Afogados da Ingazeira por disponibilizar arquivos para a pesquisa.

Nessa direção, sigo agradecendo a todas as pessoas que dedicam uma parcela do seu tempo para conversar comigo sobre suas histórias de vida, em 2016 e 2017 por ocasião da gravação do documentário *O bem virá*, sendo elas: Quitéria da Silva Melo Nascimento, Lourdes Luna Araújo, Maria Aparecida Bezerra, Maria Aparecida da Silva, Maria Evani dos

Santos Alcântara, Maria Feitosa de Oliveira, Narciso Cechinel e Rosilda Soares da Silva. Somaram-se elas, as entrevistas que realizei especificamente para essa dissertação em 2019, desta vez encontrei com: Maria das Dores Santos (Dôra Santos), Maria de Lourdes Gonçalves, Rosilda Bezerra Oliveira e José Patriota Coimbra Filho (Patriota).

Ufa! Esse processo de autoconhecimento, construção de narrativa de si, não é fácil, sem a presença dessas sujeitas a quem aqui agradeço, nem uma palavra a seguir seria escrita. Pois, embora o exercício de argumentação seja racional, o corpo precisa ter energia suficiente para transpor o pensado para o escrito, e “pense” num caminho longo e árduo foi para mim, “vomitar” de forma minimamente sistemática essas linhas. De modo que não acredito que este produto que aqui lhes apresento não resulta de um esforço individual, embora, por vezes, o sentimento de solidão me assolava, foi apenas na relação com a minha família, a *casinha*, amigas e amigos, professoras e professores, colega da turma do mestrado, etc., que essa escrita se fez real e concreta, deixando de ser apenas ideias para ser caminho escrito. A todas e todos que fizeram parte desse caminho, gratidão.

No último momento, faltava “apenas” os agradecimentos. Resultado: sem fôlego. Montei agradecimento genérico para a banca. Palavras de um poema-coragem que todos esses encontros nutriram em mim, agora encerro com elas, como forma de agradecimento a todo mundo que acreditou nesse broto-coragem.

Coragem, às vezes nem acredito que tu faz parte de mim.
Tem dias que te procuro e não te acho.
Parece estar dormindo.
Tem dias que quando te encontro tomo um susto.
Tem dias que tu chega como um tapa na cara.
Tem dias que és companheira.
Tem dias que vens majestosa.

Coragem, quando te senti de maneira consciente,
Encaraste-me árvore...

Tipo Pau d’arco roxo na caatinga,
só flore às vezes.
Tipo Baraúna num descampado.
Tipo Baobá,
dá flores que olham o chão.
Tipo Barriguda,
nunca vi.
Tipo tantas árvores...
A maioria nem sei o nome.

Depois desse encontro,

disse a mim mesma:
- Medo eu não posso mais ter!

Mas parece que o medo é teu chão.
Onde tuas raízes estão fincadas.

Coragem, estou aprendendo,
é rasgando o medo que tu brota.

“[...] nos resta sensibilidade, vozes e gestos ainda que não saibam mas nos digam ‘sinto muito’, existimos antes de não terem tempo para outras configurações de mundo.” (MATOS, 2019).

“Resistir é um ato, uma manifestação que se constrói e se elabora nas práticas concretas do cotidiano. (...) Que essas práticas de resistências e conquistas inspirem, em todos e todas nós, coragem e esperança.” (ALMEIDA, 2020).

"Com a fúria da beleza do sol." (EMICIDA, 2019).

RESUMO

Esta dissertação historia a emergência das mulheres como novos sujeitos políticos, através da atuação do Benvirá nas zonas rurais e urbanas de Afogados da Ingazeira e nas cidades vizinhas de Ingazeira, Tabira e Solidão, localizadas no Sertão do Pajeú, em Pernambuco, no período de 1983-1988. Coloca em relevo o processo de redemocratização, destacando, sobretudo, a atuação e influências de novos sujeitos políticos e a cultura política deste contexto. Os objetivos principais da pesquisa se centraram em: identificar os antecedentes das lutas das mulheres no momento da Constituinte com as mobilizações em prol do reconhecimento das mulheres como gente; mapear as articulações do Benvirá com os movimentos de mulheres, com a Igreja e com o movimento sindical de trabalhadores rurais; e evidenciar as estratégias e articulações políticas, nos contextos históricos do Sertão do Pajeú e a nível estadual e nacional para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) 1987-1988. Para tanto, fizemos uso da abordagem da História das Mulheres, aliada à metodologia de História Oral. No desenvolvimento desta pesquisa, realizamos entrevistas com as militantes que participaram de tais mobilizações e fizemos uso de fontes escritas do Grupo Benvirá referentes aos anos de 1986 e 1987. Nossa narrativa atentou para as desigualdades de gênero, com particular atenção para a situação das mulheres rurais, nas formas de resistência cotidiana como base para a criação de organizações de mulheres rurais na redemocratização. A análise se apoiou ainda nas reflexões do território sertanejo como um lugar não apenas da retirada, mas, principalmente, da emergência de novos sujeitos políticos. Os resultados demonstram que o Benvirá participou ativamente na proposição de pautas e emendas para a ANC, como atuou em distintos níveis, como construiu alianças com outros sujeitos e também fortaleceu processos auto-organizativos apoiados na educação popular que permitiram conquistas na ANC e para além dela.

Palavras-chave: mulheres rurais; Benvirá; Sertão do Pajeú; movimentos e organizações de mulheres; Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988.

RESUMEN

Esta tesis historia la emergencia de las mujeres como nuevos sujetos políticos, a través de la actuación del Benvirá en zonas rurales y urbanas de Afogados da Ingazeira y en las ciudades vecinas – Ingazeira, Tabira y Solidão –, situadas en Sertão do Pajeú, en Pernambuco, en el período de 1983 hasta 1988. Pone en relieve el proceso de redemocratización, señalando, en especial, el desempeño y las influencias de nuevos sujetos políticos y la cultura política de este contexto. Los objetivos principales de la investigación se centraron en: identificar los antecedentes de las luchas de las mujeres en el momento de la Constituyente con las movilizaciones a favor del reconocimiento de las mujeres como personas; mapear las acciones del Benvirá junto a los movimientos y organizaciones de mujeres, con la Iglesia y con el movimiento sindical de trabajadores rurales; y evidenciar las estrategias y relaciones políticas, en los contextos históricos de Sertão do Pajeú y a nivel de la provincia de Pernambuco y también nacionalmente para la Asamblea Nacional Constituyente (ANC) 1987-1988. Para eso, usamos el enfoque de la Historia de las Mujeres, juntamente con la metodología de Historia Oral. En el desarrollo de la investigación, realizamos entrevistas con las militantes que participaron de las citadas movilizaciones y utilizamos fuentes escritas del Grupo Benvirá referentes a los años de 1986 y de 1987. Nuestra narrativa se enfocó en las desigualdades de género, con particular atención para la situación de las mujeres rurales, las formas de resistencia cotidiana como base para la creación de organizaciones de mujeres rurales en la redemocratización. El análisis se fundamentó, también, en las reflexiones sobre el territorio sertanejo como un lugar no solamente de emigración, sino, primordialmente, de emergencia de nuevos sujetos políticos. Los resultados muestran como el Benvirá participó activamente en la proposición de directrices y enmiendas para la ANC, como actuó en diferentes niveles, construyó alianzas con otros sujetos y también fortaleció procesos de autoorganización con apoyo de la educación popular, lo que permitió conquistas en la ANC y más allá de ella.

Palabras-clave: mujeres rurales; Benvirá; Sertão do Pajeú; movimientos y organizaciones de mujeres; Asamblea Nacional Constituyente 1987-1988.

ABSTRACT

This dissertation chronicles the emergence of women as new political actors, through the performance of Benvirá in rural and urban areas of Afogados da Ingazeira and in the neighboring cities of Ingazeira, Tabira and Solidão, located in Sertão do Pajeú, in Pernambuco, in the period of 1983 -1988. It delves with the redemocratization process, highlighting, above all, the role and influences of new political subjects and the political culture of this context. The main objectives of the research were centered on: identifying the antecedents of the struggles of women at the time of the Constituent Assembly with the mobilizations in favor of the recognition of women as people; mapping Benvirá's articulations with the women's movements, with the Church and with the rural workers' union movement; and highlight the strategies and political articulations, in the historical contexts of Sertão do Pajeú and at the state and national level, for the National Constituent Assembly (ANC) 1987-1988. Therefore, we used the Women's History approach, combined with the Oral History methodology. In developing this research, we conducted interviews with activists who participated in such mobilizations and made use of written sources from the Benvirá Group referring to the years 1986 and 1987. Our narrative paid attention to gender inequalities, with particular attention to the situation of rural women, in the forms of daily resistance as a basis for the creation of rural women's organizations in the redemocratization process. The analysis was also based on the reflections of the country's territory as a place not only for retreat, but mainly for the emergence of new political actors. The results demonstrate that Benvirá actively participated in proposing agendas and amendments for the ANC, acting at different levels, building alliances with other subjects and also strengthening self-organizing processes supported by popular education that allowed achievements in the ANC and beyond.

Keywords: rural women; welcome; Sertão do Pajeú; women's movements and organizations; National Constituent Assembly 1987-1988.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Alto Pajeú de 1985	66
Mapa 2 -	Sertão do Pajeú de 2015.....	67
Figura 1 -	Missa solene em celebração ao Dia do Trabalhador em 1981 (fiéis).....	71
Figura 2 -	Missa solene em celebração ao Dia do Trabalhador em 1981 (altar).....	72
Figura 3 -	Movimento pelas Diretas Já! Afogados da Ingazeira - PE.....	79
Figura 4 -	Concentração da Passeata de reivindicação do alistamento feminino nas Frentes de emergência.....	91
Figura 5 -	Frente de trabalho: fileira apenas com gestantes (14/11/1983).....	94
Figura 6 -	Palhoças Frentes de Emergência 1983.....	96
Mapa 3 -	Mapa da localização dos grupos de mulheres na zona rural de Afogados da Ingazeira.....	102
Figura 7 -	Emenda 020 – Direitos e Garantias da Mulher.....	115
Figura 8 -	Emendas 052 e 053 – Reforma Agrária.....	123
Figura 9 -	Emenda 065 – Saúde da Mulher (aborto).....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACO	Ação Católica Operária
ACR	Ação Católica Rural
AEDAI	Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
ANMTR–Sul	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
CAGEP –	Companhia de Armazéns Gerais de Pernambuco
CEAC	Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTC	Centro de Trabalho e Cultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER-PE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco
ESC	Empresa Simples de Crédito
FAFOPAI	Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira
FASP	Faculdades Integradas do Sertão do Pajeú
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Pernambuco
GMM	Grupo Mulher Maravilha
IEG	Instituto de Engenharia e Gestão
MEB	Movimento de Educação de Base
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR-NE	Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MMTR Sertão Central	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco
MST	Movimento dos Sem Terra
MTC	Movimento de Trabalhadores Cristãos
ONG	Organização não-governamental
PDS	Partido Democrático Social (antigo Arena)
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PJ	Pastoral da Juventude
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (antigo MDB)
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PP323	Partido Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	Metodologia.....	26
1.1.1	Caminhos metodológicos.....	27
1.1.2	Caminhos das fontes.....	29
2	“FELIZ DA MULHER QUE SE ORGANIZA”: CONTEXTUALIZAÇÃO....	40
2.1	Conciliação e Redemocratização no Brasil de 1985-1988.....	41
2.2	Tencionando a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988.....	44
2.3	A emergência de novos sujeitos políticos.....	47
2.4	Movimento de Mulheres e Feminista na Constituinte.....	50
2.5	Movimento de Mulheres Rurais e Constituinte.....	55
3	SERTÃO DO PAJEÚ: TERRITÓRIO DE LUTA POR DIREITOS.....	58
3.1	“O perigo da História única”.....	58
3.2	O Sertão do Alto Pajeú na década de 1980.....	63
3.3	“Eu quero Direitos” ou “O povo precisa aprender que é gente”.....	69
3.4	Grupo Mulher Maravilha – GMM.....	74
3.5	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU.....	78
4	“MULHER TAMBÉM É GENTE!”.....	82
4.1	“Viúvas da seca” e resistências cotidianas.....	82
4.2	“Essa frente de emergência, foi só de mulher (...) realmente a gente tinha coragem de ser dona de si”.....	92
4.3	Mulheres na Luta, Mulheres de Benvirá e Grupo Benvirá.....	97
5	“SÓ TEMOS NOSSA VOZ E NOSSA FORÇA E DEVEMOS FAZER USO DELAS”.....	110
5.1	O Grupo Benvirá na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.....	110
5.2	O Povo na Constituinte e Direitos e Garantias da Mulher na Assembleia Nacional Constituinte.....	112
5.3	Ações e articulações a nível Local, Estadual e Nacional.....	116
5.3.1	Ações e atividades locais.....	116
5.3.2	Ações e articulações Estaduais – Pernambuco.....	119
5.3.3	Ações e articulações Nacionais.....	121
5.4	“E se nós participar(mos) com as nossas propostas e opinião, quem sabe.....	125

6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

O período de 1987 e 1988 está inserido no contexto chamado de Redemocratização na história do Brasil que, de maneira geral, é delimitado de 1985 a 1989, correspondendo à conclusão da abertura política da Ditadura Civil Militar para a Nova República Democrática.

Momento de rearranjos do fazer político institucional e não-institucional no país, uma vez que ao mesmo tempo ocorreu a transição democrática a do antigo regime (ditatorial) para o novo (democrático), e os movimentos sociais se fortaleceram com a emergência de novas atrizes e atores sociais que passam a tencionar e disputar o fazer político no período.

Os estudos sobre a Redemocratização podem ser classificados em quatro vertentes, segundo Ana Cláudia Chaves Teixeira (2000), sendo elas: 1) a sociedade brasileira teria aversão à política de representatividade democrática; 2) a crise econômica seria um fator a impossibilitar a democracia em reestruturação; 3) o patrimonialismo e as visões que privilegiam a noção de cultura política seriam características do povo brasileiro, tornando difícil a consolidação da democracia; 4) as ações dos movimentos sociais teriam sido influenciadores diretos, tornando possível a consolidação da democracia.

De maneira mais detalhada, na primeira vertente O'Donnell (1993, *apud*, TEIXEIRA, 2000) caracteriza a Democracia Brasileira e de outros países da América Latina como frágeis, podendo desembocar em regimes autoritários, pois em tais países a democracia teria dificuldade com os padrões de representatividade, haja vista a dissonância entre os representantes eleitos e a desigualdade social da população. Na segunda vertente, Wffort (1991, *apud*, TEIXEIRA, 2000), diz respeito aos que afirmavam que a democracia no Brasil se mostrava incapaz para solucionar as questões econômicas, sendo a redemocratização um momento de reformas políticas, mas ao mesmo tempo de grave crise econômica, o que seria um fator limitador da democracia. Na terceira interpretação, Coutinho (1984, *apud*, TEIXEIRA, 2000) considera a cultura política como ponto de partida da análise e procura observar como a sociedade brasileira está situada frente à democracia concluiu estaria fadada ao patrimonialismo.

Por sua vez, Teixeira (2000), na quarta vertente investiga a atuação dos movimentos sociais que surgiram das décadas de 70 e 80, e sua capacidade de sacudir a cultura democrática que se formara, analisando os movimentos sociais como sujeitos políticos a serem considerados na construção da democracia, que oportunizaram mudanças no conceito de política, ao conclamar que o cotidiano e as desigualdades sociais são questões políticas (EVERS, 1984; ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 1998 *apud* TEIXEIRA, 2000).

Embora não nos limitemos a autoras e autores de apenas uma das linhas de análises, já que uma não exclui a outra e se complementam (TEIXEIRA, 2000). Nosso estudo se filia à quarta corrente, pois esta não só coloca em relevo a atuação dos movimentos sociais, nesse contexto político, como analisa o impacto dessas organizações no processo político brasileiro, algo que é secundarizado por outras abordagens.

A Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988 foi potencializada pelos movimentos sociais como caminho de participação ativa da sociedade civil na política e na transição do país. Inicialmente essas organizações tencionaram o Congresso Constituinte até aprovar no regimento interno a inclusão das Emendas Populares. Tais emendas se configuraram como instrumentos de participação, através do qual poderiam apresentar propostas de lei na forma de abaixo assinados, e defendê-las em plenário. Segundo Brandão (2011), as emendas passaram a compor o novo repertório de lutas e disputas dos movimentos, sendo instrumento de pressão frente a política institucional para garantia de direitos, ao mesmo tempo que essas articulações fortalecem os movimentos como sujeitos políticos potentes.

Potência esta, vista como ameaça pelos grupos políticos de centro-direita, assim, a ala conservadora do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB¹, que liderou o centrão que reagiu aos avanços progressistas (NOGUEIRA, 2010). As tensões se amplificaram entre os interesses da corrente progressista (da qual faziam parte deputados dos partidos de esquerda e os movimentos sociais) e o Centrão (composto pela ala conservadora do PMDB, PFL, empresários e ruralistas). O resultado desse jogo de forças pode-se ver na versão final da Constituição Nacional de 1988, onde encontramos também a garantia de acúmulo de terras ilimitadas (contrariando as propostas do movimento de trabalhadores rurais) e o reconhecimento da cidadania das trabalhadoras rurais, reivindicação presente na Carta das Mulheres, documento apresentado à Assembleia pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM² (DEERE, 2004).

O amplo movimento de mulheres se nacionalizou no período da redemocratização, com a mobilização para a Constituinte 1987-1988. As trabalhadoras rurais, nesse contexto, conquistaram sua cidadania e reconhecimento enquanto trabalhadoras e ainda consolidaram as

¹ Partido criado em 1966, como Movimento Democrático Brasileiro - MDB, partido de oposição à ARENA, partido dos militares, no sistema bipartidário da Ditadura. No processo de redemocratização, agora PMDB era o maior partido em número de deputados, inclusive na Constituinte, partido do presidente José Sarney, de Ulisses Guimarães e da maioria dos deputados conservadores do Centrão.

² As feministas que acreditavam na institucionalização lutaram junto aos primeiros governos civis e criaram em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (a exemplo de uma iniciativa estadual em São Paulo em 1982). A instituição atuou fortemente na ANC, se colocando em diversas comissões para pleitear direitos das mulheres. O Conselho conseguiu realizar uma mobilização enorme dos movimentos de mulheres, feministas, de sindicatos, de parlamentares para a Constituinte de 1987-88.

relações com os movimentos mistos a exemplo da luta por Reforma Agrária e melhores condições de trabalho e direitos sociais (SOARES, 1998).

Não entendemos o movimento de mulheres e feministas como um todo homogêneo, no entanto, se faz necessária uma contextualização dessas mobilizações num plano mais amplo nesse período, mesmo que distinto e por vezes distante dos movimentos de mulheres rurais. Foi na década de 1980 que muitos movimentos de mulheres e feministas se constituíram como sujeitas políticas³ numa diversidade de movimentos sociais. Buscando evidenciar essa diversidade, partimos de análises gerais, correlacionando-as ao movimento de mulheres rurais, sobretudo no Nordeste.

Segundo Céli Pinto (2003) as mudanças políticas que mais influenciaram a organização e atuação do feminismo no Brasil (em especial nas áreas urbanas e nos grandes centros) foram a anistia e a reforma partidária. Essas mudanças acarretaram a expansão das ideias feministas e, ao mesmo tempo, promoveram o surgimento de múltiplas vertentes, formas organizativas e atuação política das mulheres em movimento.

No decorrer dos anos 80, o encontro entre as feministas que foram exiladas políticas e as que permaneceram no Brasil e construíram relações com diversas classes sociais, (Silva, 2016) trouxe à tona temas como Violência contra a Mulher, Saúde da Mulher e Sexualidade. Estes se tornaram preocupação principal feminismo institucional ou de serviço através de ONG's nos anos 1990 (PINTO, 2003).

Embora a década de 1980 seja também marco para a organização, os eventos históricos que mais influenciaram tal mobilização não se limitam à Lei de Anistia e a Reforma Partidária, pois mulheres rurais do sertão nordestino atuavam em diversas frentes: nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; nas Comunidades Eclesiais de Base - CEB's; presença de mulheres de esquerda (de origem mais humilde) que tiveram como destino no auto-exílio no interior; em organizações e partidos de esquerda que compunham a resistência à Ditadura Civil-Militar como é o caso da fundação do PT - Partido dos Trabalhadores e do CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (ABREU e LIMA, 2012).

Esta dissertação discute a emergência de novos sujeitos políticos, através da atuação do Benvirá nas zonas rurais⁴ de Afogados da Ingazeira e nas cidades vizinhas de Ingazeira,

³ Por entendermos a língua e a escrita construções políticas, portanto dinâmicas, fizemos a opção pelo neologismo *sujeitas*, para destacar a atuação política das trabalhadoras rurais que emergem construindo sua cidadania. Assim, em alusão ao conceito sujeitos políticos (SADER, 1988), a banca nos orientou a ousar e nos referir as Mulheres de Benvirá como sujeitas políticas.

⁴ Embora o Grupo Benvirá tenha uma atuação rural e urbana, nesta pesquisa priorizamos sua atuação nos grupos rurais. Também se faz necessário destacar que as fronteiras entre o rural e o urbano nesse momento são turvas, haja vista o crescente êxodo rural, que muitas vezes se dava de maneira parcial nas famílias, ou seja, a juventude migrava para continuar os estudos, enquanto os mais velhos continuavam no sítio, como é o caso de Rosilda.

Tabira e Solidão, localizadas no Sertão do Pajeú pernambucano⁵ no período de 1983-1988.

A pesquisa teve como objetivos: identificar as mobilizações em prol do reconhecimento das mulheres como gente (FREIRE, 2014) e como trabalhadoras rurais para, inicialmente, acessar a política emergencial de “combate à seca” em Afogados da Ingazeira-PE, marco para a criação de grupos de mulheres rurais no município em 1983; mapear as articulações do Benvirá com os movimentos e organizações de mulheres, com a Igreja e com o movimento sindical de Trabalhadores Rurais; evidenciar as estratégias e articulações políticas nos contextos históricos do Sertão do Pajeú, bem como a nível estadual e nacional para a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988.

Há uma vasta bibliografia sobre o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão Central e em Serra Talhada, em particular porque se constituiu o embrião para o movimento que ganhou uma abrangência regional e articulação de caráter nacional, como destaca Butto Zarzar (2017). De acordo com Socorro Abreu e Lima (2012) e Silmara Marques (2011), outro marco do Nordeste nessa luta foi Maria Ferreira de Lima Sousa - Dona Lia – primeira mulher presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais, na cidade de Itapetim. Segundo Millie Thayer (2001), Rosineide Cordeiro (2006) e Caroline Bordalo (2011), a organização das mulheres em função dessa sobrevivência e dos seus filhos na seca de 1979-1983 foi o que deu origem ao movimento de mulheres rurais no Nordeste.

Assim, a localização geográfica é um elemento comum dessas organizações, não só por ser no nordeste brasileiro, bem como cidades de Serra Talhada e Itapetim serem banhadas pelo Rio Pajeú, afluente do Rio São Francisco no semiárido. Além desses movimentos já consagrados pela bibliografia dos movimentos de Mulheres Rurais, o Grupo Benvirá surgiu em Afogados da Ingazeira, que também é banhada pelo mesmo Rio. Marques (2011) argumenta que a articulação política dessa região se deve a atuação do segundo Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, Dom Francisco, adepto da teologia da libertação⁶.

Embora não contemplado pelos estudos citados anteriormente, o Benvirá está inserido nesse contexto, mas o grupo apresenta no mínimo duas características distintas dos movimentos já analisados: 1) a articulação rural – urbana; 2) a atuação de amplitude local em

⁵ Microrregião que em 1983 era denominada oficialmente de Alto Pajeú, comportava municípios do sertão de Pernambuco que são banhados pelo Rio Pajeú, afluente do grande São Francisco. Foram as margens desse rio temporário que se formou a população pajeuzeira que no contexto estudado compunham os municípios de Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Ingazeira, Igaraci, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama (ANDRADE, 1985).

⁶ A Teologia da Libertação pode ser caracterizado como conjunto de textos e *praxis*, surgiu na América Latina, enfrentando em muitos países as Ditaduras Militares na década de 1960, influenciada pela opção pelos pobres proclamada no Concílio Vaticano II (1962-1965). Michel Löwy (2016) propõe chamar tal conjunto de Cristianismo da Libertação, haja vista a maioria de seus atores e atrizes sociais não eram teólogos e a ação de tal movimento está para além de reflexões teóricas, contudo não se limita a um movimento dos pobres.

articulação com outros níveis mais amplos de atuação. Dessa maneira, é importante analisar o Grupo Benvirá e suas especificidades, haja vista a contribuição que esse estudo pode agregar aos estudos de mulheres rurais, por ampliar o entendimento sobre a diversidade de tais organizações.

Esta investigação pretende também entender a maneira peculiar da articulação política do Benvirá, ao pesquisar as sujeitas⁷ e os sujeitos políticos com os quais o Grupo se articulou. Pretendemos contribuir nos estudos acadêmicos sobre o Movimento de Mulheres Rurais, ao destacar as peculiaridades de uma organização local e suas relações com outros níveis de organização política. Estamos a fazer inferências para ampliar o panorama de entendimento dos caminhos trilhados pelos movimentos de mulheres do campo, apontando uma diversidade organizativa e de sujeitos que precisavam justificar sua cidadania por estarem em uma região Semiárida. As mulheres de Benvirá se organizam, inicialmente, para proclamar sua cidadania.

Nessa direção, Cynthia Sarti (2004) aponta que o sujeito mulher - sua ação política e organização - depende de maneira substancial do contexto ao qual está inserida. Dito de outra forma, é a evocação do contexto como algo basilar para qualquer análise sobre os feminismos no Brasil, sobretudo devido à heterogeneidade de classes, de geopolíticas, racial, etc.. Sendo um perigo qualquer análise ou atuação política baseada em generalizações do ser mulher brasileira.

Além do abandono sofrido por elas e seus filhos e filhas com a retirada de seus maridos para o sudeste, havia, ainda, a negação da cidadania das trabalhadoras mulheres que ganhou expressão com os impedimentos de acesso às políticas emergenciais de “combate à seca” (QUEIROZ, 2014). Com pautas que reivindicavam o direito à cidadania e ao trabalho remunerado, foi necessário fazer um ato público em Afogados da Ingazeira – PE, em julho de 1983, com faixa que afirmava “PRECISAMOS DE TRABALHO QUE MULHER TAMBÉM É GENTE” (QUEIROZ, 2014), lutando pelo direito à filiação sindical das trabalhadoras, e criação grupos específicos de mulheres voltados ao debate sobre saúde, política, cidadania e para que conquistassem reconhecimento (BORDALO, 2011; CORDEIRO, 2006).

Nosso estudo tem como foco de análise o município de Afogados da Ingazeira-PE, situado na microrregião do sertão do Pajeú. Associados/atrelados ao processo de eleição da primeira presidenta de um sindicato de Trabalhadores Rurais de Pernambuco, Maria Ferreira de Lima Sousa - Dona Lia - no município de Itapetim em 1984, surgiram duas organizações

⁷ Fizemos a opção por usar a expressão sujeitas políticas, em detrimento de sujeitos políticos, por estarmos tratando do protagonismo feminino, partindo do entendimento que a estrutura e regras da língua portuguesa são também construções historicamente aliados à ideia patriarcal do masculino como pretensa representação da humanidade.

de mulheres em 1983: os Grupos de mulheres em Comunidades rurais do município de Afogados da Ingazeira; e a fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central - MMTR-Sertão Central, no município de Serra Talhada.

As três cidades: Itapetim, Afogados da Ingazeira e Serra Talhada enfrentaram a seca de 1979-1983, mesmo sendo cortadas pelo Rio Pajeú. Uma região historicamente conhecida pela poesia, mas pouco evidenciada pela efervescência da organização política das mulheres rurais na construção da memória do Sertão do Pajeú.

Na década de 1980 eclodiram uma multiplicidade de organizações de mulheres trabalhadoras rurais no sertão do Pajeú, se organizando em diversas frentes⁸.

Várias foram às intervenções do poder público face ao fenômeno da seca. Uma delas foi denominada de Frentes de Emergência. Como o próprio nome diz, eram programas emergenciais desenvolvidos pelo governo federal nos períodos críticos de seca, nos quais as pessoas recebiam uma remuneração para executar determinados trabalhos. Ghislaine Duque e Maria Niza R. Cirne (1998) destacam que os programas tiveram várias versões sucessivas e sofreram mudanças de rumo em decorrência das pressões sociais (CORDEIRO, 2004, p.100-101).

Embora tivessem diálogos com sujeitos políticos comuns, tais movimentos percorrem instituições políticas comuns: Igreja Católica, especificamente a Diocese de Afogados da Ingazeira; os sindicatos rurais, através dos polos do Sertão Central e Sertão do Pajeú da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado de Pernambuco (FETAPE); as organizações e partidos políticos clandestinos de esquerda, o CENTRU que desenvolveu trabalho político de base em Afogados da Ingazeira. Tais organizações não se desenvolveram da mesma forma e nem sempre atuaram de maneira articulada entre si. O que ocasionou formas de organização e a construção de caminhos distintos para a participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

A reivindicação da cidadania das mulheres rurais foi um marco da mobilização para a Constituinte 1987-1988. Atuaram nessa empreitada as organizações da sociedade civil o CNDM, os movimentos de mulheres, sobretudo as agricultoras ao postular o reconhecimento da condição de trabalhadoras rurais.

Não abordamos a ampla organização de trabalhadoras rurais em todo o Pajeú, este trabalho se debruça apenas sobre a organização de mulheres no município de Afogados da Ingazeira, que tem como marco de criação a passeata das 300 mulheres pelas ruas da cidade, em 1983, o que animou a criação de grupos de mulheres em comunidades rurais e na articulação desses grupos através do que se chamou de Mulheres de Benvirá e, posteriormente, Grupo Benvirá, ao longo dos anos 1980. Levando em conta tal pluralidade,

⁸ Tratamos de maneira mais detalhada no capítulo quatro as frentes de emergência. Para saber mais sobre a luta pela participação feminina nessas frentes no semiárido ver Cordeiro (2004) e Queiroz (2014).

analisamos como estas sertanejas, especificamente a partir de Afogados da Ingazeira, se articularam para a participação na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) é importante para diversificarmos os sujeitos políticos e estratégias.

Historiar o movimento de mulheres rurais de âmbito local diz respeito a uma prática política, pois segundo Sader (1988) as narrativas sobre os movimentos sociais são elementos fundamentais para a construção da sua força. Embora as ações possam ser emblemáticas, o poder hegemônico vai tentar ofuscar sua força e poder, portanto, é preciso quebrar essas estratégias, criar e difundir as suas próprias narrativas.

De forma a sistematizar nossa investigação, dividimos nosso trabalho em quatro capítulos: I) “Feliz da mulher que se organiza”: Contextualização; II) Sertão do Pajeú: território de luta por direitos; III) “Mulher também é gente!”; IV) “Só temos nossa voz e nossa força e devemos fazer uso delas”. A seguir fazemos uma apresentação breve.

No primeiro capítulo apresentamos o contexto Histórico da Redemocratização e da Constituinte, em diálogo com o conceito de cultura política de Paoli (2002), e a compreensão da emergência dos novos sujeitos históricos que surgiram nesse período. Ainda, à luz de Souza-Lobo (2011), Deere (2004), Pinto (2003) e Soares (1998), dentre outras, apresentamos uma revisão bibliográfica que nos permite analisar o surgimento do movimento de mulheres, o movimento feminista e o movimento de mulheres rurais, com vista a observar sua diversidade organizativa, no contexto da Redemocratização e a participação na Constituinte, com destaque para as organizações de mulheres rurais.

No segundo capítulo refletimos acerca da territorialidade Sertão, a partir das contribuições de Hall (2006), Castro (1961) e Albuquerque Júnior (2011). Também discorremos sobre o contexto político e cultural do Sertão do Pajeú e sobretudo de Afogados da Ingazeira, conhecida regionalmente por sua considerável consciência política (MARQUES, 2011). Assim destacamos o território e os sujeitos políticos que atuavam politicamente, sendo as CEB's e o CENTRU contribuintes para emergência das mulheres como novos sujeitos políticos e aliados aos movimentos no território Pajeú, apresentamos o GMM, que mesmo sendo um movimento urbano e do litoral, serviu de exemplo para a organização das mulheres em Afogados da Ingazeira em decorrência de atrizes sociais em comum.

No terceiro capítulo apresentamos esse novo sujeito que emergiu no sertão durante o período de Redemocratização, atentando para as relações culturais e sociais de classe e de gênero em que estavam inseridas (BIROLI, 2018; MELO, 2019). Destacando suas resistências cotidianas (SCOTT, 2002), a luta pelo direito a ter direito ao alistamento nas

frentes de emergência, sendo elas a única alternativa de sobrevivência no sertão feito seca de 1979-1983. Luta esta que constituiu a base para a organização em grupos de mulheres locais que, por sua vez, inspirou articulações, intercâmbios e a criação do movimento de mulheres, os quais identificaram suas práticas e repertórios a partir das narrativas dos relatórios anuais do Grupo Benvirá de 1987 e 1988 e entrevistas.

No quarto capítulo, apresentamos a complexa teia de ações e articulações na mobilização popular para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 da qual o Grupo Benvirá fez parte. Assim, apresentamos uma análise da percepção mais ampla do Grupo no marco da ANC para, posteriormente, indicar as articulações e ações do nível nacional ao local nas cidades de Afogados da Ingazeira e Tabira, onde se desenvolveu um processo de Educação Popular, principal linha de atuação. Nesse contexto, o Grupo estabeleceu articulações através dos movimentos mistos, bem como com os movimentos de mulheres e feministas, através dos quais são destacadas duas campanhas amplas: a caravana “Povo na Constituinte” e a coleta de assinaturas para a Emenda popular “Direitos e Garantias das Mulheres”. Aliadas a essas articulações, ou como base dessas articulações, colocamos em relevo o processo de Educação Popular desenvolvidos a nível local pelo Grupo Benvirá. Para tal análise, utilizamos, além dos relatórios anuais do Grupo Benvirá dos anos de 1986 e 1987, o relatório da palestra *O que a mulher espera da Nova Constituinte?* de 1987. Além dessas fontes escritas, faremos o uso entrevistas com Maria das Dores Santos (Dôra)⁹.

1.1 Metodologia

Analisar o passado com os olhos do presente é parte do fazer historiográfico, porque é no presente que estamos e somente daqui é possível observar o passado. Estabelecer dialogo entre passado, presente e futuro é um fazer historiográfico, como aponta Regina Beatriz Guimarães Neto (2014, p. 41-42) :

Noção complexa de presente que nos informa acerca de nosso pertencimento tanto do passado quanto do futuro e, também, simultaneamente, de toda ordem de interpolações, em constante mutação. O presente, visto como ponto de intersecção temporal entre o futuro e o passado, orienta os historiadores a optar por uma concepção que complique (no sentido latino de dobrar/enrolar) a definição do tempo presente e do sentido que podemos conferir a nossa contemporaneidade.

Analisar o Benvirá com olhos e ouvidos atentos ao presente, nos proporciona a reflexão sobre como está seu arquivo. O acervo documental a que tive acesso diz respeito a

⁹ Maria das Dores Santos, Dora, trabalhadora rural e militante cristã leiga, co-fundadora do grupo “Mulheres na Luta”, primeira organização de mulheres no sítio Pintada, zona rural de Afogados da Ingazeira-PE em 1983. Fez parte da equipe do Grupo Benvirá por 10 anos. Foi presidenta do STR de Afogados da Ingazeira nos anos 1990.

caixas de papéis antigos, separados e limpos pela companheira Fátima Silva¹⁰, coordenadora atual do prédio do Benvirá que passou anos a cuidar do lugar como voluntária. Ela dizia que se o espaço não tivesse aberto todos os dias, não conseguia vislumbrar o futuro e como a história desse grupo não podia morrer, abria-o diariamente desde 2015 para regar as mudas que manejava e a esperança no Benvirá. Ou seja, ela lutava no presente para manter vivo um passado. E foi cuidando e admirando o passado, que Fátima resistiu no presente, para construir um futuro.

Para a escrita da história que aqui declaramos, nos valem de fontes históricas que dizem respeito a registros do próprio Benvirá. Partindo do pressuposto primeiro que “a história das classes populares era difícil de ser feita a partir de arquivos provenientes do olhar dos senhores - prefeitos, magistrados, padres, policiais...Ora, a exclusão feminina é ainda mais forte” (PERROT, [1988] 2010, p. 186). No entanto, não o tomamos como verdade absoluta, tampouco o colocaremos no lugar de documentos não confiáveis. Aqui vamos analisar os registros de maneira crítica, observando sempre o contexto que foi escrito, onde está arquivado, etc., bem como colocaremos tais fontes em diálogo com escritos dos sujeitos com os quais o Benvirá se articulava.

Ângela de Castro Gomes (2015) atenta para a desmonumentalização da história, ou seja, as fontes nos apresentam não a história, mas a memória, pois a história faz uso da memória, mas para ela tem um olhar crítico e convém colocar em diálogo as fontes que tem à disposição e observar quem as construiu, levando em consideração a dimensão subjetiva que estas expressam. Nesse sentido, os documentos históricos são frutos do tempo e do contexto social de quem os redigiu, para os quais precisamos olhar com uma construção dos sujeitos históricos e não como verdades dadas (LE GOFF, 2003).

1. 1. 1 Caminhos Metodológicos

Apresentamos a seguir as estratégias de pesquisa adotadas e as reflexões teórico-metodológicas. Para além dos estudos bibliográficos, realizamos um levantamento e seleção dos acervos documentais; sistematizamos o material coletado; elaboramos um banco de dados e a partir dessa organização, avaliamos os resultados.

O levantamento bibliográfico foi realizado, inicialmente, a partir de monografias do curso de História da antiga Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira -

¹⁰ Atual administradora do Espaço Benvirá. Moradora de Nova Descoberta em Recife e Militante do GMM que em 2007 se mudou para Afogados da Ingazeira, a fim de compor a equipe local e, desde então, permanece no sertão na militância.

FAFOPAI, atual Faculdade do Sertão do Pajeú – FASP, sobre o período e/ou tema estudado. No acervo tocante à história dos movimentos de mulheres no sertão do Pajeú, encontramos um apanhado importante da atuação de vários movimentos, dentre os quais o Benvirá, citado como marco inicial desses movimentos. Também há estudos sobre o movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no sertão do Pajeú.

No período de 2008 a 2019 estive ligada à graduação em Licenciatura em História na antiga FAFOPAI, atual FASP. Posteriormente cursei especialização e tive o prazer de lecionar na mesma instituição, anos depois. Nesse período, vi crescer em mim, em colegas e discentes o interesse de estudar a História da região, pensar seu povo e sua gente e esses interesses foram fomentados por docentes que empreenderam a criação do curso de História em 2007 na FAFOPAI, os afogadenses Ma. Maria Adalva Siqueira e o Dr. Augusto César Acioly. Nessa empreitada se aliaram à missão o corpo docente a Ma. Cinthia Barbosa, o Me. José Rogério de Oliveira, o mestrando Genildo Santana e tantos outros.

Assisti, de perto, a disciplina de “História do Sertão do Pajeú” ser gestada e ganhar corpo. Participei também da implantação do Núcleo de Estudos de Gênero do Sertão do Pajeú, que incentivou pesquisas sobre gênero, história das mulheres, raça, sexualidade, etc. Também presenciei a idealização do Núcleo de Educação, Pesquisa e Extensão em História do Sertão do Pajeú (NEPEHSP), que incentivou pesquisas sobre a história local. Ainda, tive a oportunidade de arguir trabalhos monográficos que, aliados à Nova História, buscaram construir narrativas do sertão sobre o sertão.

Dadas as limitações de investimentos no ensino superior descentralizado no Brasil, infelizmente o acervo desses trabalhos acadêmicos (ainda) existem apenas fisicamente, depositados na biblioteca da instituição. A visita a esse acervo é fundamental para quem pretende construir narrativas sobre a História do sertão e nesta dissertação utilizamos algumas dessas pesquisas, sem as quais nossa análise seria limitada ao olhar do outro sobre nós.

Além de existir acontecimentos no sertão que contrapõem a ideia de sub-raça ou a passividade desse povo diante da história, há também uma diversidade de narrativas históricas que trazem à tona tais eventos, sobretudo produzidas nas instituições de ensino superior do sertão.

Buscamos no acervo das bibliotecas públicas de universidades e núcleos de pesquisas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), uma vez que tais instituições são referências nos estudos de gênero e movimentos feministas no Brasil. Nesse acervo buscamos

dois grupos de bibliografias, o primeiro delas diz respeito aos movimentos de mulheres rurais, e o segundo ao período histórico da Redemocratização do Brasil, na década de 1980.

Quanto ao primeiro grupo, a partir do componente curricular da disciplina Sociologia da Agricultura, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS – UFPE), fomos introduzidas de maneira ampla aos estudos rurais e agrários. Também consultamos uma ampla bibliografia sobre as organizações de mulheres em contextos rurais e observamos de maneira privilegiada a maneira como a Constituição de 1988 aparece na bibliografia sobre o movimento de mulheres rurais, já que foi a partir desse marco legislativo que as Trabalhadoras Rurais foram reconhecidas como tais.

Quanto ao segundo grupo de literatura consultada, iniciamos a consulta com a disciplina Tópico Especial em História do Brasil (Relações de Classe e Política de Identidade), ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH – UFPE) que versa sobre o contexto histórico brasileiro em que está inserida a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, período referenciado ora como Nova República e ora como Redemocratização que se estende de 1985 a 1989.

Ampliando nossa análise buscamos textos de Ciências Políticas e Sociais, além de História. As indicações foram aos poucos se ampliando ao passo que selecionávamos outras referenciadas nas bibliografias já consultadas. Assim, realizamos leituras acerca do contexto histórico e dos acontecimentos referentes a outras searas sociais no período determinado, ou seja, buscamos teóricas e teóricos que analisam a política, a militância individual e coletiva, movimentos sociais e participação política no contexto de 1983 a 1988, sobretudo quando referido ao Sertão e relações de Gênero.

Tais leituras nos propiciaram, primeiro, construir um arcabouço teórico que apresentamos de modo a montar uma contextualização a nível nacional dos movimentos de mulheres rurais na Redemocratização, reflexões estas que concentramos no tópico três desta dissertação. Depois serviram como base para a escrita dos demais capítulos, ao passo que optamos por diluir os conceitos e teorias junto à narração e análise das fontes, sendo esta uma forma que fomos construindo de modo fluído ao longo da pesquisa e escrita.

1.1. 2 Caminho das Fontes

O uso das fontes fora empreendido a partir das análises de Bacellar (2008) quanto à validade de fontes não oficiais. Em sua classificação, o arquivo do Grupo Benvirá pode ser

caracterizado como Arquivo Privado, pois se trata de registros de uma organização não governamental.

Em nossa pesquisa de campo, fomos a esses arquivos que estão no acervo no Espaço Benvirá, localizado na Rua Francisco Guimarães, s/n, centro de Afogados da Ingazeira – PE. Embora houvesse uma burocratização no fazer político da entidade, em decorrência de projetos e relatórios destinados a financiadores, o processo de arquivamento não foi suficiente, sendo possível encontrar atualmente apenas um recorte que foi sendo selecionado pela própria equipe do Benvirá, entre eles relatórios, fichas e correspondências que sobreviveram ao tempo e as seleções de “limpeza” do lugar (periodicamente se faziam limpezas que resultavam no descarte de papeis, assinaturas, etc.), pois a entidade não teve o mesmo espaço fixo entre a década de 80 e 1996, com as ações acontecendo no Centro de Treinamento Diocesano¹¹. Posteriormente foi construído o prédio que permanece até hoje.

Dentre os documentos disponíveis, fizemos uma leitura preliminar dos papeis referentes ao período estudado, selecionamos os “Relatórios Anuais de 1986 e 1987” (o de 1988 não conseguimos localizar); o relatório da palestra “O que a mulher espera da Nova Constituinte?” de 1987; além do “Relatório Fórum de Mulheres de Pernambuco: Resgate histórico da organização e luta das Mulheres do sertão do Pajeú e do Moxotó/PE – E a situação atual da Violência de Gênero de 2009-2010”. Nossa seleção levou em conta, sobretudo, os arquivos que faziam referência à mobilização do Benvirá para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, pois os documentos com datas anteriores (1983-1985) já tínhamos contato e sistematizado devido as nossas pesquisas anteriores. Inicialmente o objetivo central dessa dissertação era pensar estritamente a articulação dessa entidade para ANC, mas no processo de escrita fomos agregando os antecedentes do processo, dada a lacuna bibliográfica acerca das organizações populares e de mulheres em Afogados da Ingazeira. De modo que a escrita foi exigindo que ampliássemos nosso recorte temporal que era inicialmente de 1987-1988 e passou a ser 1985-1988 para ampliarmos a análise da emergência de tais sujeitos políticos.

¹¹ Espaço cedido pela Diocese de Afogados da Ingazeira, o que denota a ligação muito próxima com a igreja, através da figura do bispo progressista Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho.

Os documentos foram sistematizados majoritariamente por Narciso Cechinel¹², a partir de relatórios redigidos por Lourdes Luna¹³, Rosilda Bezerra de Oliveira, Maria das Dores Santos (Dôra Santos). Os textos têm a forma de relatórios de atividades, relatórios anuais e está disponível para consulta no Espaço Benvirá em Afogados da Ingazeira-PE.

Nos arquivos do Benvirá encontramos uma série de álbuns com fotografias múltiplas das atividades locais, das frentes de emergência, assim como no arquivo pessoal de Lourdes e Narciso, que nos apresentavam novas fotos a cada encontro. Passei a prestar mais atenção, buscar e ter mais acesso as fotografia a partir da pesquisa e produção do documentário que estou dirigindo¹⁴, o qual tem como dispositivo uma fotografia. No entanto, não tivemos tempo para construir uma base sólida teórico-metodológica sobre o uso de fotografias como fontes e para desenvolver uma análise mais profunda. Mesmo assim, tomamos a liberdade de apresentar sete fotografias de modo a compor nossa linha argumentativa, nos limitando ao uso ilustrativo, com o objetivo de propiciar as leitoras e leitores imagens desse lugar sertão e das novas sujeitas que emergiram em Afogados da Ingazeira-PE na década de 1980, bem como oferecer outras imagens desse espaço, para além das imagens de fome e chão rachado, amplamente difundidas e construídas não apenas, mas também pelas imagens, como aponta (ALBUQUERQUE JR, 2012). Em trabalhos futuros esperamos dialogar de maneira mais profunda com essas fontes.

Além do arquivo do Benvirá, realizamos pesquisas em acervos das entidades que foram apontadas como possíveis articulações do Benvirá, sendo elas: a Igreja Católica, a partir da figura de Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho; e os STR's locais. Então

¹² Sociólogo desde 1975, trabalhou como articulador e educador popular com os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Pajeú. Foi funcionário de Programas da DIACONIA e técnico do Centro de Educação e Cultura do trabalhador Rural (CENTRU). Foi cofundador do Grupo Benvirá em 1985. Nascido em 22 de junho de 1938 na cidade de Orleans, estado de Santa Catarina. Recebeu o título de cidadão afogadense em 2015, junto com Lourdes Luna.

¹³ Ex freira, co-fundadora em 1975 do grupo de mulheres de Nova Descoberta Grupo Mulher Maravilha(GMM), militava em Recife em articulação com o Partido Comunista Revolucionário (PCR). Em 1979, diante das perseguições ao PCR se exilou no sertão, através da profissão de assistente social concursada da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE) até 1983. Além de seu trabalho formal, continuou a militância, prestando assistência política ao sindicato de Afogados da Ingazeira. Inspirada no GMM, Lourdes agenciou a organização das mulheres sertanejas lutarem por sua cidadania e é co-fundadora do Grupo Benvirá em 1985. Nascida em 29 de fevereiro de 1944 em Recife-PE. Em 2015 recebeu o título de cidadã Afogadense.

¹⁴ Documentário de longa-metragem que tem dispositivo uma fotografia, datada de 1983, que revela mulheres grávidas enfileiradas contra um fundo agreste em uma frente de emergência na zona rural de Afogados da Ingazeira, Pernambuco. A busca pelas histórias dessas mulheres diverge do imaginário da seca retratado frequentemente, pautado na miséria, na preguiça, nos flagelos e nas retiradas. Contrariando uma estrutura agrária perversa associada à seca, o longa anuncia conquistas dessas mulheres como acesso ao trabalho produtivo, à educação e à participação política. O documentário desnaturaliza essa narrativa de fragilidade, ao exibir um sertão verde onde as múltiplas lutas dessas mulheres por existirem, imprimem discursos e imagens que não se limitam a resistência, são, sobretudo, emergências de dignidade.

fomos à Cúria Diocesana de Afogados da Ingazeira, onde tivemos acesso ao livro de Crônica 1983-1988 escrito pelo então bispo Dom Francisco, nessas crônicas há menção à atuação da CNBB Nordeste 2 na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988, sendo a principal pauta de reivindicação a Reforma Agrária. O bispo faz referência a sua ida a Brasília defender no plenário a Emenda da CNBB em defesa da Reforma Agrária. Embora não seja citado o Grupo Benvirá, nas anotações também aparece o trabalho de base da igreja no propósito de educar a população sobre o que é a Constituinte e os efeitos da Constituição do país em suas vidas, o próprio bispo menciona a participação de encontros de base para o debate da Constituinte e coleta de assinaturas nas ações da igreja. Também convém apontar que não tivemos acesso a todo o acervo da Cúria, o bispo Dom Egídio Bisol foi quem selecionou o material que pudemos ter acesso.

Procuramos os Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira e Tabira para que pudéssemos ter acesso ao arquivo de atas. O primeiro não nos permitiu acessar o arquivo, pois um diretor sindical está a elaborar um livro sobre a História do STR e solicitou acesso exclusivo ao acervo. Já o STR de Tabira, me possibilitou analisar o livro de atas do período de 1985-1988 que, numa leitura preliminar, foi possível encontrar relatos de debates e formações sobre a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988, mas não sobre as relações com o Grupo Benvirá.

Também acessamos o arquivo online da Câmara dos Deputados, nele há uma sessão que compila emendas parlamentares e populares do processo, assim, direcionamos nossa atenção para o acervo de emendas populares que corresponde a mais de 300 páginas de arquivo. No primeiro momento empreendemos uma pesquisa com as palavras chave Benvirá - Lourdes Luna - Pajeú - Mulheres Rurais - Mulheres, não encontramos nenhuma emenda assinada pelo Grupo Benvirá ou Grupo Mulher Maravilha. Então ao passo que fomos sistematizando os relatórios do Grupo, empreendemos buscas pelas organizações as quais o grupo se aliou nas ações em prol da Constituinte, a exemplo da CONTAG e ACO. Também buscamos pelo título da emenda de iniciativa referida no relatório “Garantias e Direitos da Mulher”.

Além desses documentos, utilizamos entrevistas que realizamos em 2017, para o documentário “O Bem virá”, do qual sou roteirista e diretora. Na ocasião entrevistamos mais de doze mulheres que vivenciaram a seca da década de 1980 em Afogados da Ingazeira, sendo todas agricultoras e alistadas nas frentes de emergência. Aqui, utilizamos os relatos de Maria Aparecida, Cidinha, Evanir, Maria Feitosa, Quitéria e Zilda, cujas entrevistas não foram planejadas e executadas à luz da História Oral, como as que realizamos em 2019. No

entanto, acreditamos que os relatos desvelados pelas protagonistas do longa-metragem, são indispensáveis para pensarmos a cultura e organização social a que estavam submetidas e sobre a qual emergiram as pajezeiras, pois, além dessas personagens viverem em Afogados da Ingazeira na década de 1980, participaram das frentes de emergência e, algumas delas, estavam presentes no ato público em 1983, em prol da participação do alistamento das mulheres nas frentes de trabalho, embora não tenham se engajado posteriormente nos grupos que emergiram do ato e das frentes.

Para realização das entrevistas na gravação do documentário, tomei com referência a metodologia da história de vida, apontada por Tedeschi (2009) como maneira que buscar a construção da História das Mulheres, haja vista os relatos oficiais que postulam as vozes femininas ao silêncio. Desse modo, as entrevistas que duraram cerca de duas horas cada, foram realizadas nas casas das entrevistadas e partiam da apresentação do dispositivo do documentário, uma fotografia tirada em 1983, numa frente de emergência, na qual as entrevistas compunham a foto. Após o próprio reconhecimento, convidamos para que elas pudessem livremente narrar sua história de vida. Além desse convite, preparei previamente um questionário semi-estruturado com questões básicas acerca do ser mulher, seca e frentes de emergência e para a elaboração de tais questionários tive longas conversas com as pesquisadoras do filme: Silmara Ferreira Marques, Rogério Oliveira e Livia de Melo. Sem contar os debates com o cineasta Marcelo Pedroso, acerca do encontro entre as entrevistadas e eu como elemento cinematográfico mediado pela presença da câmara, ou seja, esse encontro produziu algum efeito sobre o clima das entrevistas e instituiu performances nas entrevistadas e em mim. Dessa maneira não encaramos as falas dessas mulheres como verdades absolutas, mas sim como narrativas construídas a partir de suas vivências, acionadas pelo set de filmagem e pela fotografia que apresentamos como dispositivo para o documentário.

Utilizar as entrevistas citadas acima propicia que tenhamos as narrativas sobre a construção do ser mulher sertanejas, não nos limitando a histórias de mulheres que se engajaram ao movimento organizado, abrindo caminho para pensarmos as resistências cotidianas (SCOTT, 2002) que permeiam a constituição desses sujeitos emergentes.

Também realizamos três entrevistas com Rosilda Bezerra Oliveira, Maria das Dores Santos, Maria de Lourdes Gonçalves, que foram realizadas à luz da metodologia da História Oral, que entende a memória não como a verdade, mas como construção entre o passado e o presente. Nessa direção Montenegro (2010, p. 40) discorre que:

Em razão do trabalho de elaboração, resultante da relação que se estabelece entre as memórias (passado) e a percepção de algo (presente), as marcas que se constituem como memórias devem ser compreendidas como “registros híbridos”. A partir da

memória enquanto passado alcança-se ou apreende-se o presente; ao mesmo tempo, este presente atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado.

Além de considerarmos o caráter híbrido que constitui a memória, entre passado e presente, também corroboramos com Montenegro (2010) no tocante a memória ser ativada pelo encontro entre dois sujeitos: pesquisador e pesquisado.

Falando de sujeito, convém evidenciarmos qual sujeito realizou essa pesquisa e escreve estas linhas. Trata-se de alguém que, em 2013, se emocionou ao se deparar com uma fotografia de 13 mulheres grávidas numa frente de emergência em 1983, no sítio Escada município de Afogados da Ingazeira – PE, no mesmo ano que assistimos secar a barragem de Brotas que abastece a cidade de Afogados da Ingazeira e Tabira-PE. E, sem dúvida, tal emoção está impressa nesses escritos. Pois, valendo-me da epistemologia feminista, que declara que os saberes são situados, nas palavras de Ilawa Lowy (2000), as pesquisas carregam em si quem as realiza, “suas opiniões, suas socializações, suas vivências, mas também suas linguagens – especialmente as imagens e metáforas que utilizam – têm uma incidência direta sobre os conhecimentos científicos que produziram”.

Michel de Certeau (2002) afirmou que o lugar social em que está inserido o historiador (a historiadora, no caso) é um elemento fundante em sua narrativa. Desse modo, a análise que lhes apresento é marcada pelo olhar de uma mulher sertaneja mirando a sua história, situada politicamente em defesa da memória da resistência política das mulheres pobres do Sertão frente ao Patriarcado, ao Estado e ao Capital que deixavam suas vidas vulneráveis à fome e ao silêncio.

Minha pesquisa está localizada nesse contexto de autoconhecimento como sujeito. Mulher, filha de agricultores, Maria do Socorro da Silva e Anízio Gonçalves de Queiroz, que migraram da zona rural Carnaíba-PE para a zona urbana da cidade vizinha Afogados da Ingazeira-PE em busca de melhores condições de vida e estudo para os filhos. Na adolescência, junto com amigas fundamos o Grupo de Jovens Coração Franciscano, inspiradas pelo padre Aderlan de Siqueira Campos¹⁵. Silmara Ferreira Marques¹⁶ coordenou o grupo que nasceu na paróquia franciscana do bairro São Francisco (também conhecido como Rua Nova), na periferia da cidade. Juntas sonhamos e realizamos projetos de peças teatrais,

¹⁵ Padre da Diocese de Afogados da Ingazeira, ordenado em 2003, atuou na Pastoral da Juventude (PJ), no período em que Dom Francisco fora bispo na Diocese e realizava um trabalho de pastoral baseado na Teologia da Libertação.

¹⁶ Grande amiga. Partilhamos o despertar para a vida de jovem e adulta. Juntas fundamos grupos de jovens, confessamos uma a outra as primeiras críticas a Igreja como instituição social, depois a faculdade. Pós-graduada pela PUC-RIO em Fé e Política. É pesquisadora do movimento sindical rural do Polo Pajeú da FETAPE, onde trabalhou como assistente administrativa. Atualmente é professora das Faculdades Integradas do Sertão do Pajeú- FASP.

danças, encontros anuais de jovens de outros bairros e de cidades vizinhas.

A própria criação do grupo e os encontrões da juventude na Rua Nova me fizeram olhar para nós como gente, pois podíamos fazer algo pelo bairro e por nossa própria vida, nesse momento ainda de maneira inconsciente. Depois, a faculdade de formação de professoras, a docência, o feminismo e o audiovisual têm me encorajado a partilhar meus desejos e opiniões com o mundo, pelo simples fato de eu ser gente.

Crer que sou gente e que tenho história foi revolucionário. Tais reconhecimentos, já embalados pela participação no grupo de jovens, se tornaram conscientes a partir do contato com a História no curso de licenciatura da Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira - FAFOPAI, entre 2008 e 2011. Entender a História como construção de sujeitos ao longo do tempo em diversos lugares, me despertou a ideia de que mesmo sendo sertaneja eu estava construindo História e, se esta é construída, podemos mudar nossa realidade através de ações no mundo.

Esse relato pode soar óbvio para alguns. Mas para uma sertaneja, filha de agricultora como eu, crer que sua vida importa para o mundo é revolucionário. Haja vista, a História única que se construiu sobre o povo do Sertão, de miséria e resistência, que parecia tirar de mim a possibilidade de existência no tempo presente, quanto mais no tempo histórico.

Chimamanda Adichie (2009) chama de História Única, o ato de se contar apenas uma versão da história de um povo ou uma região, de sorte que, esta versão é reproduzida como a única verdade. Durante muito tempo o Sertão Nordeste e seu povo foram marcados pelos estereótipos ao serem vistos e ditos a partir de uma perspectiva externa e singularmente estéril. Segundo Albuquerque Jr (2009), da literatura às reportagens, passando pela música e o cinema, vê-se e lê-se o sertão, suas mulheres e homens, pelas letras e lentes da fome, da miséria, da seca, da preguiça, dos flagelos e das retiradas.

A História dita oficial, não tinha espaço para narrativas que considerassem o sertão para além da seca e do cangaço. Assim, para que uma jovem como eu pudesse crer que tem História, e mais ainda, que ela pode ser descrita e analisada na academia, só foi possível com a emergência da chamada Nova História, a qual tem como base a *Escola dos Annales*. Segundo Burke (2007) essa corrente historiográfica causou uma quebra de paradigma ao afirmar que as narrativas históricas não são neutras e que a História Oficial é uma forma de olhar a humanidade de modo a homogeneizá-la, pela justificativa de uma história geral, sendo dessa maneira excludente para com a diversidade histórica. Só assim pude reconhecer a poesia dentro de casa e a luta nas ruas da cidade de interior.

Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 201), “à medida que a tradição

historiográfica dos *Annales* propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia”. Bonnie G. Smith (2003), por sua vez, afirma que a emergência da história das mulheres teve início com o advento do feminismo e as produções de autoras Simone de Beauvoir com a obra *O Segundo Sexo*, em 1949.

Relacionar a luta das mulheres de 1983 à minha vida nos anos 2000, e ainda me lembrar da fala de Dom Francisco¹⁷ quando disse, “mais do que saber ler e escrever, o povo precisa entender que é gente”¹⁸ foram lembranças que despertaram ao me candidatar como voluntária para a Escola Feminista realizada pela Casa da Mulher do Nordeste¹⁹, em 2009. Na ocasião a organização convocou discentes dos cursos de licenciatura para mediar os saberes na Escola, que tinha como público-alvo mulheres diversas, especificamente agricultoras, artesãs com diferentes níveis de escolaridade. Foi no contato com as histórias das mulheres dessa escola que me enxerguei enquanto mulher sertaneja sujeita histórica, pois elas me trouxeram as narrativas de vida, que até então eu enxergava apenas no campo teórico no curso de história.

Destaco a mulher sertaneja, pois na CMN fiz parte de uma pesquisa que ocorreu em quatro países da América latina: além de Brasil, Colômbia, Equador e Chile. No Brasil eram três territórios de pesquisa no nordeste e apenas o Pajeú na região semiárido, com isso quero dizer que havia a necessidade constante de colocar para a equipe de pesquisa o nosso contexto de lugar e tempo.

Lembranças e reconhecimento foram o que me fizeram desejar estudar mais a fundo o movimento de mulheres no sertão do Pajeú, que inicialmente resultou numa monografia de especialização chamada “A Esperança que o Benvirá: História dos movimentos contra as desigualdades Sociais e de Gênero no Sertão do Pajeú – 1979 a 1983”.

Desde 2014, quando procurei Lourdes Luna, Risolene Lima e Risoneide Lima²⁰, para escrever a história do surgimento do movimento de mulheres no sertão do Pajeú - sou

¹⁷ Segundo bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira (1961-2001). Que teve um trabalho político social muito válido na região do Pajeú, como a criação dos sindicatos, apoio aos grupos de mulheres, a exemplo do próprio Benvirá. Ao longo da dissertação vamos detalhar sua articulação com o movimento, mais especificamente no segundo capítulo.

¹⁸ Para saber mais buscar: Diocese de Afogados da Ingazeira (2011) e Acioly (2011).

¹⁹ A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma organização não governamental feminista, fundada em 1980, contribui para a igualdade de gênero no Nordeste do Brasil. Sediada em Recife, capital do estado de Pernambuco, em 2003 abriu escritório em Afogados da Ingazeira, Sertão do Pajeú e tem como missão fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, afirmando a agroecologia com base no feminismo e na igualdade racial.

²⁰ Risolene e Risoneide são irmãs e, no início dos anos 2000, foram educandas do Grupo Mulher Maravilha em Afogados da Ingazeira e, em 2013, quando procurei o grupo para acessar o arquivo para pesquisa, ambas faziam parte da equipe e Risolene era coordenadora da filial do GMM.

voluntária do movimento e associada do Grupo Mulher Maravilha.²¹ A História que aqui narro, não está livre do rigor científico, por se tratar de uma mulher do sertão investigando seu passado, havendo nesse contexto uma subjetividade latente. Tal subjetividade não invalida o método, sendo ela indissociável de qualquer pesquisa e de toda historiadora e historiador faz parte do pensar da Nova História o fato de que não há história neutra, mas nem por isso ela deixa de ser crítica e científica.

Segundo Koselleck (2001), convém nos perguntarmos durante a feitura de nossa análise histórica: Por que fazer essa história e não aquela história? Como dito, a História do movimento de mulheres que escrevo está relacionado com a mulher, sertaneja, pajezeira e feminista que sou. A História do Tempo Presente nos convida a observar atentamente nosso contexto para entender e construir a nossa análise sobre o passado, compreendendo que ambos estão correlacionados. Desejei estudar a história desse movimento em 2014 e depois em 2019, sobretudo após o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Nesse ínterim, o espaço físico do Benvirá, em Afogados da Ingazeira, que também servia como filial do Grupo Mulher Maravilha (GMM) desde 2001 foi fechado.

Em 2017, foi preciso desafiar a crise financeira e fortalecer os laços de militância em detrimento dos vínculos empregatícios de uma ONG e o fizemos pela história do Benvirá. Em junho daquele ano, várias personagens da história do grupo se reuniram sob o tom memorialista e decidiram não permitir a venda do prédio. Nesse momento tiveram início campanhas de financiamento coletivo, e planejamento de projetos, embora não soubéssemos muito para onde ir, nem se daria certo, Lourdes nos animou para não permitir que o Benvirá - que nasceu enquanto movimento em 1983, no processo de abertura política para a democratização - tivesse seu fim num contexto de Golpe judiciário e parlamentar ao qual vivemos desde 2016.

É parte do reconhecimento dessa subjetividade do presente que escrevemos tais linhas, na complexidade de ter esperanças de futuro assolapadas por heranças de um passo conciliado. Não posso negar que a história do Benvirá que, aqui narro, está cheia de marcas sentimentais, enquanto gente mulher sertaneja entre os anos de 2018 e 2020. Executamos esta pesquisa e escrita, em meio às notícias do avanço do fascismo no mundo, estampadas em *outdoors* nas idas e vindas entre Afogados da Ingazeira e Recife. As eleições de 2018. A pandemia do novo coronavírus-19 em 2020. Todas essas coisas alinhavadas ao processo de autoconhecimento ao qual nos convida a pós-graduação, num processo de construção de

²¹ A própria Lourdes se caracteriza como encantadora de pessoas para a luta. A prova disso é que cheguei como pesquisadora e nunca mais saí.

autonomia.

Diante desse cenário, tem sido uma luta manter a esperança que o Bem...virá. Enquanto olhava para os lados e tinha medo, olhava para esta pesquisa e a vida dessas mulheres que cultivavam em mim a coragem e me convidavam a olhar o contexto por outra ótica. Assim, pude me sentir parte de uma roda de autocuidado e cura. Viajei entre Afogados da Ingazeira e Recife em caravanas Viva Benvirá, organizadas pelo movimento que respira e tive oportunidade de trilhar muitas vezes esse caminho na companhia de Lourdes e Narciso que mantém um ritual de paradas com sua garrafa de café e as lembranças de quem cruzam tais estradas desde a década de 1970. Fui a Brasília marchar com as Margaridas em 2019 e no caminho gravamos um filme com trabalhadoras rurais. Tive a alegria de construir minha liberdade sem perder o amor da minha família. E encontrei e alimentei afetos numa casinha. Assim, tal como na década de 1980, creio que a solidariedade, as resistências cotidianas, os afetos e a coragem podem alimentar a nossa dignidade, e assim, fui aceitando que num contexto histórico que ameaça o nosso futuro, temos o presente. No entanto, para estarmos conscientes deste lugar, precisamos enxergar o passado e acolher quem somos.

Por fim, faz parte da investigação pelo método da História Oral considerar o lugar social dos sujeitos, tanto da pessoa historiadora quanto da pessoa sujeito histórico entrevistado. As pessoas entrevistadas para esta pesquisa, não são sujeitos estranhos uns aos outros. Somos companheiras de luta por manter viva a esperança no Benvirá²², nos encontramos anualmente há, mais ou menos, cinco anos. No entanto, essa vivência não elimina a minha posição de pesquisadora e de *outra* que exerço diante das companheiras ao perguntar-lhes sobre sua vivência no Benvirá, despertando suas diversas memórias. Ao realizar as perguntas e analisar as respostas para um trabalho acadêmico, me coloco numa posição distinta das companheiras que se propuseram a conversar comigo.

O uso da História Oral neste trabalho está para além de um método para obter fontes, pois faz parte uma opção de escrever a história pela narrativa de sujeitos como Rosilda e Dôra. Ambas nasceram em zona rural no sertão de Pernambuco, num contexto que precisam empreender um movimento de mulheres para reivindicar que são gente. Para Silva e Paulilo (2008, p. 49), “a História Oral, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias²³, coloca em relevo as memórias subterrâneas”.

²² O Grupo Benvirá surgiu em 1985 e até 2001 atuou de maneira autônoma no Pajeú, quando foi incorporado ao GMM. Em 2017 o GMM precisou encerrar as atividades no sertão por questões de sobrevivência e um grupos de militantes, do qual faço parte, lutam para manter vivo o Benvirá, dentre elas destacamos a dedicação da companheira Fátima Silva.

²³ Quando mencionamos “minorias”, evocamos a ironia da maioria ser a maioria da população. Ou seja, fazemos referência ao conceito de classes subalternas presente em Spivak (1985).

Na direção em que escreve Gayatri Spivak (1985), Memórias subalternas podem ser entendidas como narrativas das “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p.12). Embora, Spivak tenha uma análise com foco nas mulheres negras, a análise nos parece cabível para pensar a voz de agricultoras sertanejas.

Em entrevista concedida para essa pesquisa em 2019, a agricultora Lourdes Gonçalves, de 69 anos, relata como a participação das atividades do Benvirá suscitou em sua existência a consciência da própria voz. Se referindo ao período de 1987, ela disse: “nessa época eu não sabia falar nada, eu não sabia receber ninguém, eu não sabia, nessa época eu acho que eu não sabia nem viver. Mas eu comecei a viver, daí pra cá eu comecei a viver [...] Hoje graças a deus eu me apresento em qualquer lugar”.

2 “FELIZ DA MULHER QUE SE ORGANIZA”: CONTEXTUALIZAÇÃO

“A política, aparentemente divorciada da ideologia, é pura ideologia, uma tentativa de transformar o mundo com ‘boas intenções’, sem alterar a substância das coisas (e a ordem da sociedade).” (Florestan Fernandes)

Os primeiros grupos de mulheres “organizadas” e que, posteriormente, se articularam para construção de pautas populares para a Constituinte de 1988, surgiram em 1983, momento das mobilizações de mulheres pelo direito a participar das frentes de emergência na cidade de Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú/PE, pois até então elas não eram consideradas Trabalhadoras Rurais, impossibilitando-as de ter acesso às políticas públicas de “combate à seca”²⁴.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto histórico entre os anos de 1985 a 1988, período entre a Ditadura Civil-Militar que ficava para trás e a Nova República em construção, denominado de Redemocratização em que se insere a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Também buscamos analisar a emergência de novos sujeitos políticos no processo da sua realização, o surgimento e fortalecimento de organizações da sociedade civil, das quais destacamos os movimentos de mulheres, sobretudo rurais. Apontando a diversidade de caminhos e articulações que os movimentos lograram como resultado da multiplicidade de formas organizativas e da diversidade política.

O capítulo inicia-se com uma caracterização do processo de redemocratização, *Conciliação e Redemocratização*, que se construiu no Brasil, através de análises historiográficas e da ciência política.

A seguir apresentamos a Historiografia da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988 como elemento fundamental para o entendimento acerca da Redemocratização do Brasil.

Continuamos abordando o papel que as organizações da sociedade civil tiveram ao tensionar o processo de Redemocratização pelas garantias de direito para as chamadas minorias na Carta Magna de 1988.

Posteriormente apresentamos uma análise sobre as formas organizativas das mulheres no processo de redemocratização. Descrevemos de que maneira o movimento de mulheres e feminista participou na construção de emendas populares, através das campanhas de Iniciativa Popular na Constituinte sobre os Direitos e Garantias das Mulheres na Assembleia Nacional

²⁴ No capítulo II, desenvolvemos a ideia de seca a qual nos referindo, sendo ela um fenômeno social, econômico e cultural, não natural.

Constituinte, bem como a mobilização empreendida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Por fim, discorreremos sobre a origem do movimento de mulheres rurais no Brasil e sua articulação para a Constituinte de 1987-88. Destacando como a Constituição de 1988, se configurou como um marco para as agriculturas, pois através dela se dá o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais.

2.1 Conciliação e Redemocratização no Brasil de 1985-1988

O período de Redemocratização (1985-1989) tem como marco inicial o ano de 1985, quando a Presidência da República foi ocupada por um civil, pela via de uma eleição indireta, com Tancredo Neves e seu vice José Sarney representando um marco, após um período de vinte e um anos em que este cargo esteve nas mãos de militares após o Golpe Civil-Militar de 1964. A consolidação da Democracia veio, no entanto, a ocorrer com a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989.

Apesar desse marco temporal inicial, o processo da chamada abertura política do Brasil para a Nova República remonta ao ano de 1970, o que nos permite evidenciar o caráter Conciliatório da redemocratização do país que se desenvolve entre 1985-1988 tornando a transição política brasileira peculiar na América Latina, já que ocorreu de maneira muito lenta e gradual (KINZO, 2001).

A primeira fase (1970-1982) da transição política teve início com o processo eleitoral em 1970, o conflito interno dentro das forças armadas e a emergência de sérios problemas econômicos resultaram no enfraquecimento do Regime Ditatorial. Diante desta mudança os militares promoveram transformações que mais pareciam a promoção de uma reforma da Ditadura do que uma democratização (KINZO, 2001).

No entanto é necessário considerar que entre 1970 e 1974, a Ditadura estampava o “Milagre Econômico” na imprensa e meios de comunicação. A conversa sobre abertura se dá sobretudo a partir das eleições para a Câmara dos Deputados de 1974, quando a oposição aos militares, o MDB ocupou mais de um terço do Congresso (ABREU E LIMA, 2012).

O resultado dessas eleições abalam os generais, são gerados inclusive debates internos acerca dos “excessos” da Ditadura. Na segunda metade da década de 1970 as organizações populares se fortalecem, à revelia da repressão. Nesse contexto:

O modelo econômico começa a mostrar suas limitações e a oposição consegue, aos poucos, ir se reorganizando.(...) A política de arrocho salarial do governo foi sendo contestada, a questão da anistia ‘ampla, geral e irrestrita’ foi sendo colocada. A

Igreja Católica, durante toda a década, denunciou as violações dos direitos humanos, assim como entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (ABREU E LIMA, 2012, p. 182-183).

Além disso, ouviam-se vozes que defendiam a necessidade de uma Constituinte, a partir da iniciativa de deputados do MDB²⁵. Cogitar a realização de uma nova Constituição para o Brasil, que substituísse a de 1967, parecia uma forma de enfraquecer a Ditadura.

Em 1979 foi aprovada a Lei de Anistia no Brasil que, embora limitada, ocorre como um marco no processo de abertura política (ABREU E LIMA, 2012). No mesmo ano foi aberto o pluripartidarismo, de forma ainda controlada, já que as siglas comunistas não foram legalizadas e as exigências quanto a quantidade de filiados, restringiam o pluri a seis legendas: Partido Democrático Social - PDS (antiga Arena), PMDB (antigo MDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista - PDT, PT, Partido Popular – PP323 (CAVALCANTI, 2017).

Após essas mudanças abre-se o caminho para a segunda fase (1982-1985) que foi marcada pelo surgimento de novas atrizes e atores sociais, a partir dos novos partidos políticos e das eleições de 1982. Havia estratégias divergentes dentro da oposição: de um lado aqueles que almejavam conquistar apoio dentro do governo para manutenção do poder; e de outro, os que buscavam através da mobilização da sociedade civil romper com as regras da transição lenta e gradual. Mesmo com a intensa mobilização em 1985, o PMDB decidiu manter o processo de transição tal como acordado com os militares provocando dissidências no interior do partido, pois enquanto um lado do PMDB articulava as mobilizações das diretas, a ala mais conservadora coordenava a eleição indireta de Tancredo Neves.

Já na terceira fase (1985-1989), se configura o que viria a ser a Nova República para o Brasil, “o novo estava fadado a conviver com o velho” (FERNANDES, 1986, p. 08), pois se, por um lado, a Constituição inaugurou avanços significativos para as garantias democráticas das cidadãs e cidadãos, problemas seculares do Brasil, tais como a concentração da terra permanecia quase inalterada e os militares garantiram o poder de intervir no estado a qualquer momento, bastando apenas que um dos três poderes solicitassem (KINZO, 2001).

A Conciliação que se deu nesse período como expressão da Nova República, conforme denominação de Florestan Fernandes (1986, p. 70-71), foi um período que “é em si e por si mesma, *contra reforma*, o expediente para banir e excluir a reforma social da história viva”, um modo de garantir a ordem e a autoridade da elite brasileira, que esteve no poder

²⁵ Segundo Nogueira (2010), o deputado Jarbas Vasconcelos do MDB-PE, proferiu discurso exigindo uma Assembleia para a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil, no II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira do partido em 1971, na cidade do Recife-PE, onde foi elaborada a chamada “Carta do Recife” que conclamava uma Constituição que cessasse o poder vigente.

desde os tempos coloniais. Mudam-se as análises e as denominações, mas o centro do comando continuava concentrado na elite.

As aparentes mudanças não passavam de um mudancismo, que não admitia reforma social e política real. Essas mudanças são miragens bem arquitetadas para manter as classes populares, o proletariado urbano ou os camponeses em seu lugar de opressão. A chamada Redemocratização pode então ser definida como “uma transição de um regime ditatorial para uma república burguesa institucionalizada, uma versão doce da autocracia burguesa sustentada pelo fuzil” (FERNANDES, 1986, p.73).

Tales e Safatle (2010) afirmam que o tom da transição foi ditado pelos próprios militares, uma transição lenta, gradual e segura. Elementos que, segundo Souza (1988), poderiam ser ameaça para a consolidação da democracia no futuro, pois a forma de Redemocratização que empreendemos ganhava contornos frágeis para o próprio regime político em construção.

A composição do primeiro governo democrático, após 21 anos de Regime Ditatorial, bem como a composição da Assembleia Nacional Constituinte, é considerada por Maria do Carmo Souza (1988, p. 569) como um reflexo do *modus operandi* da transição à Brasileira:

Os números confirmam a enorme presença do velho regime no interior dos dois partidos que sustentam a Nova República e no comando dos ministérios, levando a questão do perfil conservador que pesa sobre a atual Constituinte e sobre as soluções a serem dadas a problemas socioeconômicos.

A Redemocratização Brasileira esteve limitada pelas imposições da elite política e dos militares. O PMDB partido com o maior número de deputados na Assembleia Nacional Constituinte, não rompe com o antigo regime e gera uma crise partidária entre e intrapartidos a exemplo do grande impasse no interior do PMDB quanto à política econômica do país.

O Governo de José Sarney, que chegou ao poder após a morte do presidente eleito indiretamente, contrariando a vontade popular, influenciou a transição democrática brasileira. O então, presidente, fez opção por relações políticas parlamentares baseadas não nas relações com os partidos, mas com os governadores e poderes locais (SOUZA,1988). O poder partidário do modelo de Redemocratização Brasileira depositou pouca influência nos líderes partidários, o poder estaria nos parlamentares eleitos, a exemplo da situação no próprio PMDM que frente às divergências o presidente priorizava o diálogo com aliados políticos de outros partidos, desconsiderando as orientações do líder do seu partido.

O governo Sarney se circunscreve num contexto econômico de crise profunda, geradas pelos projetos desenvolvimentistas da Ditadura Civil-Militar, da dívida externa a que a economia do país fora submetida. A população mais pobre foi mais impactada com a inflação

altíssima, variações cambiais e a crise de abastecimento. O período de 1985-1988 pode ser caracterizado como um momento de estabilização política pela via da Redemocratização e, no campo econômico, de agravamento da crise (KINZO, 2001).

As dificuldades econômicas que atingiam, sobretudo, a população das periferias das grandes cidades e o interior do país, geraram processos de mobilização nesses segmentos sociais, criando-se uma conexão entre processos políticos e econômicos. Tratava-se de um período caracterizado pelas expectativas de construção de um país melhor pela via democrática, um momento de desejo, vontade e, sobretudo, esperança em dias melhores, mas ainda marcada pelos sentimentos de medo (CAVALCANTI, 2017, p. 129).

2.2 Tencionando a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988

As organizações da sociedade civil que dedicaram esforços para a campanha das Diretas Já!, tiveram seus sonhos arrefecidos pela eleição indireta para a Presidência em 1985 e experimentaram a alegria da eleição de Tancredo Neves e também a tristeza de sua morte. Para Cavalcanti (2017) esse contexto de expectativa das mobilizações populares encontrou na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988 uma nova arena de luta pela participação popular efetiva na construção democrática.

Contudo, é preciso destacar que sociedade civil²⁶ não corresponde a um grupo homogêneo, há diversos sujeitos, segmentos e frações da sociedade. No contexto da Redemocratização há convergência de vários setores pelo fim da Ditadura, mas no contexto da Constituinte os interesses entram em disputa.

A ampla mobilização popular para a Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988 é resultado, não só das mobilizações pelo fim da Ditadura e pelas Diretas já! Ela deságua na Constituinte uma complexa organização dos trabalhadores e trabalhadoras, a exemplo das greves gerais (SADER, 1988), do movimento contra a carestia, da organização sindical rural e do movimento de mulheres (ABREU E LIMA, 2012).

As mobilizações pelo fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil, foram seguidas pelas manifestações pró-Constituinte democrática, já que diante de uma transição conciliada, não bastava convocar a Assembleia Constituinte, era necessária uma mobilização para influenciar o processo e o conteúdo da ANC. Segundo Nogueira (2010, s/n):

²⁶ Nossa análise não foi centrada no conceito de Sociedade Civil. Por esse motivo não foi possível estudar o conceito de Sociedade Civil, para quem interessar buscar: MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

Nos setores organizados da sociedade civil, a luta por uma constituinte livre e soberana herdou a mobilização deflagrada pelo movimento das “Diretas”. No final de janeiro (1985), em Duque de Caxias (RJ), um conjunto de entidades populares lançou o Movimento Nacional pela Constituinte. Na mesma época, em São Paulo, estruturava-se um Plenário Popular. As experiências disseminaram-se pelo país, culminando na organização, em setembro de 1985, do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que participaria ativamente dos trabalhos da Assembleia.

Em 1986, o Congresso Constituinte foi eleito e sua composição se fez pelos parlamentares no pleito deste mesmo ano, que escolheu o poder executivo e legislativo estadual, o que acarretou uma menor atenção por parte dos partidos para a disputa do parlamento nacional e conseqüentemente uma composição do Congresso Constituinte com poucos novos sujeitos, o que se expressou numa frágil representação dos novos partidos/deputados e, principalmente, de deputadas (NOGUEIRA, 2010).

Eleito o Congresso Constituinte, a construção do regimento interno foi objeto de disputa entre as organizações. Segundo Brandão (2011), a participação popular gerou uma interação entre sujeitos parlamentares e extraparlamentares e essa interação “produziu impactos tanto na dinâmica político-legislativa quanto na participação popular, influenciando a mobilização social e o jogo político da Constituinte” (op. cit., p.10). As disputas para consolidação da participação popular, segundo Brandão (2011), foram mediadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No regimento aprovado, os trabalhos foram organizados em Comissões e Subcomissões temáticas além de uma comissão de sistematização. De acordo com Brandão (2011), após muita disputa política, ficou garantida a participação popular através do direito de elaborar e defender pautas populares que seriam validadas mediante abaixo-assinados.

O regimento interno da Constituinte previa a participação de todos os congressistas a partir do esquema de trabalho por Comissões e Subcomissões, além de garantir a participação popular direta, que estava prevista de duas formas:

A concessão de audiência pública, e a iniciativa popular, que permitia a apresentação de emendas ao projeto de Constituição, desde que houvesse o apoio de 30 mil eleitores e o respaldo de três entidades. Ademais, ampliava-se a base de informações dos constituintes: organizações civis, câmaras de vereadores, assembleias legislativas e tribunais poderiam enviar-lhes sugestões (NOGUEIRA, 2010, s/n).

Embora não houvesse uma representatividade forte na figura dos Congressista, foi estruturada uma metodologia com vistas a popularizar os trabalhos da Constituinte com a finalidade de garantir a elaboração de uma Constituição denominada Popular.

A abertura dos trabalhos da ANC se deu em fevereiro de 1987 e até o mês de abril foram realizados os trabalhos das subcomissões para elaborar as emendas. Nessa fase “a participação dos constituintes e da população foi intensa, tendo sido realizadas 182 audiências

públicas, encaminhadas 11.989 propostas e apresentadas 6.417 emendas aos anteprojetos” (NOGUEIRA, 2010, s/n).

Os anteprojetos foram encaminhados à Comissão de Sistematização que apresentou ao Congresso uma primeira redação. Impasses ideológicos e partidários passaram a ficar mais evidentes na elaboração do Projeto Zero²⁷, visto que o PMDB estava fortemente fragmentado, fato que ganhou expressão no afastamento do governo Sarney do partido devido ao rumo que os trabalhos ganhavam, gerando a organização de grupos intra partidários no PMDB, com base ideológica explícita (NOGUEIRA, 2010).

O período da Constituinte foi marcado por uma grande mobilização (Lamounier e Souza, 1990). Muito embora inicialmente muitos Congressistas não tivessem se mobilizado, as organizações ganharam grande espaço e os parlamentares conservadores foram forçados a promover maior controle na ANC (BRANDÃO, 2011).

O documentário “Constituinte 1987-1988” dirigido por Cleonildo Cruz, lançado em 2012, relata a memória dos congressistas na Constituinte, como um período cotidiano de “congresso cheio”, “Os indígenas dançando na antessala de Ulisses Guimarães”. O período da Constituinte foi um tempo de acreditar e lutar pelas transformações e reformas efetivas, clima que parecia eclodir em todo o país, inclusive entre os parlamentares.

Apesar desses acontecimentos o texto final da Carta Magna de 1988 se transformou num instrumento de transição e não de Reforma. Nessa disputa por interesses, a lembrança da votação da Reforma Agrária aparece nas imagens de brigas, empurrões e tapas entre os congressistas. Mesmo assim foi escolhido oficialmente preservar o título de Constituinte Popular e Cidadã (Nogueira, 2010).

O clima de reforma foi real durante os primeiros meses da Constituinte, quando o grupo de centro esquerda estava no comando da sistematização, até o surgimento da aliança conservadora tendo o Presidente Sarney como responsável do chamado Centrão que se articulou, sobretudo, para conter as pautas da Reforma Agrária e Trabalhista e que promoveu os ajustes no regimento interno da ANC. Esse novo campo político se configurou como uma resposta da elite conservadora (militares, latifundiários, grandes empresários) aos caminhos

²⁷ Primeira sistematização das subcomissões, composto por 496 artigos, e marco inicial para a apresentação e discussão de novas propostas, apresentado para apreciação em 14 de julho de 1987. Esse primeiro projeto era composto por 20.791 emendas, das quais 5.237 oriundas de etapas anteriores e 122 emendas populares. A partir dele foram criados o “Substitutivo I”, novo texto elaborado pelo relator Bernardo Cabral, decorrente de negociações entre a equipe do relator, grupos de constituintes e lideranças partidárias. Em ambiente tenso, em meio às articulações das forças políticas, Bernardo Cabral concluiu seu parecer sobre as emendas apresentadas optando pela elaboração de um novo anteprojeto, “Substitutivo II”, fruto de uma nova rodada de negociações, na qual a reforma agrária e o sistema de governo eram as questões mais disputadas (NOGUEIRA, 2010).

progressistas, empreendidas pela participação popular em aliança com algumas deputadas e deputados (BRANDÃO, 2011).

Após a articulação do Centrão, o grupo de Centro esquerda passou a agir estrategicamente dividindo as pautas, pois sabiam que não teriam vitórias integrais, mas tinham capacidade de disputar pauta a pauta (BRANDÃO, 2011).

Assim como indicado nos depoimentos do documentário Constituinte 1987-88, houve uma mudança dos parlamentares refletida nas imagens e discursos registrados nos arquivos de 1987-1988 e nos depoimentos apresentados ao documentarista. Um exemplo disso foram os parlamentares do Partido dos Trabalhadores - PT que, apesar de reconhecer avanços para a Democracia, não votaram a favor do texto final da Constituinte em 1988 (mas assinaram), sob a justificativa de que essa carta ainda estava a favor do Capital e não dos trabalhadores, e era mantenedora do poder dos militares, pois durante a Assembleia foi possível verificar que diversos atores e atrizes políticas disputaram vozes e interesses, ao passo que ficou evidente no texto final quais sujeitos detêm e conservam o poder.

2.3 A emergência de novos sujeitos políticos

O período político pós-ditadura civil militar e pró-constituinte se inscreve como momento de mobilização de setores da sociedade, antes compulsoriamente silenciados. A participação política se manifesta amplamente e de maneiras diversas, mas “como identidade comum, subjacente a grande parte das demandas sociais, estava à ideia de que todos os brasileiros, indistintamente, eram sujeitos ativos participantes do processo “constituinte” (VERSIANI, 2010, p. 247).

Pensamento que, segundo Brandão (2011), se inscreve no fato de um “caminho democrático, que passava também pela Anistia e pela Reformulação Partidária, trouxe à cena política novos (e velhos) atores políticos que engrossaram o caldo da luta por uma Assembleia Nacional Constituinte” (BRANDÃO, 2011, p. 41).

Atrizes e atores sociais surgiram do processo de organização da população mais pobre do país, dentre os quais figuram os clubes de mães, o movimento pela anistia, os sindicatos urbanos e rurais, etc., nos mais diversos lugares do Brasil, onde se mobilizaram contra a situação política de abandono que viviam e pressionaram o processo da Constituinte 1987-1988 em prol de direitos, o que se denominou como o direito a ter direitos. Tais organizações tiveram início com o apoio de parte da Igreja Católica, sob influência da

Teologia da Libertação²⁸, que através das CEB's²⁹, apoiaram a insatisfação política e social do povo das paróquias das periferias e do interior do Brasil, servindo como um instrumento de luta quase sem armas contra um poder instituído (SADER, 1988).

O repúdio à saída da Conciliação política no Brasil, fez emergir uma vontade popular de ser sujeito da sua própria história (Sader, 1988). Esse desejo, fez com que tomassem nas mãos as decisões que afetam suas condições de vida. Os movimentos sociais na Redemocratização deram sentido político às relações, às ações e às necessidades cotidianas, alargando o conceito de política.

“Há uma revolução silenciosa em marcha (!)” conclamava Florestan Fernandes (1986, p. 83-84), fazendo referência às organizações de classe que estavam eclodindo no Brasil na década de 1980. Para ele, a conciliação estaria em curso, mas se depara com desafios que vem de baixo e considerava que “a contrapressão se avoluma(r) e se intensifica(r), precedendo de múltiplos polos, grandes, médios e pequenos, das cidades e do campo”. Não seria possível a revolução, quiçá a reforma social e política necessária ao povo brasileiro, sem que se estabelecessem condições mínimas democráticas:

No Brasil, como em outros países da América Latina, é impossível pensar-se em um ‘salto para a frente’ sem consolidação de um regime democrático que resguarde a liberdade dos trabalhadores e da imensa massa dos mais ou menos espoliados e excluídos (FERNANDES, 1986, 89).

As liberdades fundamentais expressavam as condições mínimas para que as reformas sociais pudessem ser planejadas, pois com a Redemocratização foi possível disputar discursos e lugares, ferramentas da população excluída para alcançar a democracia, um instrumento voltado para democratizar a democracia. A constante peleja através dos movimentos sociais se deu à criação de leis e, posteriormente, a efetivação das conquistas. “O que a democratização fez foi, ao inserir novos atores na cena política, instaurar uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social” (SANTOS, 2002, 54).

No momento em que se reivindicava o direito a ter direito para novos sujeitos, esses mesmos passam a construir contra-narrativas fortalecidas pela ação da igreja, sindicatos, artistas, parlamentares opositores, professores e da população contra o regime sobretudo ao perpetuar a memória dos atos públicos e ainda apontar o surgimento de um novo sujeito coletivo (SADER, 1988).

28

²⁹Grupos de leigos e leigas que se reuniam para discutir política e teologia articulados em bairros, sítios e periferias, por bispos, padres e freiras adeptos da Teologia da Libertação. Para saber mais ver Beto (1981).

Para Maria Célia Paoli (2002), a articulação de novos atores coletivos se fortaleceu e se expandiu quando aqueles e aquelas considerados “outro” (à margem da sociedade), passaram a construir narrativas e vincular uma outra história dos conflitos políticos no Brasil:

a experiência de visibilidade deste “outro” agora autonomamente organizado e disputando o sentido do espaço público - os sindicatos antes legalmente controlados, os trabalhadores pobres e excluídos sociais, as pessoas discriminadas por gênero, cor, idade, etnia e opção sexual, as pessoas destituída de seu meio ambiente pela ação predadora do capital - impactou fortemente a cultura política do país. Modificou a forma de exercício do poder local e das grandes cidades, envolveu a virada secular da Igreja, gerou uma nova esquerda política e partidária, introduziu um novo vocabulário político em cujo centro, pela primeira vez, estava a palavra “cidadania”, influiu fortemente nos dispositivos da nova Constituição (pós-ditadura militar) dando peso e consistência à palavra “direitos” e introduziu o que mais tarde se configura como “modelo participativo” local de negociação e deliberação pública e política (PAOLI, 2002, 404-405).

A emergência das novas atrizes e atores sociais estabeleceu mudanças na cultura política do país, ao passo que fortaleceu organizações de base e vociferou narrativas antes sumariamente silenciadas na história oficial, contrariando Lamounier e Souza (1990), que afirmam que a mobilização popular para a Constituinte não teria afetado a cultura política do país.

Na direção das interpretações de Paoli (2002), Brandão (2011) afirma que no microcosmo da Constituinte a presença popular no Plenário, os movimentos e os grupos de interesse (da esquerda e da direita) perceberam que as manifestações das galerias influenciaram de sobremaneira o plenário³⁰.

A Constituinte de 1987-1988 representa um marco na compreensão e definição dos direitos sociais de grupos antes marginalizados. No contexto rural, as mobilizações engendradas inspiraram outros grupos a lutar por direitos, segundo Silva e Paulilo (2008, p.58):

A existência desses movimentos sociais, sobretudo os rurais, sob nosso ponto de vista, fez muito pelo deslocamento de percepções sobre as questões sociais, culturais e políticas. Eles certamente abriram possibilidades para que grupos sociais solapados em seus direitos pudessem lutar para consegui-los.

No campo, esse momento fomentou a organização e mobilização não só de mulheres, mas também de outros coletivos, a exemplo das populações tradicionais. A mobilização dos movimentos no campo, segundo Bordalo (2011), foi fomentada no período da Constituinte. As condições sociais que favoreceram a emergência dessas ações, nos levam a entender o contexto histórico e nos possibilita compreender os caminhos da mobilização e organização das trabalhadoras e trabalhadores rurais.

A luta dos movimentos sociais, neste período, garantiu que a participação política nos processos de decisão pública fosse reconhecida como um direito. Na

³⁰ Brandão (2011) usa a fala da deputada Márcia Kubitscheck (PMDB-DF) para fortalecer tal afirmação.

Constituição de 1988, foi possível aos movimentos sociais e ao campo de esquerda partidária garantir mecanismos de participação popular, reivindicação que emergiu e cresceu na década de 1980 a partir da retomada dos movimentos reivindicatórios e da crítica à ditadura militar. Lutar pela democracia, naquele período, ia além da defesa da reorganização do sistema partidário e eleitoral. Os movimentos sociais exigiam o direito de participação direta nas decisões políticas como forma de garantir a cidadania ativa. Por conta dessa luta, durante a década de 1990, se desenvolveu um conjunto de instrumentos de democracia participativa. (SILVA, 2016, p.86)

2.4 Movimento de Mulheres e Feminista na Constituinte

Entendemos, aqui, o movimento de mulheres à semelhança de outros movimentos sociais: “uma noção analítica, que abarca um imenso guarda-chuva, abrigando ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações” (PAOLI, 1995 *apud* SOARES, 1998, p. 38). O movimento de mulheres é caracterizado por uma grande diversidade, assim como as atrizes sociais que o (re) constroem. Segundo a autora,

Os movimentos de mulheres, como outros movimentos sociais, são movimentos não-clássicos, na medida em que transcorrem nas esferas não-tradicionais de organização e ação política a novidade é que tornaram visíveis a prática e a percepção de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social, iluminaram aspectos da vida e dos conflitos sociais em geral obscurecidos e ajudaram a questionar velhos paradigmas da ação política (SOARES, 1998, p. 38).

Segundo Elizabeth Souza-Lobo (2011, p. 225) “Os movimentos se constituem na medida em que se constrói uma identidade de experiências e práticas”. O processo diverso de construção e reconstrução é a identidade dos movimentos de mulheres. A autora problematiza a construção das narrativas sobre o movimento de mulheres no Brasil e aponta uma diferenciação em Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas, partindo do princípio de que os primeiros surgiram das camadas populares e sua luta baseia-se nos direitos socioeconômicos; já os segundos teriam sua origem na classe média na construção de transformações culturais, a partir de questões como sexualidade, aborto e violência.

Segundo Souza-Lobo (2011) os movimentos de mulheres e feminista na década de 1980 foram provocados a se relacionar pelo fim comum de derrubar a ditadura. Liberais e libertárias se uniram ao movimento de mulheres mais amplo e construíram resistências.

Nalu Faria (2005) aponta que o feminismo, inicialmente, esteve ligado às lutas contra os Regimes Militares e pela Redemocratização, tendo características socialistas e classistas, o que levou a disseminação do movimento nas camadas populares. Ocorrendo nesse momento tensões entre os movimentos feministas e os demais movimentos de mulheres. Primeiramente as questões eram: Quem é ou não feminista? Depois passam a ser: Quem é mais feminista? No Brasil, aponta a autora, havia a ostentação das feministas de carteirinha, onde o

movimento se apoiou na intersecção entre feminismo e classe, se tornando cada vez mais burguês. Prevalecendo, assim, uma visão sobre o feminismo, de ter um olhar preconceituoso para como as classes mais populares e os movimentos de esquerda.

Além dessa visão delicada que se construiu a relação entre feministas e instituições governamentais, quando algumas ocupavam cargos nesse organismo acabam se tornando ambíguas, sendo estas militantes e funcionária do estado, o que de certa maneira enfraqueceu o movimento (FARIA, 2005).

Segundo Pinto (2003) mudanças políticas como: a Anistia³¹ aos presos políticos e a Reforma Partidária, propiciaram a expansão das ideias feministas, ao mesmo tempo em que geram divergências quanto ao feminismo e sua atuação política entre as feministas.

No pós-ditadura as mulheres se dividiram diante das distintas identidades do movimento, mesmo tendo lutado juntas pelo fim da ditadura civil-militar. A primeira cisão se deu entre as que se filiaram ao PMDB e as que escolheram o PT, depois a divergência foi em torno das que lutavam pela institucionalização do feminismo e as que defendiam a autonomia do movimento feminista. No âmbito político, todas elas encontram dificuldade, pois a repressão por parte dos homens, contra as mulheres e feministas que assumiram a vida política, ainda era enorme (PINTO, 2003).

No entanto, segundo Maria do Socorro Abreu e Lima (2012) o amplo movimento de mulheres foi tomando corpo sobretudo pelo fortalecimento dos movimentos de bairros, zonas rurais, nos movimentos contra a carestia, antes mesmo das feministas anistiadas voltarem ao Brasil. A mobilização das mulheres se fortaleceu em 1975, difundido pela ONU como Ano Internacional da Mulher³².

Esse amplo movimento de mulheres formado pelas feministas e as demais mulheres emergiu no período da redemocratização e com a mobilização para a Constituinte, e passaram a estabelecer uma relação de aproximação e diferença conflituosa, ao mesmo tempo em que constituíram lutas e pautas comuns através de Fóruns, Comissões e Movimentos. Vera Soares (1998) revela o movimento feminista como um grande articulador dentro do Movimento de Mulheres, papel que desempenhava desde a década de 1980 e que se perpetua, sendo

³¹ A referência de Pinto (2003) como marco emergir o movimento feminista, precisa ser relativizado quanto ao movimento de mulheres populares, pois contraditoriamente é no ano que é promulgada a Lei da Anistia (1979), que Lourdes sente-se ameaçada pelas forças da Ditadura Militar e segue seu autoexílio para o Sertão Pernambucano. Ainda no sertão ela sofre perseguição e é transferida de seu emprego. O movimento de Lourdes a afastou do GMM em Recife e só em 1983 ela conseguiu retornar ativamente ao movimento de mulheres, com a organização dos grupos de mulheres no sítio Pintada em Afogados da Ingazeira-PE.

³² Encontramos eco nessa direção no documento Grupo Mulher Maravilha (2009-2010). No resgate histórico é evidenciado o Ano Internacional da Mulher como marco fundação/oficialização do Grupo Mulher Maravilha no bairro de Nova Descoberta em Recife-PE, especificamente em 21 de abril de 1975.

atualmente reflexos das demarcações que separam as feministas dos movimentos de mulheres populares.

Em outra direção, Pinto (2003) afirma que as feministas poderiam até fazer as vezes de articuladora, mas não tinham consenso entre si, sobretudo quanto à institucionalização. As que acreditavam na institucionalização lutaram junto aos primeiros governos civis que criaram em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, iniciativa que teve início no plano estadual no governo de São Paulo em 1982. Mesmo sendo um espaço para a sociedade civil de cunho deliberativo e consultivo, havia divergências quando a participação de movimentos autônomos nesse espaço, muitas vezes era apontado o perigo de o movimento ser cooptado pelo governo, sobretudo porque existiam alas do movimento que defendiam uma reforma radical das relações de poder do Estado e sua estruturação.

Mesmo diante das discordâncias, o Conselho conseguiu realizar uma mobilização enorme através da articulação dos movimentos feministas, de sindicatos, de parlamentares para a Constituinte de 1988. Segundo Pinto (2003), o processo no parlamento estava muito longe de ser favorável às causas das mulheres e muito menos feministas, pois as mulheres congressistas representavam apenas 5,7%, dos votos, além disso essas mulheres em sua grande maioria não eram feministas, mas a articulação do CNDM e também o sentimento de identificação que o fato de serem mulheres em minoria num lugar dito apenas masculino, gerou uma unidade entre estas. Embora nem todas as feministas apostaram na articulação do CNDM, de acordo com Silva (2016):

O slogan da época, ‘constituente pra valer tem que ter direitos da mulher’, marcou aquela movimentação, que foi divulgada pela imprensa como lobby do batom. Este momento de forte articulação no movimento de mulheres brasileiro não surge do acaso. Há uma ação intencionada de várias feministas, componentes do CNDM e sua assessoria, que viajaram por todo o país com o intuito de contribuir nesta construção e encontraram, nos estados, fóruns e organizações de mulheres dispostas a participar (SILVA, 2016, p. 84).

Assim, o CNDM conseguiu ter êxito na mobilização para a aprovação de leis que pudessem ser instrumentos para a transformação do poder patriarcal em leis que reconhecessem as mulheres como cidadãs e sujeitos de direito. Segundo Pinto (2003) as estratégias utilizadas foram:

- Encontro Feminista Nacional para a elaboração da “Carta das Mulheres” aos legisladores com a demanda de mulheres de todo o Brasil e de movimentos diversos;
- Ações junto a 26 deputadas congressistas, através de assessoria de especialistas em legislação e acompanhamento direto em reuniões e comissões;
- Participação nas subcomissões Direito e garantias individuais, Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Família, Menor e Idoso;
- Promoção de Abaixo Assinado Nacional em apoio a “Carta das Mulheres”, disponibilizando modelo da carta em todo território nacional;

- Campanha “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher!” divulgadas por meios de comunicação como televisão e *outdoors*;

O resultado dessa atuação maciça foi o envolvimento e a articulação das Congressistas, de movimentos feministas diversos, de sindicatos, grupo local e regional que resultou na aprovação da maioria das pautas propostas, embora a Carta construída pelas representantes de todo o Brasil não fosse enviada na íntegra ao congresso. De forma estratégica, a pauta da legalização do aborto foi traduzida na manutenção da legalidade nos casos de estupro, visto que havia uma ofensiva conservadora no congresso. Além dessa modificação, também a aposentadoria para donas-de-casa foi retirada por ser alvo de divergências ainda (PINTO, 2003).

Mesmo diante das reações conservadoras, as pautas das mulheres foram explicitadas e reunidas na campanha “Direitos das mulheres na Constituinte, reunidas a partir da coalisão entre CNDM, movimento de mulheres, movimento feminista e mulheres organizadas no interior de organizações mistas como sindicatos. A participação das mulheres na Constituinte pode se caracterizar como uma polifonia, ou seja, não se limitou a um dado modelo de “ser mulher”. Segundo Silva (2016):

As trabalhadoras domésticas, através da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), também atuaram no processo Constituinte em defesa de direitos para a categoria e tiveram apoio das organizações feministas e do CNDM. Lenira Carvalho³³, liderança das trabalhadoras domésticas neste momento, registra em uma entrevista que (...) o movimento de mulheres botou na proposta as empregadas domésticas do Brasil, então estávamos concentradas lá. Nenhum outro movimento fez isso. Só o que se lembrou das domésticas foi o movimento de mulheres (CARVALHO, 2008, p. 130 *apud* SILVA, 2016, p. 84-85).

Para Soares (1998) a Constituinte foi um momento de articulação do movimento de mulheres como um todo, com o principal objetivo do reconhecimento das mulheres como cidadãs e trabalhadoras, ao passo que se configurou como uma mobilização como construção de formas de participação democrática direta.

Além da articulação junto ao CNDM e as deputadas constituintes, o movimento de mulheres e feministas apresentaram duas Emendas de Iniciativa Popular centradas nas questões das mulheres³⁴, conforme aponta Silva (2016, p.85):

A primeira, em torno da qual conseguiram unificar todos os movimentos de mulheres, incluindo os setores progressistas das Igrejas, e ter adesão de outros movimentos sociais. Tratava-se da questão trabalhista, violência e outros direitos com potencial de unificar a todas. A segunda era especificamente sobre a legalização do aborto e teve adesão apenas do movimento feminista. Para esta segunda proposta,

³³ No tópico cinco, vamos detalhar a mobilização das Domésticas em PE, a partir da articulação do Sindicato das Domésticas com a Ação Católica Operária (ACO) e o movimento “Povo na Constituinte”, com o qual o Grupo Benvirá também se articulou.

³⁴ Também, no tópico seis, detalharemos as duas Emendas citadas, destacando a possível mobilização do Grupo Benvirá em prol da coleta de assinatura da primeira iniciativa.

as feministas conseguiram 33 mil assinaturas, o que conquistou o direito de apresentação e defesa, embora ela não tenha sido aprovada, pois apenas a primeira conseguiu o apoio dos constituintes. Interessa ressaltar que as trabalhadoras domésticas foram um segmento central na coalizão que gerou a primeira emenda, conforme entrevista de Lenira Carvalho (2008). Este episódio demonstra a capacidade do movimento feminista de congregar os diversos movimentos de mulheres e elaborar estratégias que permitam que esta unidade não negue suas bandeiras mais radicais, a exemplo da legalização do aborto.

A partir das considerações de Silva (2016), podemos destacar o êxito da articulação do movimento de mulheres e do movimento feminista para a Assembleia Nacional Constituinte, momento em que as mulheres passaram a ser reconhecidas como cidadãs e trabalhadoras, embora, não possamos esquecer que tal cidadania, pode ser configurada como de segunda categoria, pois, como aponta Souza-Lobo (2011), mesmo havendo conquistas, ela se dá não pelo fato das mulheres serem humanas, mas sim porque elas servem ao Estado, desempenhando seu papel maternal. É dizer, a cidadania das mulheres carece de ser justificada e, além disso, está condicionada a sua função social para o Estado, gerando e criando seus filhos. A maternidade aparece no texto como fator biológico e social, dessa maneira a cidadania das mulheres está limitada à cidadania das mães e trabalhadoras.

A seguir apresentamos de maneira central como se deu a articulação das Mulheres Rurais para a Constituinte, destacado sua dupla estratégia de ação que, segundo Butto Zarzar (2017), se estabeleceu através de articulações com o movimento misto, bem como com o movimento de mulheres e feminista.

Não é nossa intenção por hora, nos aprofundar na seara das narrativas sobre a construção da História do Movimento de Mulheres no Brasil, que se teoricamente se baseia numa dicotomia entre movimento de mulheres e feministas. Essa questão não nos apareceu em campo. No entanto, acreditamos que a autoafirmação como feministas tem caminhos e obstáculos próprios no movimento de mulheres populares, como afirma Butto Zarzar (2017), Faria (2005) e Silva (2016), o que não quer dizer que as práticas dos movimentos de mulheres não sejam feministas, desde sua constituição. Mas essa é uma questão para as pesquisas futuras.

2.5 Movimento de Mulheres Rurais e Constituinte

”Visão tranquilizadora do mundo rural sem conflitos, o folclore sob certos aspectos é a negação da história, uma certa maneira de transformar em ritos tranquilos as tensões e as lutas.” (Michelle Perrot, p. 187, [1988] 2010)

O objetivo deste subtópico é apresentar a bibliografia sobre o movimento de mulheres rurais no Brasil para complexificar nosso entendimento sobre as organizações, com vistas a entender a mobilização destas para a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988.

Para Butto Zarzar (2017) os estudos rurais no Brasil tiveram sua produção acadêmica entrelaçada ao contexto social e político do país, sendo influenciado por ele e ao mesmo tempo o influenciando. Os estudos sobre os movimentos de mulheres rurais aparecem a partir dos anos de 1980, quando houve uma emergência de atores e atrizes sociais que deram origem a movimentos diversos. No caso das mulheres rurais, suas maiores reivindicações estavam em ser reconhecidas como trabalhadoras, no acesso à saúde, previdência social e a posse da terra.

Bordalo (2011), Brumer (1999), Cordeiro (2007), Paulilo (2008), Deere e Léon (2002) convergem no sentido de apontar o período de redemocratização (1985-1989) no contexto de surgimento dos movimentos de mulheres rurais. Além disso, a Constituinte é apresentada como um momento chave para o reconhecimento das mulheres enquanto agricultoras. São enumeradas, nesta direção, as conquistas obtidas legalmente, no entanto não é apontada a organização do movimento para a Constituinte, nem suas reivindicações, pautas e alianças.

Para Butto Zarzar (2017, p. 255) as mulheres rurais se organizaram em movimentos

expressivos nas regiões Sul e Nordeste do país, áreas em que além de contar com uma importante presença da agricultura familiar, vivenciaram um processo de renovação do sindicalismo rural, com base na constituição das oposições sindicais, do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores e da alteração da composição das federações de trabalhadores na agricultura.

Cordeiro (2006) e Bordalo (2011) apontam que este processo foi fruto do encontro das mulheres populares em reuniões das CEB's ou nas Frentes de Emergência, sendo esta última referindo-se ao nome dado a políticas, sobretudo governamentais no sertão semiárido em seca, como próprio nome aponta, tais políticas eram apenas emergenciais e até 1983 as mulheres não tinham direito a alistamento, segundo Cordeiro:

Várias foram as intervenções do poder público face ao fenômeno da seca. Uma delas foi denominada de Frentes de Emergência. Como o próprio nome diz, eram programas emergenciais desenvolvidos pelo governo federal nos períodos críticos de seca, nos quais as pessoas recebiam uma remuneração para executar determinados trabalhos. Ghislaine Duque e Maria Niza R. Cirne (1998) destacam que os programas tiveram várias versões sucessivas e sofreram mudanças de rumo em decorrência das pressões sociais (CORDEIRO, 2004, p.100-101).

A organização das trabalhadoras rurais, para Soares (1998), configura-se como um campo de lutas por cidadania e reconhecimento enquanto trabalhadoras, assim como a relação que elas estabelecem com os movimentos mistos na luta por Reforma Agrária, melhores condições de trabalho e direitos sociais.

Segundo Branco (2000, p. 176), ao participarem de um grupo ou movimento, “as mulheres têm a oportunidade de compartilhar os seus problemas com as demais companheiras e de receber apoio em tempos de necessidade”. Estar juntas possibilitou a organização delas próprias enquanto mulheres e, ainda, no processo de desnaturalização das relações socioculturais entre homens e mulheres, como apontam Bordalo (2011) e Cordeiro (2006).

Nessa direção, para Deere (2004), as questões culturais de gênero, no tocante a divisão sexual do trabalho, violência contra a mulher e sexualidade, seriam temas com menos inserção no movimento de mulheres rurais, também por questões de prioridade, haja vista a necessidade de as rurais dizerem que eram gente e trabalhadoras, para conquistar o direito a serviços básicos como seguridade social e saúde.

Com a participação de mulheres nos movimentos rurais como o Movimento Sem-Terra (MST) e a CONTAG e ainda a criação de movimentos autônomos de mulheres foi levada à Constituinte a luta pelo reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais, o direito à terra, à assistência social e à saúde. O MMTR-NE, a ANMTR-Sul, a CONTAG, o MST, a CUT e o CNDM, teriam sido os grandes articuladores do lobby na Constituinte a nível nacional (DEERE, 2004).

Segundo Butto Zarzar (2017), no IV Congresso da CONTAG em 1985, com representação de agricultoras de todo o Brasil, mesmo que tímida, constituíram estratégias de articulação e mobilização das trabalhadoras rurais para a Constituinte, como parte de reivindicações apresentadas pela tese das agricultoras em prol da sindicalização das mulheres. As alianças das agricultoras para a Constituinte foi distinta do movimento de mulheres como um todo, pois as pautas das rurais não se limitaram às empreendidas pelo CNDM, elas estiveram ligadas também aos movimentos mistos rurais, como a CONTAG (DEERE, 2004, p. 180).

Como muitos movimentos de mulheres rurais foram fundados com o apoio das CEB's, e o acompanhamento da CPT foram levados a reivindicar acesso a saúde e educação e na prática resultaram na “incorporação de mulheres nos STR's e extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais” (DEERE, 2004, 180).

É relevante perceber que no contexto da redemocratização brasileira foi a união do movimento de mulheres rurais, dos sindicatos rurais mistos junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os responsáveis pela criação de demandas para o Congresso Constituinte (DEERE e LEÓN, 2002).

Nessa direção, Butto Zarzar (2017) faz um balanço positivo da atuação do movimento de mulheres rurais na Assembleia Nacional Constituinte, pois, além das conquistas obtidas no texto final da Constituição de 1988, a mobilização para a ANC também serviu para o fortalecimento desses movimentos. Para a autora “com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte muitas lideranças percorreram vários lugares do país para elaborar e mobilizar propostas e a eleição de mulheres parlamentares à nova Constituição, alargando o seu raio de atuação” (BUTTO ZARZAR, 2017, p. 89).

No tópico a seguir apresentamos as bases de articulação para a emergência das mulheres sertanejas como sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira-PE, sendo, sobretudo, locais em interlocução com o litoral. Destacamos, então, o contexto da luta pelo direito a ter direitos em que nasce na região com a atuação da Teologia da Libertação. Também analisamos a atuação da Igreja com os sindicatos rurais, assim como com os movimentos de esquerda, bem como o contexto dos movimentos populares e de mulheres na Zona Norte do Recife, ontem estava inserido o Grupo Mulher Maravilha, cujas fundadoras e influências são comuns ao Benvirá.

3 SERTÃO DO PAJEÚ: TERRITÓRIO DE LUTA POR DIREITOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os antecedentes do Benvirá e as reflexões sobre a região do Sertão do Pajeú, da qual fazem parte as cidades de Afogados da Ingazeira, Tabira, Solidão e Ingazeira, palco de atuação do Grupo Benvirá no período investigado.

Para tanto, o primeiro subtópico “*O perigo da História única*”, reflete acerca da territorialidade Sertão, a partir das contribuições de Hall (2006), Castro (1961) e Albuquerque Júnior (2011).

Em seguida, no subtópico “*O Sertão do Alto Pajeú na década de 1980*”, apresento o recorte geopolítico do Sertão do Alto Pajeú, colocando em relevo a divisão adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1980, analisada por Thais Andrade (1985).

Posteriormente em “*Eu quero Direitos*” ou “*O povo precisa aprender que é gente*”, discorro sobre o contexto político e cultural do Sertão do Pajeú e sobretudo de Afogados da Ingazeira. Pois esta cidade é conhecida regionalmente por sua considerável consciência política, fato atribuído a atuação do Bispo Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho (MARQUES, 2011).

Ainda, em “*Grupo Mulher Maravilha – GMM*”, trago a história desta ONG criada e organizada por mulheres e para mulheres, em Afogados da Ingazeira - PE, com o compromisso de mobilizar e formar numa perspectiva profissional e cidadã.

Por fim, em “*Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU*”, busco compreender a atuação do Centro em Afogados da Ingazeira de 1980-1984, fazendo parte do que chamamos de antecedentes do Grupo Benvirá, tomando como ponto de partida as reflexões de Abreu e Lima (2012).

3.1 “O perigo da História única”

Fique você com a mente positiva
 Que eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!)
 Pois sou uma pessoa
 Esta é minha canoa: Eu nela embarco
 Eu sou pessoa!
 A palavra pessoa hoje não soa bem

Pouco me importa!

Não! Você não me impediu de ser feliz!
 Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!
 Ninguém é gente!
 Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
 Não sou da nação dos condenados!
 Não sou do sertão dos ofendidos!
 Você sabe bem: Conheço o meu lugar!³⁵

“Conheço o meu lugar”! Parafrazeio hoje, em 2020, a canção de Belchior, parte do LP “Era uma vez o homem no seu tempo”, lançado em 1979. Ainda é preciso dizer isso ao mundo? Ao Brasil? À São Paulo e ao Rio de Janeiro? A necessidade desses lugares “Pouco me importa”, mas em mim ainda arde a necessidade de afirmar veementemente para eu mesma que “Sou Pessoa”. Pois, a maior violência das desigualdades, sejam elas de gênero, territoriais, culturais e raciais é fazer com que odíamos e neguemos a nós mesmos, em detrimento de uma narrativa tida como única.

Nessa direção acreditamos que reconhecer o próprio valor, passa por recriarmos novas narrativas sobre a nossa história. Esta dissertação, portanto, almejou a reconexão de uma sertaneja com a sua dignidade. Sou uma pessoa, mulher sertaneja e por conhecer o meu lugar, não estarei presa à poesia metrificada, de cordel e aos estereótipos da seca. Sou fartura e hospitalidade, mas “não mexe comigo, que eu não ando só”³⁶.

Assim, evoco as “Mulheres de Benvirá”, que em 1983 questionaram a naturalização do patriarcado e do flagelo da Seca, ao se organizarem em grupo e, em marcha, conseguiram o direito de participação nas frentes de emergência. Elas, assim como Belchior e sua canção, negaram o lugar de esquecidas, condenadas e ofendidas. Por conhecerem seu lugar de gente, elas partiram para a luta, na esperança de transformar o lugar para elas imposto.

Pensando a totalidade Nordeste, Melo (2019, p. 09) descreve a região como “território e região cheio de significações e visões construídas pelas suas características culturais, sociais e políticas, mas, sobretudo, as características geográficas e econômicas, que compreendem o Sertão como terra de flagelos.”

Assim, quando falamos de Nordeste, convém advertir que essa totalidade Nordeste que foi inventada a partir do discurso da tradição, segundo Albuquerque Jr. (2012), não pode ser lida como um bloco homogêneo do litoral ao sertão. Embora a Seca tenha sido evocada como discurso social para a invenção do Nordeste, a região da seca e a região do litoral, são muito distintas e distantes, sobretudo quanto à fome, segundo Josué de Castro (1961).

A divisão de regiões a partir do quadro da fome no Brasil, empreendida por Castro (1961), é assertiva ao dividir o que é chamado nordeste em dois territórios distintos. O curioso

³⁵ “Conheço o Meu Lugar” do LP Vinil “Era uma Vez um Homem e Seu Tempo”, gravado em 1979.

³⁶ Trecho da música Carta de Amor, composição de Maria Bethânia e Paulo César Coelho, gravada por Maria Bethânia no disco Oásis de Bethânia em 2012.

é que de acordo com os estudos do médico e geógrafo, o sertão que carrega historicamente a marca da seca, apresenta um índice de fome epidêmica, ou seja, a fome é sazonal, pois há uma intercalação entre os períodos de fartura e de miséria. Já o litoral e a Zona da Mata do nordeste, são caracterizados como locais onde a fome é endêmica, ou seja, permanente.

Reivindicamos, a partir de Castro (1961) e Melo (2019), a necessidade de pensarmos o Sertão como território que, embora esteja contido na região Nordeste, não pode ser limitado aos discursos sobre ele, tampouco as características ditas do sertão podem definir o nordeste. Ou seja, Nordeste e Sertão não são sinônimos. Tampouco Sertão é sinônimo de seca. Embora o fenômeno da seca seja parte da história do Sertão, este não pode ser descrito apenas como terra do flagelo da seca e da fome.

Pois, um nordeste da tradição, como construção sociológica e artística baseada no discurso da identidade regional, serve apenas para enfraquecer o sertanejo enquanto sujeito político. A identidade sertaneja muitas vezes congelada na imagem do senhor, em sua casa grande e no popular dos rincões do sertão, conforme aponta Albuquerque Júnior:

Embora com obras muito diferentes, estes autores e artistas têm em comum o fato de serem construtores de um Nordeste, cujas visibilidades e dizibilidades estão centradas na memória, na reação ao moderno, na busca do passado como dimensão temporal; assinaladas positivamente em sua relação com o presente. Este Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que combate a autonomia, a inventividade e apoia a rotina e a submissão, mesmo que essa rotina não seja o objetivo explícito, consciente de seus autores, ela é uma maquinaria discursiva que tenta evitar que homens se apropriem de sua história, que a façam, mas sim que vivam uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos, que se ache “natural” viver sempre da mesma forma as mesmas injustiças, misérias e discriminações. Se o passado é melhor que o presente e ele é a melhor promessa de futuro, caberia a todos baterem pela volta dos antigos territórios esfacelados pela história (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 100).

Não nos cabe aqui negar a identidade, nem temos a pretensão de indicar uma outra, mas constatar que há uma visão tradicionalista de sertão que não condiz com a luta das mulheres sertanejas que buscavam, ao invés de apenas manter sua tradição, modificar a situação de miséria e desigualdade em que viviam.

Dizemos, pois, que o ser sertanejo é complexo e não pode ser narrado, pensado e descrito como um ser homogêneo partindo do conceito de identidade. A identidade está sempre “sendo”, se construindo de forma contraditória e não linear, ou seja, “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Enfim, a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, 13). Diante disso, nos perguntamos o porquê de haver uma identidade sertaneja fantasiosamente estática que foi perpetuada ao longo do século XX.

Como já foi mencionado, cresci no sertão ouvindo que o nosso problema era a falta d'água, e no meu entendimento a desigualdade social derivava disso, mas, em 2013, nos deparamos com uma grande estiagem e fui interpelada pela seca da barragem da minha cidade. Nessa ocasião, li *Geografia da Fome* de Josué de Castro (1961) e fez muito sentido as análises apresentadas sobre o sertão, quanto à história da nossa família.

Era curiosa a afirmação de que no litoral e na Zona da Mata haveria mais fome do que no sertão, logo eu ainda não tinha vivenciado o Nordeste para além dele. Quando já morava em Recife em 2018, tive a oportunidade de ser voluntária como recreadora na Comunidade de Tejucupapo em Goiana, Zona da Mata Norte de PE. Eu vi toda a abundância em verde, a vida que caminha no mangue, a maré cheia. Meus olhos pareciam incapazes de ler tamanha beleza e mistério. Atrás das casas do povoado passava o Rio, com água que enchia e secava diariamente. Para uma sertaneja era quase uma cena mágica, pois o Pajeú enche a cada quase dez anos. Para minha surpresa as mulheres da localidade relataram que muitas vezes faltava o que comer e eu pensei: — mas como, é possível? Se o rio passa aqui atrás, elas teriam os frutos do mangue à disposição. Não era só ir lá buscar?

No entanto, elas disseram que as mulheres não se arriscavam a entrar na maré num grupo com menos de vinte marisqueiras e pescadoras, pois elas corriam o risco de não voltar e de deixar seus filhos sem mãe. Narraram, então, que já foi encontrado o corpo de uma mulher que havia sido sequestrada na comunidade. Falaram também que o fato da comunidade ser cercada por canaviais, deixava tudo ainda mais perigoso. Para mim, que cresci ouvindo que água é sinônimo de fartura, foi um relato muito marcante. A fome aqui age todo dia. Com dor, pensei: Josué estava certo.

A fome no sertão não é causada pela falta de água, mais sim pelas desigualdades sociais, como denunciou Castro (1961). A questão não é simplesmente o chão rachado, a casa em abandono, o cangaço ou as músicas e as imagens que apelam para “a caveira de uma faca enfiada numa estaca fazendo a fome chorar”³⁷, isto é, as velhas imagens estereotipadas³⁸ do sertão, mas sim, a exploração da população pobre por uma elite, sustentada pela “indústria da seca”³⁹ durante o último século.

³⁷ Música “Não tem só mandacaru” de Lamartine Passos, gravada pelo grupo Encanto e Poesia.

³⁸ Para saber mais ver: BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* no.6 Brasília July./Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200004. Acesso em 19 de abril de 2020.

³⁹ A demonização Indústria da Seca é utilizada para questionar a Seca como sendo algo Natural, a partir da segunda metade do século XX, ao analisar a fome, a falta de água nos períodos de estiagem como produção Política e das desigualdades sociais. O termo passa a ser utilizado quando em meados do século são denunciadas desvios de verbas para coronéis locais, construção de obras “públicas” em propriedades privadas, como forma de manter o poder local (MATOS, 2012).

Entendemos o conceito estereótipo em consonância com Biroli (2011) como uma visão limitada sobre algo que se torna a única caracterização desse algo, invisibilizando e negando as demais características e a complexidade dele. Assim, a construção de qualquer estereótipo é histórico e tem seu porquê político.

Enxergamos semelhança entre esses fatos e o que Adichie (2009) chama de História Única, sendo esta, produto das relações de poder, quando afirma:

É assim que se cria uma história única. Mostra-se um povo como uma coisa, como uma só coisa, vezes sem conta, e é nisso que ele se torna. É impossível falar sobre a história única sem falar do poder. Há uma palavra, uma palavra malvada, em que penso, sempre que penso na estrutura do poder no mundo. É "nkali". É um substantivo que se pode traduzir por "ser maior do que outro". Tal como os nossos mundos econômico e político, as histórias também se definem pelo princípio do "nkali". Como são contadas, quem as conta, quando são contadas, quantas histórias são contadas, estão realmente dependentes do poder. O poder é a capacidade de contar a história de outra pessoa, tornando-a a história definitiva dessa pessoa (ADICHIE, 2009).

Nisto consiste o perigo da História única, seu porquê político. Quem detém o poder de instituir uma história única? No sertão, ela foi construída de modo que essa região fosse considerada menor em relação a outra. Há uma trajetória de sequestros da dignidade de muitos e muitas. A história única sobre nós chega a nos convencer de que somos menores, de que não há nada que façamos que poderá mudar isso. Mas a inferiorização do povo sertanejo como “sub-raça”⁴⁰ serve a quem?

Os que lucraram historicamente com a indústria da seca se utilizaram dos fatores naturais (o clima semiárido), de fatores sociais (a desigualdade social que existe na região constantemente), fatores culturais (a figura do agricultor, do beato, do vaqueiro) para construir uma imagem de passividade e condenar o povo do sertão à miséria, ao auto abandono e à retirada. Nessa direção Albuquerque Jr. aponta que:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leve à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças do grupo (ALBUQUERQUE JR, 2010, p.30 *apud* SANTOS, 2015, p.10).

Ou seja, a imagem estereotipada, a história única sobre uma região não é fruto de uma construção natural, mas sim uma construção política naturalizada. “Há uma visão que determina o que deve ser mostrado, dependendo de quem elabora o discurso para construí-la”. Assim, nos aliamos “a proposta de desmistificar certos conceitos pré-estabelecidos e também

⁴⁰ São inúmeras as menções ao povo nordestino como sub-raça, para ilustrar tal discurso destacamos a reportagem “Viúvas da Seca” (1980) de João Batista Oliveira para o programa Fantástico da Rede Globo de Televisão. Bem como o filme “Viramundo” (1965) de Geraldo Sarno. Além disso, para melhor compreender a relação entre a imagem do sertão relacionada a fome, miséria e seca ver: Santos (2015).

contestar os inúmeros estereótipos que surgiram com a criação imagética da região Nordeste do Brasil e suas sub-regiões” (SANTOS, 2015, p. 7-10). Na contramão dessa história de passividade diante do clima, da região, da seca, há uma *Outra História* do povo sertanejo em curso. Dentre tantas narrativas que colocam em xeque a História única sobre o sertão destacamos a trajetória de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por direitos.

Um capítulo importante para essa Nova História é a criação de sindicatos rurais a partir da década de 1960, desvelada por Silmara Marques (2010); e (2015), que evidencia como os agricultores se organizaram com o apoio da igreja católica para garantir uma vida digna no sertão, bem como a organização de mulheres rurais no Nordeste que tem como palco principal o sertão. Em 1983 é criado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR do Sertão Central em Serra Talhada, exposta por Cordeiro (2006), Bordalo (2011) e Butto Zarzar (2017): do sertão de PE e da PB o MMTR semeou a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE.

Alia-se a essa Nova História sobre o Sertão a organização “Mulheres de Benvirá” em Afogados da Ingazeira iniciada também em 1983, estudada por nós na monografia de especialização em História do Brasil em 2014, na FAFOPAI. Citamos aqui apenas narrativas que se conectam à experiência que ora estamos analisando. Pois, além de existir acontecimentos no sertão que contrapõe a ideia de sub-raça ou a passividade desse povo diante da história, há também uma diversidade de narrativas históricas que trazem à tona tais eventos, sobretudo produzidas nas instituições de ensino superior do sertão.

As mulheres que se organizaram na década de 1980, no Pajeú, não sentiam saudade de um passado, tampouco o queriam no futuro que, aliás, poderia nem chegar, dadas as condições de fome e de miséria. Elas tomaram suas vidas pelas próprias mãos como sujeitos de sua própria História e passaram a lutar na construção de um outro lugar para as mulheres na sociedade. Não se permitiram aprisionar-se na tradição da terra seca e no chão rachado. Como a caatinga, buscaram transmutar sua realidade, na busca de matar a fome sua e dos seus filhos e filhas. Não em nome da esperança ou do sonho no futuro, a questão era o presente, era urgente, mas não apenas emergencial.

3.2 O Sertão do Alto Pajeú na década de 1980

Não se trata, entretanto, de um sertão, mas de vários SERTÕES. Cada sertão correspondendo ao interior de determinado rio, de determinado lugar definido. O sertão apresenta-se assim como a definição para os lugares indefinidos e vagos, como o nome para os lugares sem nome (SILVA, 2010).

Existem sertões de norte ao sul do que hoje se conhece como Brasil, como a apontado por Silva (2010), assim não podemos falar em unidade territorial, cultural, social, política quando nos referimos ao sertão, esta denominação deriva-se da palavra deserto, pois eram assim que os portugueses se referiam ao interior do território da América, onde a colonização não tinha alcançado (SILVA, 2010).

Embora a colonização do interior e dos corpos que ali habitavam não tivesse ocorrido até a “Guerra dos Bárbaros” no século XVII, a dominação através da denominação e escrita eram empreendida pelos portugueses, apontando como deserto os lugares onde eles ainda não haviam “civilizado”, quando perceberam que não era um interior pequeno, haja vista a pequena porção de terra de Portugal que tinham como referência, passaram a chamar de “desertão”, de onde deriva a palavra Sertão, que foi difundida para designar o interior colonizado (SILVA, 2010).

Assim, a origem dessa História Única (ADICHIE, 2009) sobre o Sertão existe antes mesmo da constituição da região Nordeste. E podemos dizer que a invenção do Nordeste (ALBUQUERQUE JR, 2009), se valeu também de signos atribuídos historicamente à invenção do Sertão.

Para construir a Outra História (ADICHIE, 2009) sobre nós, é urgente negar a falsa sinonímia historicamente construída em torno dos conceitos seca - sertão - nordeste. Desse modo, proclamamos que nem todo sertão é Nordeste. Nem todo Nordeste é sertão. Nem todo Nordeste há seca. Nem todo sertão há seca. Por ser a homogeneização um dos artifícios da construção da História Única (ADICHIE, 2009), nossa inquietação pela construção de uma Outra História sobre nós tem como ponto de partida o reconhecimento da heterogeneidade, diversidade, desigualdade e complexificação que somos.

Universalizar as experiências faz parte do apagamento do qual nossas mazelas sociais são fruto. Nesse sentido, convém apontarmos que esta dissertação não apresenta uma narrativa sobre todo (O) sertão, mas sobre a cidade de Afogados da Ingazeira, localizada no Sertão do Pajeú em Pernambuco. Tampouco nos referimos (AS) mulheres sertanejas, mas sim sobre as mulheres que participaram das frentes de emergência e construíram grupos e organizações de mulheres no momento em que reconheciam seu estatuto de gente, cidadã de direitos e não apenas deveres. Além das localizações de lugar e de sujeitos, destacamos o tempo em que tais interações foram possíveis, a década de 1980 do século XX, período marcado pelo processo de Redemocratização no Brasil.

O Sertão do qual falamos está localizado no Nordeste, sendo o Nordeste uma das cinco regiões do Brasil definida por Celso Furtado (1957) como “um imenso contínuo

territorial, dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico.” Mesmo considerando toda a obra deste autor e suas contribuições, precisamos atentar para a diversidade, não apenas econômica do nordeste, mas também devemos levar em consideração a pluralidade social, cultural e política dessa região. Forjada na República, inventada por uma oligarquia⁴¹ como sendo una (ALBUQUERQUE, 2012).

Os Sertões, portanto, são vários e têm distintos climas, todavia o que diferencia o sertão nordestino é o clima Semiárido e o bioma Caatinga. O Semiárido é caracterizado pelo clima quente e seco, índices pluviométricos irregulares, condições primeiras para o Bioma Caatinga. São essas marcas naturais que se traduzem em Estiagem, como aponta Josué de Castro (1961):

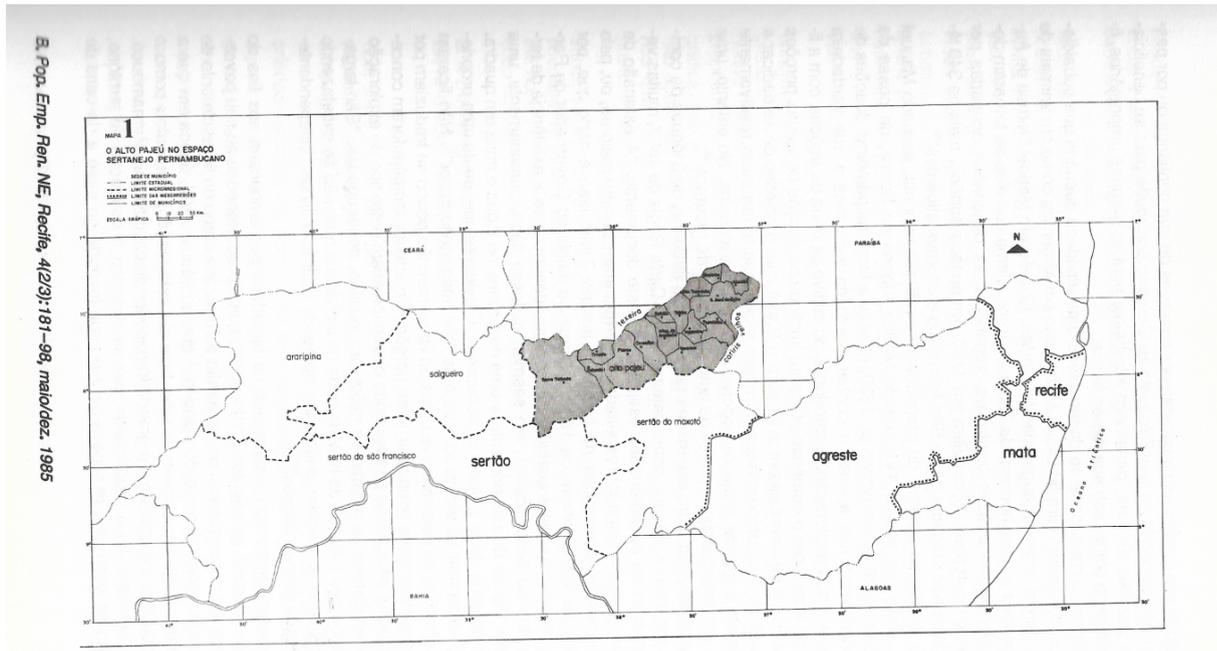
O Semiárido é caracterizado como um território com longo período de estiagem, devido a ciclo de chuvas desregulares, composto pela maioria dos rios temporários e solo arenoso. A vegetação se constitui basicamente de espécies que têm uma capacidade imensa de armazenamento de água, durante os períodos de estiagem a maioria da flora perde suas folhas como uma forma de reter água (CASTRO, 1961).

Para caracterizar o Sertão do Alto Pajeú⁴² em termos geográficos e fundiários, Thais de Andrade (1985) aponta que esta microrregião tem cultura de distribuição de terra semelhante a todo estado de Pernambuco. O Alto Pajeú é um espaço homogêneo como apresenta o mapa a seguir, encravado em solo sertanejo, com as divisões geopolíticas do censo do IBGE de 1980.

⁴¹Sobre o coronelismo no sertão do Pajeú ver: MARTINS. Antônio Edson da Silva. Apogeu e Crise do Coronelismo No Alto Sertão do Pajeú. Monografia (Graduação). Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira-AEDAI. Faculdade de Formação de Professores de Afogados Da Ingazeira-FAFOPAI. Departamento de Graduação e Pós-Graduação em História. Afogados da Ingazeira-PE, 2013. Contato de e-mail do autor: aem2009@gmail.com.

⁴²No tocante ao acesso à terra e ao trabalho na década de 1980, Thais Andrade (1985) segue como referência, embora não seja considerada a divisão sexual do trabalho em seu artigo, tampouco as relações de gênero imbricadas na questão, seus escritos trazem a categoria família. Levando em consideração o acesso à terra, a autora aponta três tipos de família, os latifundiários, os pequenos proprietários de terra e os trabalhadores Sem Terra, e os relaciona como segue: “Há um domínio de grandes latifúndios subexplorados, pertencentes a uns poucos proprietários que residem quase sempre nos centros urbanos de maior importância da área e são donos de vários imóveis que chegaram às suas mãos, muitas vezes, através de sucessão hereditária. Ao lado desses, há uma grande maioria que não tem terras e vende sua força de trabalho aos latifúndios, ficando à mercê, como assalariados, das condições que lhe impõem os proprietários. Situação mais ou menos semelhante à desses trabalhadores é aquela porque passam os pequenos proprietários cujas terras são insuficientes à sua manutenção e de sua família, vindo a se constituir também num exercício de reserva dos grandes latifúndios” (ANDRADE, 1985, p. 182).

Mapa 1 - Alto Pajeú de 1985

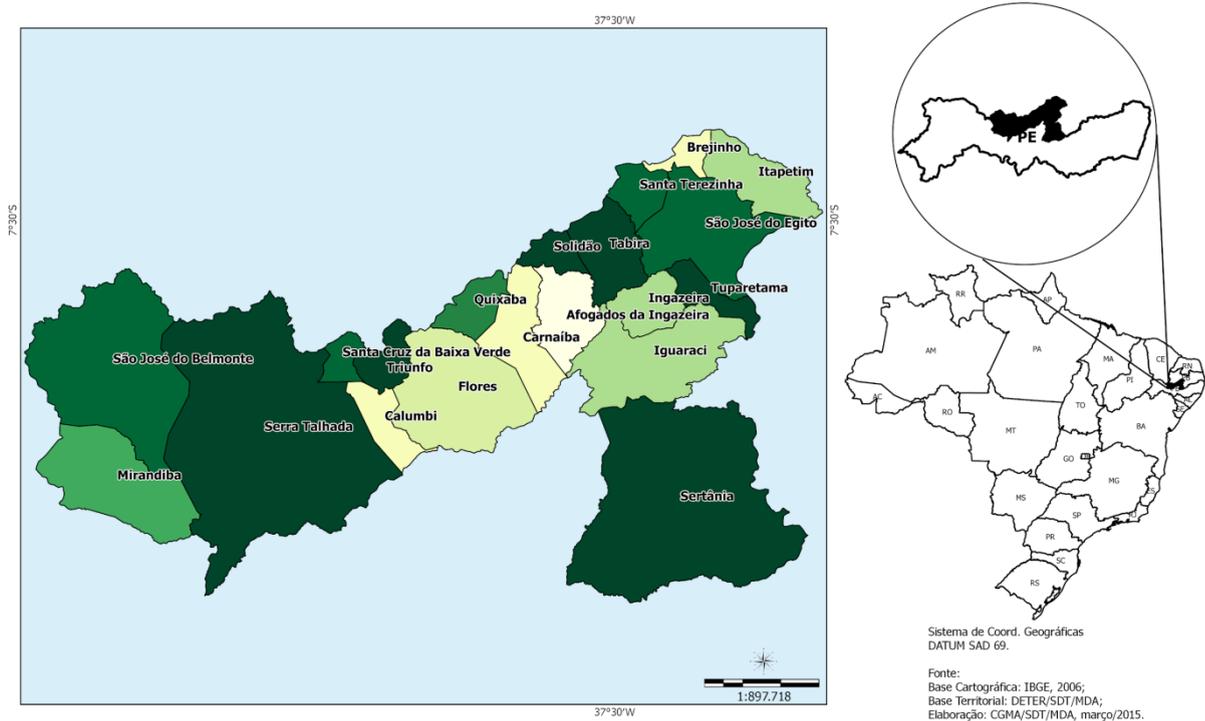


Fonte: Andrade (1985, p. 183).

Apresentamos, com o mapa acima, a construção geopolítica do Pajeú como região da qual Afogados da Ingazeira faz parte, desde antes de 1985, mas a análise de Thais Correia de Andrade aponta para a divisão regional desse período, depondo com fonte histórica para que possamos pensar Afogados da Ingazeira em relação as cidades vizinhas, já que como veremos mais detalhadamente a seguir, as articulações políticas extrapolavam o âmbito municipal e se dava em articulações regionais no Sertão do Pajeú. Embora não possamos afirmar que esse movimento se estendia a todos os municípios, podemos dizer das relações e mobilizações políticas ocorridas em parceria com as cidades de Tabira, Ingazeira (BENVIRÁ, 1987) e Serra Talhada (CORDEIRO, 2004). Ou seja, a cidade de Afogados da Ingazeira, onde se estabeleceu a sede do Grupo Benvirá e os municípios de Tabira, Ingazeira e Solidão que também recebiam assessoria do Grupo, fazem parte do que era apontado como Sertão do Alto Pajeú em 1985.

A seguir apresentamos um mapa mais recente da mesma região. A necessidade de mais um mapa se dá para melhor leitura as imagens e legendas, levando em consideração a má qualidade visual do desenho anterior. Além disso, o mapa que apresentamos abaixo, aponta a inclusão do município de Sertânia no desenho territorial que tem bases nos dados do IBGE 2010. Para nós, tal inclusão faz a alusão a organização dos polos sindicais da FETAPE (ABREU E LIMA, 2012).

Mapa 2 - Sertão do Pajeú



Fonte: Brasil, 2015.

Como podemos observar, no mapa anterior, a região pode ser caracterizada inicialmente como parte da bacia hidrográfica do Rio Pajeú, um rio temporário que tem seu curso ligado ao ciclo de chuvas e de estiagem do clima semiárido e possui como vegetação a Caatinga. Essas características naturais serviram historicamente como elementos definidores do povo nordestino e sertanejo, sendo atribuídas ao lugar e ao clima a responsabilidade pela seca, miséria e pobreza. As condições relevo-climáticas atribuída à culpabilidade ao longo de séculos pela fome e miséria que aqui se instala, de forma epidêmica. A estas epidemias habituou-se a denominar Seca, assim dita, pois durante as epidemias ficam secos os rios, as mesas e a barriga do povo.

O sertão nordestino é a região de clima semiárido que mais chove no mundo e em períodos de inverno os rios transbordam, se planta e se colhe. Porém, a água vai embora e a produção fica concentrada nas mãos de poucos: os latifundiários que compõem a oligarquia local. Deixando um rastro de fome e miséria, a nomenclatura Pajeú atribuída a esse território faz referência ao rio temporário que penetra seu relevo, o rio do Pajé, essa informação já nos anuncia a importância que este tem para o povo que ali vive. Assim como o Egito às margens do Nilo, o Pajeú é contornado por seu povo, como aponta Genildo Santana (2013):

Nós temos o Pajeú

Se para viver tranquilo
Tendo um futuro certo,
O Egito teve o Nilo
Correndo em pleno deserto,

Se a História sagrada
Em mais de uma ocasião,
Foi contada e recontada
Às margens do Rio Jordão,

Se do Tejo, em Portugal,
Uma voz ainda ecoa
Nos poemas de Quental,
Nos poemas de Pessoa,

Se o Rio São Francisco
Pelo Nordeste se alastra
E vai traçando um risco
Desde a Serra da Canastra,

Se em São Paulo, os caipiras
Dançam o cateretê,
Balanças suas catiras
Às margens do Tietê,

Se o Gângis, pra o hindú,
É também rio sagrado,
Onde o leproso nú,
Se banha pra ser curado,

Se, na França, vale a pena,
Nem que seja um pouquinho,
Passear no Rio Sena
Acompanhado ou sozinho,

Se há um rio importante
Em tudo que é região,
Nosso Pajeú tem sido
Fonte de inspiração.

Nesta direção, evocamos a relação do povo às margens do Rio Pajeú, em Afogados da Ingazeira com seu relevo e clima, não a partir da ideia de povo castigado pelo lugar seco. Também, não nos interessa pensar o lugar definidor da cultura do povo, tampouco nos interessa pensar o território do Pajeú, a partir de uma visão ufanista, sendo ele o ideal. O que pretendemos aqui é descrever a relação de um povo com o seu território, sendo a História fruto também dessa relação. Assim corroboramos com a ideia de território apontada por Emilly Melo (2019), em consonância com Milton Santos:

A partir do território e dos lugares, portanto, está sendo gestado um novo tempo que Milton Santos (1994) chegou a denominar de “período popular da história”. Este

período se caracteriza pelo processo de resistência dos lugares às perversidades impostas a ele pelo mundo (MELO, 2019, p. 13).

Assim, para além das questões climáticas e do discurso que utilizaram da natureza como justificativa de escolhas políticas, culturais e sociais, nos interessa aqui compreender as relações sociais que as mulheres dessa região estavam emaranhadas no contexto de emergência do Grupo Benvirá. Nesse caminho, tomamos a comparação emocionada de Lourdes Luna, quando ela aponta para o povo do Pajeú como um povo que luta por direitos, na contramão da visão de abnegação atribuída ao povo sertanejo, cujo marco é a frase de Euclides da Cunha “o sertanejo é antes de tudo um forte”. Para Lourdes:

o Sertão tem uma magia, ele se transforma. Na seca a vida fica escondida, latente, mas qualquer possibilidade que tem ela brota de forma maravilhosa. É a mesma coisa que um povo, podia estar oprimido, mas na hora que a gente falou dos direitos, falou que não podia ser assim, etc, o povo diz “eu quero direitos!” então senti isso naquela região, foi muita força mesmo (Lourdes Luna, 01/08/2017).

3.3 “Eu quero Direitos” ou “O povo precisa aprender que é gente”

O sertão do Pajeú, sobretudo, Afogados da Ingazeira, segundo Marques (2011), tem uma história política de mobilização e essa característica se deu pela atuação da Igreja Católica, especialmente o bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho. O bispo iniciou um trabalho de educação popular através do Movimento de Educação de Base (MEB)⁴³, programa criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O programa funcionava como educação à distância através do rádio e por onde as comunidades católicas recebiam aulas e monitoria para o processo de aprendizagem⁴⁴.

Em entrevista concedida ao comunicador Nill Júnior, por ocasião dos 80 anos da Rádio Pajeú, Dom Francisco⁴⁵ comentou a respeito de Afogados da Ingazeira ser conhecida

⁴³ “Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal. Foi fundado em 21 de março de 1961. Há 60 anos vem ações diretas de educação popular em diversas regiões, especialmente no Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sudeste do país e atualmente está nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, atuando também no Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais, em regime de parceria com o governo estadual. A opção preferencial por essas regiões está definida em Estatuto, como áreas populacionais do País em que os indicadores socioeconômicos revelam situação de pobreza e, conseqüentemente, índices sociais e econômicos abaixo dos desejados.” MEB. Quem somos. Disponível em: <https://www.meb.org.br/quem-somos/>. Acesso em 03 de abril de 2021.

⁴⁴ ACIOLY, Augusto César; FERREIRA, Daniel; JUNIOR, Nill. No coração do povo: A história da Rádio Pajeú, a pioneira do Sertão pernambucano. Apoio: Associação das Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco. Impresso na Companhia Editora de Pernambuco, 2011.

⁴⁵ Entrevista do Bispo Dom Francisco, por ocasião dos seus 80 anos, concedida ao comunicador da Rádio Pajeú Nill Junior, transcrita por Rogério Nunes Marinho e publicada no livro Memórias Fecundas da Diocese de Afogados da Ingazeira. Editoração Egídio Bisol. Gráfica Asa Branca. Afogados da Ingazeira - PE, 2011.

como um lugar politizado, relacionando ao fato, também, a sua atuação como bispo e profeta do povo, como era chamado:

Há pouco dias alguém me dizia que a situação em Afogados é relativamente boa, neste ponto que estou falando, disse que hoje se chegar numa comunidade e perguntar “quais são os problemas dessa comunidade?”, o grupinho reunido saberá: “é este, este, este, aquele”; “quais as falhas?”, sabe isto, e “o que vocês lamentam não ter aqui? sabe isto, e “o que vocês querem dos poderes públicos aqui?”...isto...disse eles já sabem dizer, se não assim com perfeição, com profundidade, mas saber dizer; e esta pessoa dizia que isto era resultado ainda, também, das aulas do MEB e dos encontros que fazíamos com o povo da palavra que dávamos na Rádio Pajeú e assim por diante (DIOCESE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA, 2011, 16)⁴⁶.

Além da eminente ameaça do fenômeno da seca, como analisa Abreu e Lima (2012), a organização da sociedade civil em Afogados da Ingazeira, no sertão do Pajeú, vivenciou a década de 1980 de maneira muito intensa, haja vista a organização das mulheres através do Grupo Benvirá; a mobilização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; a articulação do CENTRU⁴⁷; a atuação da Igreja Católica pela vertente da Teologia da Libertação através das Comunidades Eclesiais de Base, e ainda, animadas pelas homilias, discursos e lutas do bispo Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho.

Nessa direção, abaixo vemos o interior da catedral do Senhor Bom Jesus dos Remédios, lotada de fiéis mulheres, homens e crianças. Tal cenário poderia ser de uma solenidade litúrgica, a não ser pelos cartazes erguidos, semicírculo ao redor do altar. Embora não possamos decifrar o que está escrito nos cartazes, percebemos que se trata de um ato político, mobilizado também pela igreja católica a partir de uma leitura de imagem, mas colocando em diálogo com as falas de Dom Francisco e demais fontes que evidenciam a articulação através da igreja.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ No tópico 3.5. deste capítulo discorreremos de maneira mais detalhada sobre o CENTRU e sua atuação em Afogados da Ingazeira.

Figura 1 – Missa solene em celebração ao Dia do Trabalhador em 1981 (Fieis)



Fonte: Marques, 2011, p. 49.

A fotografia apresentada por Marques (2011), a seguir, é uma ilustração do quanto a igreja estava mobilizada em função da organização e reivindicação do povo do campo. As pessoas seguram cartazes em frente ao fogo que representa o Santíssimo Sacramento na catedral de Afogados da Ingazeira, o que evidencia que a igreja não era apenas um lugar de oração, mas também de ação. Na ocasião celebrava-se o Dia do Trabalhador (1º de maio de 1981), em missa solene na catedral do Senhor Bom Jesus dos Remédios.

A seguir, apresentamos a figura 2, fotografia da mesma ocasião vista de outro ângulo: enxergamos outro semicírculo por trás do altar e deduzimos, então, que foi formado um grande círculo em volta do altar, que no momento não estava restrito aos clérigos, pois leigos também o ocupam com uma faixa escrita: “Com União Conquistaremos a Reforma Agrária”⁴⁸. A mobilização foi organizada pelos “STR’s juntamente com a Igreja davam continuidade às mobilizações ocorridas no Pajeú, em maio de 1981 o Senhor bispo juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira e Iguaraci.” (MARQUES, 2015, p.49).

⁴⁸ A luta pela Reforma Agrária foi a bandeira mais forte levantada pela CNBB NE II e a CONTAG na Constituinte de 1987 e 1988, como poderemos entender melhor no capítulo IV.

Figura 2 – Missa solene em celebração ao Dia do Trabalhador em 1981 (altar)



Fonte: Marques, 2011, p. 49.

Tais imagens evidenciam o papel importante da Diocese de Afogados da Ingazeira, na educação política do povo, aliando-se assim à Teologia da Libertação, pois tais práticas buscavam despertar no povo a consciência de que são sujeitos históricos e como tais poderiam mudar sua realidade de miséria e fome, mas estes males não eram frutos da vontade de Deus, pois eles castigavam o homem sertanejo, que era a imagem e semelhança de Deus (MARQUES, 2015).

Para Dom Francisco, o aspecto central do programa de educação popular era proporcionar que o povo adquirisse, antes de qualquer coisa, a certeza de que eles eram “gente”, isto é, sujeitos políticos. Com suas palavras o bispo evidencia:

Primeiro eu achei, procurando que o Espírito Santo me inspirasse, que a melhor maneira de atingir isso no plano da comunidade, sobretudo da vida humana, do necessário para a vida, seria conscientizar o povo dos seus direitos; então eu não me preocupei muito, principalmente de começo, de construir, levantar prédios fazer que povo aprendesse, as escolas eram muito menos do que hoje, muito menos, não só nas cidades, mas nos campos, então enveredei por aí, o MEB - Movimento de Educação de Base - era um movimento da CNBB, que tinha o apoio do episcopado todo, isso era mais e sobretudo no norte e nordeste. Isso eu procurei dá ao povo, para que eles aprendessem aquilo que é básico aprender. Não era um ensino de carta de ABC, A, B, C, D não, era um ensino conscientizador, de mostrar que somos diferentes de pedra (...) *É que quem é gente tem direito* (DIOCESE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA, 2011, p. 15).

Essa fala de Dom Francisco coloca em relevo sua prática ligada à Teologia da Libertação, entendida, aqui, a partir da conceituação de Michael Löwy (2016) que apresenta a teologia da libertação como uma prática de Igrejas Cristãs que buscam através do trabalho de base, de pequenos grupos nas comunidades, discutir política e direitos, impulsionando as pessoas pobres à viverem com mais dignidade, uma vez conscientes de sua condição. A fala de Dom Francisco se relaciona com essa Teologia, que como sugere Löwy (2016) estava

mais próxima de um Cristianismo da Libertação, pois não se limitava às reflexões teológicas, sendo também pautada na prática. Através do trabalho de base descrita na entrevista, a amizade de Dom Francisco com Dom Helder, ícone da Teologia da Libertação na América Latina, evidenciava sua afinidade teológica, a aproximação de ambos pode ser atestada pelas inúmeras visitas de Dom Helder a Afogados da Ingazeira (DIOCESE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA, 1985).

A participação de Dom Francisco era marcante nos movimentos políticos e populares que emergiram em Afogados da Ingazeira e na Diocese, muitos deles, inclusive, foram criados com a animação do bispo. Ele exercia uma espécie de assessoria aos grupos no tocante a decisões políticas, aconselhamentos, como aponta Rosilda Bezerra de Oliveira⁴⁹ em entrevista: “nesse tempo a gente tinha um conselheiro muito bom, que era Dom Francisco. Que ajudava muito também, que era contribuinte, conselheiro do CENTRU.” Além da atuação como conselheiro, Dom Francisco, enquanto Diocese, também apoiava a população no enfrentamento à seca e à fome através da organização comunitária e grupos como o CENTRU e o Grupo Benvirá, de Pequenos Projetos, de recursos oriundos geralmente da CNBB e de organizações internacionais. E eram direcionados para “Pequenos projetos alternativos para vítimas da seca”, numa espécie de Frentes de Emergência alistadas pela diocese (FILHO, 1983-1988)⁵⁰.

No tópico seguinte, descrevemos o Grupo Mulher Maravilha, mesmo não sendo ele nosso objeto de estudo, sua história é fundamental para pensarmos a criação e práticas do Grupo Benvirá, desde suas ligações com a Igreja e a forma de atuação com as mulheres. Assim, a história do Benvirá veicula dois lugares à margem, a periferia da capital no litoral e o sertão. Retomamos as relações da Igreja Católica como sujeito local, mas antes vamos apresentar os demais antecedentes da criação do Benvirá.

⁴⁹ Entrevista concedida a autora em 03 de julho de 2019, na sede Mulheres de Benvirá, localizado na Travessa Francisco Guimarães-115, Centro, Afogados da Ingazeira.

⁵⁰ Nas crônicas escritas por Dom Francisco lê-se: “De 8 à 10 realizou no Centro de Treinamento Diocesano a primeira reunião do Clero no ano de 83, à qual compareceu um representante do Secretariado Regional NE II para falar ao Clero sobre a possibilidade de financiamento para pequeno projetos alternativos para as vítimas da seca” (FILHO, 1983-1988, sem número de página)

3.4 Grupo Mulher Maravilha - GMM

O Grupo Mulher Maravilha (GMM) foi fundado oficialmente em 1975⁵¹, sob animação de Edna⁵², Lourdes Luna e outras mulheres dos morros da Zona Norte do Recife. O Grupo era inicialmente ligado à paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, na Avenida Nova Descoberta, localizada no bairro de mesmo nome, na Zona Norte do Recife (GRUPO MULHER MARAVILHA, 2009-2010).

Segundo Geane B. Cavalcanti (2017), a região da Zona Norte do Recife onde está localizado a sede do GMM, foi palco de forte organização de moradores, desde a década de 1950, passando por perseguições na Ditadura Militar, permanecendo ativas e, no período da redemocratização, o clima era de expectativa e intensa participação popular. A autora aponta que as mulheres sempre estiveram presentes nessas organizações, pois eram elas que sentiam diretamente os problemas cotidianos do bairro. Desde a sua fundação Cavalcanti afirma:

As associações de bairro, ou conselhos de moradores, contaram com o apoio de padres que trabalhavam nas comunidades. Seus trabalhos comunitários eram incentivados pela Arquidiocese de Olinda e Recife, através de Dom Helder, que usava seu programa de rádio, um olhar sobre a cidade, na rádio pertencente à Igreja Católica, Rádio Olinda, para estimular os ouvintes a refletirem sobre a mensagem religiosa e as questões políticas e sociais do país e da cidade (CAVALCANTI, Geane B. 2017, p. 103).

Além de ter como base a Associação de Moradores e as CEB's na Zona Norte do Recife, na criação o GMM “contou com o apoio da Rede Mulher - SP e do SOS Corpo⁵³ no seu processo de formação e se integrou a redes e fóruns, como ao Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG)” (GRUPO MULHER MARAVILHA, 2009-2010).

Em conversa por telefone conosco em 27 de abril de 2020, Lourdes Luna nos relatou, além das entidades acima citadas, pessoas que viviam na clandestinidade em Recife a

⁵¹ Nas narrativas sobre a fundação do GMM, há sempre a relação do ano de 1975 com Ano Internacional da Mulheres, escolhido pela Organização das Nações Unidas, embora as personagens apontam que esse é um ano marco, mas que as reuniões entre as mulheres já ocorriam antes.

⁵² Edna Teotonia, educadora popular, moradora do bairro de Nova Descoberta cursou Sociologia na UFPE, no mesmo período em que Lourdes Luna cursou Serviço Social, foi coordenadora do GMM, grupo que do qual foi coo fundadora junto com Lourdes Luna, Socorro e tantas outras mulheres do bairro.

⁵³ “O SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Visando a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental. A ação do SOS CORPO tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS CORPO, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.” SOS CORPO, Quem somos. Disponível em <https://soscorpo.org/quem-somos/>. Acesso em 17 de maio de 2020.

ajudaram a pensar a organização de mulheres do GMM que ligadas ao Partido Comunista Revolucionário⁵⁴ (PCR), sobretudo as militantes Selma Bandeira e outra companheira de pseudônimo Maria, esta última inclusive costumava dormir na casa dela em Nova Descoberta. Lourdes Luna conheceu tais grupos políticos clandestinos na Ditadura, na graduação em Assistência Social na UFPE. No entanto, esses grupos não realizaram formações no GMM, mas o contato dela com mulheres que viviam na luta política contra a Ditadura na clandestinidade a ajudou a organizar o grupo, como aponta Tarlau (2008).

Além das militantes do PCR, segundo Lourdes Luna, contribuíram para a formação do GMM freiras estadunidenses que faziam parte de uma missão religiosa em Recife-PE, com o apoio de Dom Helder Câmara e vinham da Diocese de Detroit, no estado de Michigan-EUA. Pertencentes a várias congregações, dentre elas Jeanne Gallo e Ana Nett se destacaram no apoio ao GMM em momentos distintos. Lourdes comentou como eram progressistas no jeito de se vestir (não usavam hábito), cortavam cabelo, tomavam cerveja. Jeanne Gallo foi voluntária junto com Lourdes na Ação Católica Operária⁵⁵ (ACO) e devido essa aproximação, a freira teria indagado Lourdes sobre o fato de as mulheres serem bastante atuantes nas organizações de bairro, mas não terem papel de liderança, incentivando a criação de um grupo só de mulheres, com o intuito de priorizar as questões das mulheres.

Para Lourdes, o contato com as freiras favoreceu seu conhecimento sobre o movimento de mulheres contra a carestia em SP e sobre as Mães da Praça de Maio na Argentina. Além disso, Ana Nett era amiga de Ivone Gebara⁵⁶, inclusive juntas proferiram encontros e formações no GMM. Tais relatos nos levam a crer que estas freiras eram de alguma maneira influenciadas pelo movimento feminista presente nos Estados Unidos da América e em diversas partes o mundo nesse período. Segundo Tarlau (2008):

O que é importante sobre esses atores externos, tanto a Igreja Católica quanto essas mulheres clandestinas, é que elas não tentaram liderar as mulheres de Nova Descoberta, elas simplesmente ajudaram a desenvolver intelectuais orgânicos na comunidade que lideraram seu próprio movimento. Como Lourdes diz: "Eles me

⁵⁴ Na conversa Lourdes não se lembrava da cicla, mas lembrou que além de Selma Bandeira e “Maria”, era o mesmo grupo que Edval Nunes Cajá, Manoel e Domingos Colcione faziam parte, nos levando identificar o PCR através dos estudos de Abreu e Lima (2012)

⁵⁵ A Ação Católica Operária - ACO, atual Movimento dos Trabalhadores Cristãos - MTC, foi “um movimento de trabalhadores cristãos assalariados, homens e mulheres de todas as categorias profissionais, participantes do movimento Operário e Popular nas zonas urbanas. É um movimento de leigos, organizado e dirigido pelos próprios operários” (ACO, 1987, p.15). Em Recife-PE a atuação da ACO teve início com a chegada do padre Romano Zufferey em 1962 e contou com o apoio de Dom Helder Câmara à suas ações, apoio este que se dava pela confiança e autonomia que dedicava ao movimento, assim como ajuda concreta quando necessário (ACO, 1987).

⁵⁶ Segundo Margareth Rago (2013), Ivone Gebara é freira socialista e feminista, de origem sírio-libanesa, é autora textos teóricos nas áreas de filosofia e teologia, sua reflexão teológica foi fundamental para a constituição da Hermenêutica Feminista da bíblia, através dos quais defende a descriminação do aborto.

ajudaram na organização do GMM, não o organizaram, me deram uma força para organizá-lo" (TARLAU, 2008).

Assim o GMM se inscreveu no contexto da Ditadura Civil-militar no Brasil numa forma de resistência moralmente aceita e foram as CEB's, grupo de leigos na Zona Norte do Recife⁵⁷ (alguns deles se tornaram clubes de mães nas periferias) que se reuniam para refletir sobre cidadania e a conjuntura política. Mas o GMM tomou outro rumo, mesmo sendo fruto das CEB's, não seguiu a direção das ações para assistência social e emergencial como os clubes-de-mães. Em outra direção, segundo Tarlau (2008, p. 23) "o Grupo Mulher Maravilha começou a se concentrar na possibilidade de maior mudança social por meio da educação, ação da cidadania e atividades políticas".

Em Nova Descoberta, bairro do Recife, Lourdes foi protagonista na fundação do Grupo Mulher Maravilha em 1975. Já em Afogados da Ingazeira, foi cofundadora do Grupo Benvirá, em 1985. A militante estabeleceu elo forte entre esses grupos, mesmo distante fisicamente: ora longe do GMM (quando morou por oito anos no sertão), ora longe do Grupo Benvirá, quando voltou a morar em Recife (na década de 1990). Assim, sua figura é fundamental para entendermos a história do Grupo Benvirá, assim como não é possível dispensar a imbricação da sua história de vida com o GMM, desde a fundação, como aponta Tarlau (2008).

Em resgate histórico organizado pelo próprio GMM entre os anos 2009-2010, a *gênese* do grupo é resumida da seguinte forma:

Foi criado na época da ditadura militar no Brasil por algumas militantes que lutavam por justiça. As suas fundadoras refletiram sobre os problemas do país e da comunidade e buscavam entender suas causas. Começaram também a questionar as relações de poder, as formas de opressão e de exploração, e a ensaiar uma luta pela conquista dos direitos. Em seguida, passaram a realizar oficinas de artes, cursos de formação profissional, sempre aliando atividades práticas à formação política (GRUPO MULHER MARAVILHA, 2009-2010).

Tarlau (2008) destaca que o grupo passou a oferecer cursos de formação profissional como forma de atrair as mulheres da comunidade para os encontros de formação política uma vez que era grade obrigatória. Os encontros políticos tinham como base a pedagogia Freiriana, o que se denota pela presença de frases e falas do pedagogo em todo o espaço, bem como a ligação da própria Lourdes Luna com o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em Pernambuco com a participação de Paulo Freire.

⁵⁷ "Na zona norte do Recife, a partir da década de 1970 e por toda década de 1980, a Igreja Progressista contribuiu para a formação de novos conselhos e associações de moradores, como os das comunidades do Córrego José Grande, Córrego São Domingo Sávio, Vasco da Gama, Alto Santa Isabel e Mangabeira" (CAVALCANTI, 2017, 104).

Para que possamos compreender a articulação do Grupo Benvirá com o Grupo Mulher Maravilha durante a Constituinte de 1987-1988, se faz necessário adentrar na história do GMM, haja vista que a relação entre os grupos se deu a partir da presença de Lourdes Luna na fundação de ambos e, para além dessa atuação chave, a presença das CEB's, tanto em Afogados da Ingazeira no sertão, quanto em Nova Descoberta no Recife, é um elemento de reconhecimento. Outro elemento, ainda, é a pedagogia freiriana e popular adotada nos dois grupos.

Os pontos congruentes dessas organizações e, sobretudo, o exílio de Lourdes Luna, aproximou contextos muito distantes e distintos. A sua presença no Grupo Mulher Maravilha e no Grupo Benvirá revela a história de duas organizações de mulheres que tinham tudo para serem estranhas, mas se tornaram irmãs em suas práticas, articulações e forma organizativa. Ambas têm início como movimento de base e em seguida adotam a formalização como ONG, (ambas inspiradas pela ação da igreja, mas distintas pela relação com ONG e movimento de mulheres), sobretudo para tornar possível a captação de recursos. Embora tenha nutrido o aspecto político, a luta continua pela transformação política e social.

Assim, a história do GMM é fundamental para a articulação do Benvirá, o GMM é como uma irmã mais velha, que passa os ensinamentos de sua caminhada para a irmã mais nova. Pois Lourdes tomou como modelo a organização do GMM para semear e cultivar a organização das mulheres no sertão, evidentemente que o contexto político social distinto obrigou que fosse desenvolvida uma maneira própria do Grupo Benvirá, a questão territorial sempre foi um tema na relação dessas duas irmãs. Sobre a relação entre essas entidades, aparece no relatório anual do Grupo Benvirá de 1986:

O Grupo Benvirá sempre manteve estreita relação com o Grupo Mulher Maravilha de Recife. Uma mulher do Grupo Benvirá é fundadora e membro do Grupo Mulher Maravilha. A assessoria ao Grupo Mulher Maravilha se deu através das seguintes ações: Participação em reuniões, encontros, celebrações, etc.; Acompanhamento de visitas de outros grupos e entidades; Troca de informes e experiências; Orientação na redação de Projetos, Relatórios, etc. O Grupo Mulher Maravilha esteve presente no Grupo Benvirá através de visitas e intercâmbios e fornecendo monitoria aos cursos promovidos pelo Benvirá (BENVIRÁ, 1986, p. 22).

No relatório do Grupo Benvirá que descreve a mobilização do GMM para a Constituinte de 1987-1988, aparece o incentivo de Lourdes para que as companheiras de Recife se engajem nas ações da Constituinte Popular, incluindo a promoção de encontros de reflexão na sede do GMM em Recife, para debater sobre essa mobilização.

3.5 Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU

O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU é uma organização não governamental fundada em novembro de 1980. De acordo com Abreu e Lima (2012) a iniciativa tinha como objetivos principais a formação política e a organização dos trabalhadores rurais. Em Pernambuco, Abreu e Lima (2012) aponta a maior influência do CENTRU, na Zona da Mata Sul, mais especificamente nas cidades de Palmares e de Água Preta. Além da atuação central na ocupação de uma fazenda no sítio Caldeirão, no município de Pedra, Agreste Meridional do estado.

Afogados da Ingazeira foi uma das cidades de Pernambuco a ter uma filial do CENTRU no início dos anos 1980. A escolha da cidade pode ter se efetivado pela presença de Lourdes Luna e Narciso, que são filiados ao Partido dos Trabalhadores - PT. Ambos, juntamente com Neide e Rosilda, integraram a primeira equipe de entidade local. Rosilda inclusive é uma das fundadoras do PT no município. Em entrevista ela nos relatou que compôs a equipe do CENTRU a partir de um encontro que foi participar:

Então eu vim pra uma reunião aqui, que foram três dias, aí Narciso trabalhava nessa instituição, no CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural). E eu vim para essa e nessa reunião eu conheci Neide e a gente ficou amiga, foram três dias de reunião. Já conhecia Narciso. Aí Neide me chamou, me convidou pra eu ficar. Narciso também. Aí Lourdes também já tava participando desse encontro também. Aí então a gente ficou. O diretor era Manoel Conceição. Eu participei desse encontro, foi ótimo. Aí eles me convidaram para ficar, para ficar na equipe, né. Fazer parte da equipe de Pernambuco do CENTRU. E aí fez parte dessa equipe: eu, Lourdes, Narciso, Neide. Neide já estava aqui trabalhando, tinha vindo na semana para trabalhar. Lourdes, Narciso, Biró, fiquemos fazendo parte dessa equipe. Aí eu já fiquei definitivo, já fiquei para trabalhar com Neide, né. Ajudar Neide no trabalho de base, nas prestação de conta, nas compras, tudo isso. E participar das reuniões (ROSILDA, 03/07/2019).

Colocamos em relevo o fato de Rosilda integrar a equipe do CENTRU como agricultora, do sítio Tanque, zona rural de Afogados da Ingazeira. Ao passo que os demais (Lourdes, Narciso e Neide) eram de Recife e não vinham da agricultura. No relato acima, ela destaca que foi sua boa participação no encontro que garantiu que ela passasse a trabalhar na organização, além da sua aproximação com Neide.

Um dos papéis de Rosilda na equipe era a articulação do trabalho de base, acreditamos que essa articulação era facilitada por sua presença ou mediação, embora ela tenha destacado que já conhecia Narciso de reuniões anteriores na comunidade, quando ele ainda trabalhava na Diaconia⁵⁸.

⁵⁸ Organização social brasileira e sem fins lucrativos, fundada em 1967, de inspiração cristã, composta por 11 igrejas protestantes, tem filial em Afogados da Ingazeira-PE desde os anos 1970. A Diaconia é comprometida com a promoção da justiça e do desenvolvimento social. Estamos presentes em comunidades urbanas e rurais do

A articulação do CENTRU com a Diocese é evidenciada na fotografia a abaixo, a faixa além de reivindicar Diretas Já! Explicita que tal ação tem o apoio das duas instituições, isto representa o financiamento da Diocese aos projetos de Educação e saúde popular executado pelo Centro. Embora não consigamos identificar todas as pessoas que aparecem, Rosilda se reconhece logo na frente, ela é a segunda mulher da esquerda para a direita, segurando um cartaz.

A imagem evidencia que as atividades políticas da ONG também estavam no campo da reivindicação política e a luta contra a Ditadura Militar ainda em vigor, quando o CENTRU foi criado.

Figura 3 - Movimento pelas Diretas Já! Afogados da Ingazeira-PE



Fonte: Arquivo pessoal de Narciso e Lourdes.

De acordo com Brandão (2011), as mobilizações das Diretas Já! pelos movimentos populares podem ser entendidas como uma base para o que depois se tornou a mobilização para a Constituinte 1987-1988. Assim, a mobilização em Afogados da Ingazeira para as Diretas já! empreendidas pelo CENTRU e pela Diocese, são caminhos que levaram às ações em torno da Constituinte, agora encampadas também pelo Grupo Benvirá.

Durante os três anos que integraram a equipe do CENTRU, Lourdes, Narciso, Neide e Rosilda fortaleceram as suas afinidades afetivas e políticas. Os mesmos acreditavam no trabalho de base e que esse devia ser feito também pelo CENTRU, embora pela política da entidade, o trabalho de base era papel dos STR's, sendo papel do Centro contribuir na

Nordeste, região mais afetada pelas desigualdades sociais no Brasil. Mais informações em: <http://bemvindo.diaconia.org.br/>.

formação dos líderes de comunidades. Esse ponto foi a divergência que gerou a demissão compulsória ou espontânea Lourdes, Narciso, Neide e Rosilda, entre 1984-1985.

Após demissão do CENTRU os quatro criaram o Grupo Benvirá e buscaram financiamento para continuar o trabalho de base na zona rural e urbana de Afogados da Ingazeira, com o objetivo de desenvolver nas comunidades, sobretudo com as mulheres.

De acordo com entrevista concedida a autora, Rosilda destaca que a presença do CENTRU em Afogados da Ingazeira impulsionou a criação do Partido dos Trabalhadores no município em 1982. Embora nem toda a equipe do CENTRU concordasse com a criação imediata do partido, muitos agricultoras e agricultores ficaram animados. Em entrevista, Rosilda Bezerra de Oliveira diz que houve filiados nos sítios Tanque, São João, Pau Ferro, Carnaúbas e também relatou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não era a favor da criação do partido.

A atuação do CENTRU, a fundação do PT e a criação do Grupo Benvirá em Afogados da Ingazeira, nesse contexto, pode ser entendido como atuação do campo político da esquerda que se constituiu como uma força que atuou conjuntamente desde o final da Ditadura Militar até a Redemocratização, mesmo sem as rupturas ou reformas reivindicadas. Um período que segundo Carmen Silva (2016, p. 92), foi marcado por uma intensa onda de movimentação social, “reacomodando os representantes das classes dirigentes, colocou na cena pública a classe trabalhadora e os movimentos sociais de forma muito intensa”, sobretudo nesse período.

Para Carmen Silva (2016, p. 91), esse Campo Político, expresso ao longo dos anos 1980, notados nos momentos fortes de mobilização dentre as quais podemos citar:

a Campanha pela Anistia, as Diretas Já, e a Constituinte, construiu também um ideário ético-político, uma espécie de enquadramento interpretativo de largo alcance (masterframe) em torno de algumas ideias sobre si, que podem ser apresentadas de forma sintética com expressões no início da década de 1980 como: 'povo como sujeito de sua história' e 'política com p maiúsculo'. Estas expressões são associadas às proposições de cunho mobilizatório, a exemplo de abaixo a ditadura', 'anistia ampla, geral e irrestrita', 'constituente exclusiva, soberana e com participação popular', entre outras.

Embora nosso trabalho não tenha como objetivo pensar a atuação desse campo político amplo, é evidente que os discursos da Diocese de Afogados da Ingazeira (orientado pela Teologia da Libertação) e a criação do PT e a atuação do CENTRU, estava ancorado na reivindicação e na construção do povo como sujeito político. Embora não apareça nos relatórios ou na fala dessas organizações expressões como as citadas por Silva (2016), há a preocupação com uma educação popular voltada para a “conscientização de que o povo é gente” como discursava Dom Francisco. E, de fato, para Lourdes:

o papel do CENTRU era, sobretudo, formar lideranças nas comunidades rurais. Como o período de 1979-1983 foi de estiagem-seca no nordeste Brasileiro, uma das ações do Centro era a luta pela vida do povo sertanejo, o que estava

intrinsecamente ligado às frentes de emergência, então fiscalizava a condição de trabalho e de pagamento (LOURDES, 06/11/2016).

A seguir, buscamos localizar a reivindicação do sujeito feminino e/ou feminista dentro desse todo “Povo”, pois mesmo como atuação do campo político de esquerda, as mulheres precisaram afirmar que “Mulher também é Gente”. Sendo esta reivindicação passo inicial para a construção de grupos e organizações de mulheres em Afogados da Ingazeira-PE, a partir das articulações que foram animadas por sujeitas que formavam a equipe do CENTRU e/ou o PT na cidade: Rosilda, Lourdes e Neide.

4 “MULHER TAMBÉM É GENTE!”

Mulher. Mulheres. Sertanejas. Trabalhadoras Rurais. Sujeitos Políticos. Este capítulo apresenta esse novo sujeito que emergiu no sertão durante o período de Redemocratização, atentando para as relações culturais e sociais de classe e de gênero em que estavam inseridas.

No primeiro subtópico, “*Viúvas da seca*” e *resistências cotidianas*, narramos a construção social, cultural e política das chamadas viúvas da seca, que parecia ser o único destino das meninas desse território na segunda metade do século XX, em contraponto às resistências cotidianas que eram empreendidas pelas mulheres sertanejas.

Em seguida, em “*Essa frente de emergência, foi só de mulher (...) realmente a gente tinha coragem de ser dona de si*” narramos as estratégias cotidianas e as mobilizações sociais empreendidas pelas sertanejas, para tornar políticas, até então apenas emergenciais, em organização permanente, através do fortalecimento das relações entre as mulheres e a criação de grupos locais.

Posteriormente, em *Mulheres na Luta, Mulheres de Benvirá e Grupo Benvirá*, evidenciamos as fases da organização das mulheres sertanejas; em 1983 quando foi criado o grupo de base “Mulheres na Luta”, criado no sítio Pintada em Afogados da Ingazeira-PE; entre 1984-1985 emergiu o “Mulheres de Benvirá”, mobilização que passou a articular os grupos de base que se multiplicavam nos sítios; e entre 1985-1986 a criação do Grupo Benvirá que passou a captar recursos para manter as mobilizações, ações e atividades com as mulheres em Afogados da Ingazeira.

4.1 “Viúvas da seca” e resistências cotidianas

Antes de serem trabalhadoras rurais que se organizaram em Afogados da Ingazeira para reivindicarem sua cidadania (afirmando que são gente, em 1983), antes de criarem os grupos de mulheres em suas comunidades e, antes mesmo de se mobilizarem em prol de sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, a vida da fêmea humana⁵⁹, neste contexto se limitava aos papéis de meninas, mulheres, mães e viúvas. Algo comum nas classes pauperizadas. Neste tópico buscamos analisar os antecedentes da organização de mulheres no município, através da descrição dos papéis culturais, sociais e econômicos das mulheres, ou seja, como se constitui o ser mulher no contexto estudado.

⁵⁹ Termo utilizado por Simone de Beauvoir em 1949, no primeiro volume da obra “O Segundo Sexo”.

Quem eram essas mulheres? Perguntamos no plural, “mulheres”, partindo do pressuposto que são sujeitos plurais, diversos e desiguais, pois não é possível haver uma única forma de serem mulheres, trabalhadoras rurais no sertão. Desse modo, a pergunta primeira nos suscitou mais questões: Quais os territórios, as classes, as cores, as idades delas? E tantas outras indagações, sendo algumas delas preestabelecidas a partir do conceito de interseccionalidade? Outras questões foram surgindo a partir de informações que as fontes (fotos, relatórios e entrevistas) fizeram saltar aos nossos olhos.

Consideramos a teoria da feminista estadunidense Joan Scott (1989) que inaugura o conceito de Gênero como categoria de análise histórica, contribuindo dessa maneira para uma reflexão que considere as relações entre feminino e masculino. Assim, no âmbito conceitual, trataremos gênero não apenas como uma categoria analítica da dita história das mulheres, mas, sobretudo, como componente sociocultural e político construído pelas relações humanas. Gênero é, portanto, “um elemento constitutivo das relações sociais, baseados nas diferenças que distinguem os sexos (masculino e feminino), como uma forma primária de relações significantes de poder” (SCOTT, 1989, p. 120). Dessa maneira, pretendemos analisar criticamente as relações de poder entre homens e mulheres no período em tela.

Nessa perspectiva, corroboramos com a célebre constatação de Simone de Beauvoir (1949), “não nasce mulher, torna-se mulher”, e ao tornar-se mulher, torna-se cidadã, sujeito de direito. Para além do debate ontológico do ser mulher, não se torna mulher da mesma forma, ao mesmo tempo ou para o mesmo fim. Embora as vidas humanas sejam atravessadas pela construção cultural de gênero. Não há só diferentes formas de ser mulher no mundo, há desigualdades estruturais entre o ser mulher no mundo (BIROLI, 2018). Ao se referir sobre o ser mulher sertaneja Emily Melo (2019, p. 25) afirma:

o conceito de interseccionalidade dado a sua abrangência, é fundamental para a análise a que nos propomos, qual seja, as mulheres que no Sertão de Pernambuco protagonizaram, cotidianamente e em um processo incessante, lutas pelo direito a ter direito principalmente no que tange o nosso trabalho que é trabalhar nas frentes de emergência.

Água pouca. Trabalho muito. Sol que tremula o ar. Crianças se tornavam mulheres mais cedo. Evocamos a cantiga de trabalho⁶⁰ a seguir, de domínio público, para evidenciar a constituição do tornar-se mulher no sertão pernambucano. Onde as meninas são mulheres antes mesmo de serem gente humana.

⁶⁰ Em 04 de julho de 2017 - para a gravação do Documentário O Bem virá - as protagonistas cantaram essa cantiga, animadas por Lourdes Luna e Zilda, na ocasião do reencontro das treze que grávidas posaram para uma fotografia em 1983 numa frente de emergência no sítio Escada em Afogados da Ingazeira. Durante as entrevistas elas relataram que costumavam trabalhar entoando em coro várias cantigas.

Lava lavadeira
 a roupinha de passear
 Uma menina de tamanho assim
 uma trouxa de roupa assim
 um pedacinho de sabão assim
 o sol por aí assim
 uma lagoa desse tamanho
 e um pouquinho de água assim...

(Cantiga de Trabalho)

Embaladas por esses versos, foram muitas meninas mulheres quem criaram os irmãos, que lavaram a roupa de toda a casa, que faziam a comida, que realizavam o trabalho doméstico para que suas mães pudessem trabalhar para prover o sustento básico de toda a família, seja na roça ou nas frentes de emergência. Segundo Falci,

as mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – esta última, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavar, semear, limpar a roça do mato e colher (FALCI, 1997, p. 208).

Partindo dessa premissa, não há um sujeito singular “mulher sertaneja”, a sujeita a que nos referimos é plural e diversa, pois o Sertão Semiárido atravessava a vida das mulheres de forma distinta. Ainda, para a autora, as mulheres de família mais abastadas não tinham uma vida para além do ambiente doméstico, as que nasciam em famílias menos afortunadas trabalhavam em casa com atividades ligadas a arte e etiqueta, no entanto, o trabalho das mais pobres eram ser mantenedores de suas famílias que, em geral, era bastante numerosa.

Além disso, nas famílias numerosas onde as mães ocupavam o lugar de prover (papel dito masculino), as tarefas de cuidados das crianças e o trabalho doméstico ficava a cargo das meninas, como podemos observar no relato de Maria Aparecida ao falar da sua mãe Maria do Socorro e da sua infância:

Foi uma guerreira, porque criar cinco filhos sozinha não é fácil. (...) Algumas vezes, muito pouco. Era curiosa. Eu tinha 10 anos. (...) Cuidando dos meninos, pra poder ela ir trabalhar, porque a situação dela não era muito boa não, mas graças a Deus criou tudinho. (...) vinha pegar água aqui embaixo num chafariz que tinha, eu ia buscar lenha, ralava milho, de toda forma tinha que ajudar, eu era maiorzinha que eles. Ajeitava as coisas em casa. Cozinhava o feijão (MARIA APARECIDA, 16/07/2017).

Assim, como podemos ler, antes mesmo de casar, as meninas pobres já desenvolviam o trabalho doméstico para contribuir na manutenção da família e cuidar dos irmãos e irmãs mais novas. Quanto a brincadeiras na infância e o estudo, uma outra entrevistada chamada Cidinha narra:

Lembro da minha mãe trabalhando muito na roça, muito sofrido, sabe? Minha mãe criou seis filhos sozinha e sempre foi na roça junto com a gente. Muito sofrido, mas também ela foi uma mãe muito boa pra gente. (...) Estudei, até a terceira série, só, não tinha muito como estudar porque tinha que trabalhar pra se manter, né? (...) Comecei muito cedo, tanto que quando estudei, trabalhava de dia e estudava a noite (CIDINHA, 24/07/2017).

Podemos notar a ausência da figura paterna nas falas anteriores. Quando se referem às mães, tanto Maria Aparecida quanto Cidinha, destacam a solidão das mesmas ao trabalhar e ao criar os filhos, isto é, acúmulo de trabalho produtivo e reprodutivo, sendo dividido ou colocado totalmente a cargo das filhas “maiorzinhas”. Nessa direção, além de contar seu trabalho na infância, Zilda nos aponta o caminho dos pais nesse contexto:

Minha mãe criou a gente sozinha, trabalhando na roça. Eu me criei na roça, ajudava minha mãe limpar mato, catar feijão. Meu pai deixava ela grávida, e quando ela ficava sequinha ele voltava de novo. Quando ele sabia que tinha ganhado menino, com um mês ele voltava. E a gente sempre ajudando a criar os outros irmãos, né? Eu tava com oito anos de idade e já comecei a trabalhar de doméstica nas casas. A gente trabalhava mais pela comida, pra ter direito de levar alguma coisa pra mãe da gente e pros outros filhos. Era uma pobreza tão grande que o que sobrava, depois que acabava de limpar a casa, eu dizia “Eu deixei isso aqui pra meus irmãos, pra levar pra casa” (ZILDA, 27/07/2017).

A fala de Zilda não apenas endossa o papel das meninas como realizadoras do trabalho doméstico e cuidadoras dos irmãos e irmãs, como aponta o trabalho infantil como domésticas em troca de alimentação diária. Essa afirmação nos coloca novamente em diálogo com Josué de Castro em *Geografia da Fome* (1961), pois como podemos ver não eram todas as famílias do sertão que passavam fome, algumas delas trocavam trabalho infantil por comida, enquanto outras gozavam do trabalho doméstico infantil a baixíssimo custo. Outro elemento que nos chama atenção no relato de Zilda é a sua própria fome ser colocada em segundo plano, quando a preocupação era conseguir levar comida para os irmãos e irmãs que estavam em casa.

Não bastassem as análises descritas acima, o relato de Zilda depõe sobre o destino dos pais dessas meninas, como anunciado. A mãe de Zilda era uma viúva de marido vivo, como aponta (GRUPO MULHER MARAVILHA, 2009-2010) ou viúvas da seca como conceitua Portella (1999). Ou seja, mulheres sem maridos, mesmo que eles estivessem vivos e as deixando grávidas a cada ano. Ou seja, havia “sazonalidade” na presença masculina nas famílias.

“Viúvas de maridos vivos” refere-se à expressão utilizada no “Resgate Histórico da organização e Luta das Mulheres” redigido pelo GMM. Embora tal expressão seja utilizada como sinônimo de “Viúvas da Seca” no próprio texto nos convém atentar para a construção dos termos que buscam por designar mulheres que se tornaram mãe solo no sertão. Quando

usamos “viúvas da seca” soa que a causa de sua “viuvez” é a seca, podendo ser lida como causa climática ou naturalizada. Já quando usamos “viúvas de maridos vivos” condicionamos a viuvez à ausência dos maridos, embora vivos.

“Viúvas da Seca” intitulou a reportagem exibido no programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão, apresentada pelo jornalista João Batista Oliveira em 1983, que explora a história de mulheres e crianças do sertão nordestino no período da seca. Imagens como essas foram se tornando sinônimo de nordeste para todo o Brasil. Nos contextos de secas a grande mídia explorou de maneira limitada o mandacaru, a casa abandonada, as famílias em retirada, a fome. Era mais fácil culpar a estiagem pela fome, e essas imagens vendiam isso, inclusive para nós mesmos.

Então quem são essas mulheres que ficam sós, gerenciando a sobrevivência dos filhos, de si, enquanto os maridos mais uma vez saem numa andança que pode dar na beira do rio (projetos agropecuários do vale do São Francisco ou na Bahia), numa fazenda no centro-oeste, atrás do petróleo de Mossoró (RN), em trabalho escravo em qualquer-lugar, ou num barracão da construção civil em São Paulo? (PORTELLA, 1999, p.13).

Viúvas da seca⁶¹, era o termo designado para as mulheres que ficavam no sertão em seca com os filhos, quando seus maridos partiam para o sudeste em busca de renda. Elas eram viúvas de maridos vivos⁶², pois muitos desses homens nunca voltaram para rever seus filhos, constituíam nova família em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Como aponta Branco (1999, p. 21), eram “Tempos difíceis. Os homens e jovens partem em busca de trabalho. Ficam as mulheres, as crianças e os idosos. A elas cabem maiores responsabilidades na sustentação da família e na administração da pequena propriedade”.

Sendo assim, para Matos (2012), as desigualdades econômico-sociais e regionais, somavam-se a “uma desigualdade familiar com base no gênero e no papel social: as necessidades da mulher são negligenciadas frente à do marido e das crianças, enquanto suas

⁶¹ Título de reportagem com João Batista Oliveira para o programa da Rede Globo de Televisão - Fantástico - na década de 1980. Onde o repórter mostra as flageladas e seus filhos, da Estiagem feita Seca. A televisão se mostrou uma ferramenta importante para denunciar a situação desse fenômeno, no entanto também reproduz a ideia de culpa da estiagem e ajuda a consolidar a visão de, miséria “natural” do nordeste.

⁶² Lembro que, na infância, vi esse fenômeno bem de perto. O pai de Dora, minha vizinha e amiga, que não vinha em casa a mais de 10 anos, veio visitar a família com mais de 10 filhos nos anos 1990. Quando ouvi o termo viúvas da seca na pesquisa, não sabia que se tratava de algo tão perto de mim, mas logo a memória do pai de Dora comprando 10 reais de bala para as crianças e indo embora deixando novamente a sua mãe com a responsabilidade única de cuidar dos filhos para trás. Tempos depois a família teve de voltar a morar na zona rural de Afogados da Ingazeira, me distanciei de Dora e suas irmãs. Mas sua mãe sempre aparecia no nosso bairro para nos visitar e buscar ajuda das antigas vizinhas, sobretudo de uma velha sábia e generosa que temos na rua, Dona Bela. Lembro de ir visitá-las uma vez no sítio. Depois a vida nos distanciou. Muitos depois, já depois do falecimento de sua mãe, Dora e eu nos encontramos numa celebração do 8 de março organizada pelo Fórum de Mulheres do Pajeú em Afogados da Ingazeira. Em 2019 encontrei Dora na Marcha das Margaridas em Brasília e fiquei feliz demais de vê-la engajada no movimento sindical rural, na comissão de mulheres.

responsabilidades são redobradas”. Mesmo a família pobre nordestina vítimas da Estiagem que é feita Seca, as Mulheres são “eleitas” responsáveis por administrar as questões domésticas sociais, culturais e psíquicas dos seus afetos antes, sobretudo, de cuidar de si. Eram as Mulheres responsáveis por cuidar do doméstico, do privado, assim como a maioria das Mulheres ao longo da História da Humanidade.

Como podemos ratificar com a fala de Arendt (1958), “para as mulheres, o espaço privado é o espaço da privação e não da privacidade, uma vez que lhes priva das possibilidades de intervenção no mundo público e o crescimento pessoal”, pois muitas mulheres chegavam a deixar de comer para alimentar o marido e os filhos, ao passo que mesmo grávidas faziam o trabalho pesado nas lavouras.

Para Perrot (2010), “administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se. Apesar disso, é também a base do poder das donas-de-casa, o fundamento de suas intervenções”. A fala da autora sobre as esposas de operários ingleses no século XIX coaduna-se com a afirmação de Fischer e Albuquerque, sobre as Mulheres do Sertão em Seca:

Nessa administração, os homens e mulheres têm papéis diferenciados, pois cabe ao elemento feminino enfrentar a difícil tarefa de gerenciar o alimento consumido no cotidiano, enquanto o homem tem a pesada função econômica social de produzir e distribuir os gêneros alimentícios (FISCHER e ALBUQUERQUE, 2002).

Não queremos aqui montar argumentos universais, porém, é preciso refletir sobre essa privação das mulheres no espaço doméstico como bem coloca Arendt, e acrescentamos que de modo muito mais enérgico que quando esse espaço é pobre, além de “ser mulher” ela é quem precisa administrar a falta, a fome, a miséria. Ao administrar a escassez de alimentos, colocando comida para cozinhar e tendo que alimentar a todos, por vezes, as mulheres deixavam de comer para alimentar os filhos e o marido. Abrindo mão da própria sobrevivência, em prol de sua família. E ainda o “público” masculino através de políticas públicas excludentes, que beneficiam apenas os homens tornava a situação das mulheres ainda mais terrível.

Tal cenário, no entanto, não estava marcado pela passividade das sertanejas, mesmo antes de se organizarem em movimentos e grupos de mulheres ou em organizações mistas de agricultores, elas resistiam cotidianamente (SCOTT, 2002) em manter vivos seus filhos e a si. Como resistência, podemos apontar, paradoxalmente, dentre tantas formas a divisão das tarefas com as filhas mais velhas, como vimos no início desse tópico, o trabalho fora de casa, o roçado. Além dessas estratégias já citadas, trazemos em relevo os saques às feiras e armazéns de alimentos, prática comum no sertão em seca, quando não restava aos pobres alternativa, se não roubar comida e assim o faziam ‘em bando’.

Segundo Neves (2009, p. 188), os saques como protestos diretos emergem no contexto cultural da seca no semiárido “como uma decisão radical, tomada em última instância, que transgrede os códigos paternalistas de passividade e paciência”. Tomamos os saques aqui como estratégias de resistências, divergindo do que Neves (2009), conclui acerca desses atos na década de 1950 no Ceará, pois no contexto estudado pelo autor, mesmo sendo um ato transgressor “os códigos paternalistas de passividade e paciência”, os saques “ao mesmo tempo, contraditoriamente pertence a esse mesmo universo de significados, forçando seus limites e ampliando as suas possibilidades”.

Em outra direção, acreditamos que os saques narrados pelas entrevistadas nos anos 1980, passaram a constituir um repertório de resistências cotidianas, como aponta Scott (2002), pois embora tal ato não fosse capaz de afetar as estruturas de desigualdade no sertão, eles permitiam que as sertanejas tivessem uma semana de alimento, além de poderem resultar na abertura de novas frentes de trabalho. Além do mais, diferente do sertão do Ceará dos anos 1950, na década de 1980 os agricultores estavam organizados em STR em Afogados da Ingazeira, e foi nesse período que tais resistências cotidianas animaram a organização das mulheres em grupos e em movimentos.

Zilda (2017) narra os saques à Companhia de Armazéns Gerais de Pernambuco (CAGEP) em Afogados da Ingazeira: “Quando o trem vinha e deixava nos silos grandes, eles enchiam de mantimentos: de feijão, farinha, arroz, macarrão, charque, leite etc. Aí tinha os saqueamentos. Tinha saqueamento também na feira.” Além de narrar os saques, Zilda destaca a ação repressora da polícia contra a população, inclusive as mulheres:

Ai o povo ia pra feira saquear a feira na rua, ia pra CAGEPE. Era cacetada... Dilza mesmo levou cacetada nas costas dela. Da polícia... Nós mulheres derrubava muro, a polícia batia na gente. Mas era a polícia em cima e a gente carregando as coisas, quem morava mais perto carregava várias vezes. A gente saía correndo com os sacos para dentro dos matos e levava pra casa. Na seca a gente saqueava. O pessoal carregava mesmo (ZILDA, 27/07/2017).

Os saques a Companhia de Abastecimento, nos suscitaram conversas sobre o público e o privado com Quitéria para além da narração da participação de sua mãe nos saques Quitéria afirma:

Tinha mulher que ia. Ia mesmo! Até minha mãe um dia foi, e ela não tinha bolsa, e ela carregava no colo, levantava e botava as coisas dentro da saia e levava pra casa. Estou vendo todo mundo carregar. Eu não tenho nada em casa, vou ver meus filhos passar fome, eu também vou lá buscar. (...)Sei lá. Deviam tar esperando algum canto para poder dar, ou por certo não era pra dar, né. Era para vender no supermercado, sei lá. Nunca soube que aquilo ali era pra dar. O povo passando fome... Era nas épocas que os prefeitos era ruim, eles tomavam conta, sabiam a que era destinado essas cois. (QUITÉRIA. 12/07/2017).

A reflexão sobre o público e o privado, na fala de Quitéria aponta uma politização, no sentido de consciência das alianças entre o poder público e o capital, os comerciantes, donos de mercado. Ela narra destacando que o direito dos comerciantes abastecerem os mercados era garantido pelos prefeitos enquanto a fome das pessoas mais pobres era colocada em segundo plano. O tom de Quitéria nessa fala denuncia a sensação de injustiça e da negação dos seus direitos como gente.

Nesse contexto, para além das resistências cotidianas, as mulheres passaram não só a questionar o poder público e as causas da fome, como passaram a refletir a exclusão social a que eram submetidas pelo estado, reclamando, assim, direitos humanos para si para os seus filhos, o que pode ser comprovado pela mobilização de mulheres em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na criação de grupos de mulheres no Pajeú. É importante salientar que as famílias mais pobres do Semiárido moravam na zona rural, onde os efeitos da estiagem eram mais sentidos por causa da agricultura ser praticamente a única fonte de renda. Porém, mesmo assim eles só se tornam Seca, pela pobreza já instalada que não permite armazenar alimentos e água, mesmo na época de chuvas, pois os minifúndios só permitiam na maioria das famílias a prática de agricultura de subsistência. Além do mais as mulheres rurais também não eram reconhecidas como agricultoras, não tendo direito a participar de políticas públicas nem à aposentadoria. Conforme Barroso:

A situação da mulher é ainda mais dramática no campo. Na zona rural eleva-se o contingente das que não ganham nem mesmo o salário mínimo oficial, inclusive nas regiões de economia mais dinâmica. (...) Mais exploradas ainda eram aquelas que trabalhavam sem receber nenhuma remuneração. Dados do PNAD para 1976 indicam que 50,4% das trabalhadoras rurais, em todo o território nacional, se encontravam nesse caso (BARROSO, 1982).

Desse modo, muitas mulheres, além dos papéis de mãe, cuidadora, educadora, administradora da miséria, doméstica e agricultora, passam a acumular as responsabilidades masculinas de mantenedora da renda familiar e também de participação na vida pública. E como podemos analisar na fala a seguir de Ana Cristina Nobre dos Santos (2010), em seu trabalho monográfico, quando afirma:

as mulheres passaram a chefiar suas famílias, mesmo havendo as Frentes de Emergência, as famílias que tinham um homem alistado, muito mal conseguiram manter sua sobrevivência, devido a remuneração ser muito pequena. E o fato do governo não alistar as mulheres nas Frentes de Emergência se constituía em um problema ainda maior (SANTOS, 2010).

Ao passo que as famílias “sem homens”, ou seja, as “viúvas de maridos vivos” ou “viúvas da seca” não poderiam participar das Políticas Governamentais de Emergências no “combate à seca”. O termo combate faz referência ao entendimento de que a seca poderia ser

eliminada, por ser causada “apenas” pela falta de água no sertão. Para tanto, segundo Pomponet (2009) ao longo do século XX, foram criados órgãos governamentais, que a combatiam através da construção de poços e barragens, com a mão de obra das frentes de emergência. Os órgãos e políticas de combate faziam parte do discurso de responsabilização dos fatores climáticos, como única causa da seca, ou seja, ela seria causada apenas pela estiagem e pela falta de água. Assim tais órgãos atuavam apenas nos momentos de estiagem com ações emergenciais, desconsiderando as desigualdades sociais permanentes e que constituíam o estado de miséria da população, como apontava Castro (1961).

Diferente das políticas emergenciais estabelecidas pelos órgãos governamentais que se limitavam a construções e utilização da mão de obra do povo, ações de organizações da sociedade civil e da igreja católica, buscavam desenvolver ações de educação popular e permanentes na região. Um exemplo dessas ações foram os Pequenos Projetos direcionados, financiados pela Diocese de Afogados da Ingazeira para organizações como o CENTRU que, além de construir barreiros e reservatórios de água, tais verbas também eram utilizadas para realização de encontros de formação política.

Assim, podemos dizer que as mobilizações e as ações políticas da sociedade civil, nesse contexto, possibilitou através da educação popular a organização da população em torno da luta por direitos em 1983, sobretudo as mulheres, começaram a se organizar em contraposição a exclusão do sujeito feminino das políticas governamentais e o não reconhecimento de seu trabalho, pelo fato de serem mulheres. Pois, mesmo desenvolvendo atividades produtivas de sustento da família, as mulheres eram vistas como ajudantes e não como trabalhadoras.

De modo que, foi partir da necessidade de saciar a fome de seus filhos e a sua, que as mulheres pobres do sertão precisaram se organizar para reivindicar seu lugar de trabalhadora rural, pois até 1983 não eram consideradas como tal e nem podiam se associar a sindicatos rurais, muito menos acessar políticas emergenciais do estado nos períodos de calamidade pública (SANTOS, 2010).

No entanto, não era apenas o estatuto de trabalhadora rural que elas precisaram reivindicar, mas também seu lugar de “gente” no mundo precisando estampar em letras garrafais a condição de ser humano de direitos, de gente, como podemos observar na fotografia da concentração da passeata de 300 mulheres realizada em julho de 1983 em Afogados da Ingazeira⁶³. Para Zilda:

⁶³ Cordeiro (2004) destaca ato público da FETAPE e dos sindicatos, em 1981 na cidade Afogados da Ingazeira-PE. Na ocasião, dentre outras reivindicações, aparecia a demanda pela participação das mulheres nas frentes de emergência. A autora também se refere a mobilizações das mulheres em 1983 na cidade de Serra

A gente fez a mobilização em frente ao sindicato reivindicando o direito da mulher a trabalhar. Era muita gente, ficamos 3 a 4 horas lá em frente ao sindicato. Pra dar direito a todo mundo. Tinha mulher que não tinha marido e tinha que trabalhar. Ai foi quando foram ver, foi quando a Lourdinha também entrou no meio, que era do CENTRU, e ela lutou muito por esse direito pra gente (ZILDA, 27/07/2017).

Figura 4 - Concentração da Passeata de reivindicação do alistamento feminino nas Frentes de Emergência.



Fonte: Queiroz (2014).

A reivindicação não era pelo direito ao labor, mas sim ao reconhecimento do seu fazer de agricultura como trabalho minimamente remunerado. O trabalho ao qual elas se referem explicitamente na faixa, diz respeito ao fato de trabalhar fora de casa, para além da agricultura familiar, do trabalho doméstico. Ou seja, o labor fazia parte do cotidiano das sertanejas, mas em 1983, elas reivindicam o mínimo reconhecimento como trabalhadoras e o “direito” a remuneração mínima. Ou seja, reivindicam acesso à política de emergência e não o fazer em si.

Tanto a fotografia quanto o relato de Zilda nos aponta a organização das mulheres como necessidade de vida, no sentido de se reivindicar o ser gente e o ter que trabalhar associado à ausência do homem, nos indicando que ela não está se referindo ao trabalhado com labor ou tarefas doméstica, mas sim trabalho como trabalho remunerado, ou seja, as frentes de emergência, que eram trabalhos fora de casa, mas que estavam relacionadas ao fazer braçal da agricultura, a exemplo do uso dos mesmos utensílios, sendo esses a enxada, chibanda, carrocinha, bem como os afazeres das frentes de emergência estavam relacionados à agricultura, como a construção de Barreiros para captação de água em épocas de chuva.

Talhada-PE, mobilizadas pelo pólo sindical do Sertão Central da FETAPE para a efetivação dos alistamentos femininos, que não fora atendido desde 1981.

Uma das ações de Lourdes Luna junto ao CENTRU foi apresentar uma carta de reivindicações quanto à execução das Frentes de Emergência. Uma delas era o direito das mulheres de se alistarem nas Frentes, pois como elas não eram consideradas trabalhadoras rurais, apenas os homens das famílias é quem tinham direito a trabalhar e receber o benefício das Frentes (Lourdes, 06/11/2016). Mesmo depois de a carta ser entregue ao governo e as demandas acatadas, as Frentes de mulheres não foram efetivadas, foi aí que Lourdes mobilizou uma passeata. Ela nos disse que,

na região tinha esse clamor dos homens viajando para São Paulo para conseguir, aí então, vamos fazer o seguinte gente, vamos pra rua pedir que saia do papel, aquilo que foi decidido, Direito das mulheres também de participarem das frentes de trabalho (LOURDES, 01/08/2017).

Foi justamente essa articulação que levou as mais de 300 mulheres às ruas de Afogados da Ingazeira, em julho de 1983, segurando cartazes e faixas, reivindicando o direito ao alistamento nas frentes (GMM, 2009-2010).

4.2 “Essa frente de emergência, foi só de mulher (...) realmente a gente tinha coragem de ser dona de si”

Em decorrência da luta pelo alistamento feminino nas Frentes de Emergência, só em 1983, tal direito começou a ser efetivado. Segundo Cordeiro (2004), as mobilizações populares iniciaram em 1981, através de atos públicos unificados pela FETAPE em Afogados da Ingazeira - PE. No entanto a solicitação não foi atendida e efetivada de imediato, pois ainda 1983 foram necessários novos atos em Serra Talhada (CORDEIRO, 2004), assim como em Afogados da Ingazeira, destacado por nós no tópico anterior.

Mesmo assim, não bastou alistá-las, ainda, segundo Cordeiro (2004), as primeiras a serem alistadas eram designadas para funções domésticas nas frentes, como cozinhar para os homens que já estavam alistados. As agricultoras não acataram tal comando e voltaram a reivindicar, agora precisando afirmar que o seu trabalho não se limitava aos afazeres domésticos.

Dessa forma, foi preciso apontar a necessidade de criar frentes exclusivas para mulheres. Nessa direção, em entrevista Maria Feitosa aponta um motivo pelo qual houve a política de separação entre turmas de homens e turmas de mulheres:

No início a fila homem com mulher era difícil. O povo faz ‘mundiça’ (sic). A fila era muito.... Um tio meu se encostou tanto em mim que eu tive que sair da fila. Não aceitei! Um tio! Podia ser quem fosse, mas um tio tem que considerar, tem que ter respeito. Aí meu esposo falou porque ele conhecia alguém que trabalhava com política, e eles separaram aí gente ficava mais à vontade pra tudo. No meio de

muito homem é difícil. Tem muito homem que não percebe, não sabe o lugar dele (Maria Feitosa, 05/07/2017).

Como os homens não sabiam seu lugar, visto o assédio sexual relatado por Maria Feitora as mulheres mediarão, a partir de negociações particulares, o alistamento exclusivo para frentes femininas. Nessas frentes exclusivas as trabalhadoras passaram a desempenhar trabalhos próximos aos que já desenvolviam na terra como agricultoras: o trabalho consistia em construir barreiros, limpar estradas, ou seja, estavam mais relacionados a obras. Evani descreveu em sua fala:

É um trabalho muito pesado, muita gente não conheceu esse tempo aqui, quando falo que trabalhei na frente de emergência, as pessoas perguntam e eu conto que era um tempo de muita seca lá no sertão. Foi um meio que o governo achou pra não morrer muita gente de fome, e era uma correria pra conseguir se alistar. Pra cavar essas barragens, mas até hoje não sei pra que serviu essas barragens, mas o trabalho era muito grande, paliar, carregar, jogar pro lado, e não era porque era grávida que não fazia, fazia. A gente recebia uma contribuição, não era um salário, e tinha que viver com aquilo e ser feliz, porque nem todo mundo conseguia se alistar e ser chamado (Evani 26/07/2017).

Evani evoca em sua fala também a participação das grávidas nos trabalhos das Frentes de Emergência, sobre as quais gostaríamos de apresentar a fotografia a seguir, encontrada no Grupo Mulher Maravilha (2009 - 2010). Na ocasião, a imagem que por si só já me sensibilizou, veio acompanhado de uma conversa com Risolene Lima. Ela identificou Lourdes Luna, também grávida em meio às agricultoras, no entanto, ela não era trabalhadora rural estava ali como militante e funcionária do CENTRU, na missão de distribuir cestas-básicas. Podemos evidenciar a presença “estranha” de uma grávida de sandalhinhas, vestido florido e colar. Usamos estranha entre aspas porque mais vemos semelhanças entre elas do que distinções. Segue o retrato para que possam sentir essa “cerimonia” no barreiro em construção no sítio Escada, zona rural de Afogados da Ingazeira em novembro de 1983.

Figura 5 - Frente de trabalho, fileira apenas com gestantes (14.11.1983)



Fonte: Queiroz, 2014.

Da esquerda para a direita posaram: Evani, Socorro Bezerra, Zita, Maria do Socorro, Lourdes Luna, Ziza, Luciene, Socorro, Maria do Socorro II, Maria Feitosa, Cidinha, Quitéria, Zilda⁶⁴. O que tinha em comum: estarem as treze trabalhando grávidas numa frente de emergência. Doze delas como agricultoras alistadas numa das primeiras frentes exclusivamente de mulheres, já a outra estava trabalhando na organização do movimento rural.

A foto descreve em luz e sombra, luta. Trata-se de uma imagem da conquista das frentes de emergências de mulheres no sertão em plena seca, afora isso, é a imagem da esperança que o Benvirá, ao menos em suas barrigas. Do paradoxo da injustiça das Frentes de Emergência à grandeza e força das mulheres diante da vida.

Fotografia amarelada do tempo e do sol. Quadro composto pela caatinga e um barreiro quase seco. Ao fundo agricultoras prontas para o trabalho (roupas compridas para se protegerem da quentura, em suas cabeças lenços e chapéus), algumas caminhando como quem

⁶⁴ As trabalhadoras, para além de Lourdes Luna, foram encontradas e identificadas pelo nome em 2017, através de pesquisa prévia para as gravações do documentário “O Bem virá”. Foi empreendida entre maio e julho de 2017 pela equipe de pesquisa composta por Silmara Ferreira Marques e José Rogério de Oliveira, com contribuição de Livia de Melo. A pesquisa foi realizada através de meios de comunicação como rádio e redes sociais. Além de visitas realizadas a Associações de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais na zona Rural de Afogados da Ingazeira-PE, e ainda foram espalhados cartazes com a fotografia por toda a cidade.

não se importa com a câmera e o fotógrafo. Outras pararam a jornada para testemunhar às lentes. Tal ato parece ser uma celebração da conquista das frentes de emergência femininas. As treze grávidas estão em frente à câmera, posando numa fileira torta, que denuncia a espontaneidade, mesmo quando a posição foi ensaiada. Em seus semblantes há diversidade de expressões que compõem suas Histórias. Através da performance de seus olhos e sombras podemos sentir como o sol estava alto e quente.

O que as levou a posar nessa fileira? De quem é autoria da fotografia?⁶⁵ O motivo parece evidente: grávida nas Frentes de Emergência. Não há “comprovações”, mas a evidência é que o autor dessa fotografia foi Narciso, marido de Lourdes e pai de Vandré, a quem ela carregava no ventre. Mesmo com tais indícios e comenta a fotografia da seguinte forma, em entrevista para a gravação do documentário em 2017:

Não tenho a menor lembrança desse fato, dessa fotografia, sinceramente acho que não fui eu. Todos dizem que fui eu. Se um dia aparecer o verdadeiro fotógrafo, vai dar bode aí! Mas o importante pra mim não é quem tirou a foto, é o que essa foto registra, as mulheres grávidas trabalhando no tempo da seca. Hoje é um pouco um paradoxo: mulheres trabalhando, andando a pé 1 ou 2 horas, passando fome, passando sede, mas naquelas circunstâncias, naquele tempo, foi uma conquista, ter direito ao trabalho e com isso conseguir um alimento, sobreviver e conseguir a sobrevivência daquilo que carregava no ventre (Narciso, 01/08/2017).

Narciso foi um dos fundadores do Grupo Benvirá e, embora homem, foi importante para a captação dos recursos do Grupo com agências internacionais, sendo importante o engajamento do sociólogo junto às comunidades rurais através de sua atuação na Diaconia, conforme citou Rosilda, além do comentário sobre a autoria da fotografia, nos chamando a atenção sobre as frentes de emergência e a presença das grávidas. Para ele, a fotografia representa um paradoxo, visão com a qual concordamos. Pois tal política de emergência, como todas as políticas emergenciais, eu diria, não dão conta de garantir a dignidade humana, elas têm o objetivo de manter apenas a sobrevivência.

No entanto, acreditamos que as mulheres que se alistaram nas frentes de emergência em Afogados da Ingazeira e em Serra Talhada (CORDEIRO, 2006), transmutaram a sobrevivência em vivências, ao fazerem dos seus encontros fontes de solidariedade e organização social. A solidariedade entre elas é destacada por Melo (2019):

Encontraram na amizade uma outra estratégia de resistência a esse cotidiano repleto de carências radicais. Contavam histórias e cantavam, como diz a última entrevistada sobre uma de suas companheiras: “era trabalhando com uma enxadinha e cantando ‘Bilu, Bilu, Bilu, Bilu Teteia’”. Sobretudo, conversavam sobre o que

⁶⁵ Indagado sobre a autoria da fotografia em 2017, Narciso depõe sobre a dúvida de ser o fotógrafo em questão, embora elencamos três fatores que indicam sua autoria: 1) trabalhava com Lourdes no CENTRU e como dito anteriormente a visita de Lourdes ao barreiro em construção, fazia parte do seu trabalho no mesmo Centro; 2) Lourdes e Narciso eram casados e ela germinava no ventre um filho seu; 3) Narciso tinha o hábito, inclusive o mantém até hoje, de registrar tudo em fotos e vídeos os encontros que participa.

acontecia em suas vidas e contavam piadas para deixar o clima mais ameno (MELO, 2019, p.36).

Além de se solidarizarem umas com as outras, acreditamos que a reunião apenas com mulheres contribuiu para o reconhecimento destas como sujeitos políticos, como agentes de sua própria vida, como podemos observar no depoimento de Zilda:

Essa frente de emergência foi só de mulher. Teve uma outra que foi só com homem. Dividiram uma parte só com homem e outra só com mulher. Acho que foi obra do Espírito Santo pra gente descobrir que realmente a gente tinha coragem de ser dona de si, trabalhar, de depender só de um homem não, saber que o lugar da mulher não é só na cozinha. Saber que a mulher tem braço, tem perna, do jeito que o homem tem a mulher também tem. Só depende de coragem, de força. Hoje se o homem falar “teu lugar é ficar na cozinha” a mulher tem que dizer não, eu mexo com enxada, foice, picareta, tudo. Não é só tu que tem força. Mulher não é propriedade de ninguém, somos de Deus. Homem dono de mim? Não. Meus filhos não são donos de mim. Eu sou dona de mim, faço o que eu quero, não que um homem quer, e eu descobri isso na emergência. Que nós tinha potencial pra trabalhar, nós tinha força, nós tivemos aqui trabalhando no açude. Tanto é que até hoje tá segurando a água. Nunca foi embora a parede que a gente fez... tá aí. Há 34 anos, nunca desceu. Essa parede aí todinha (Zilda 27/07/2017).

A partir das falas anteriores gostaríamos de destacar, tanto as de Emilly Melo (2019), que estudou depoimentos de mulheres nas frentes de emergência acerca de sua concepção de trabalho e seca, agregada ao depoimento de Zilda, que traz à tona um reconhecimento do sujeito feminino e feminista do ser mulher. Tais falas articuladas com o fato da organização de mulheres ter iniciado no mesmo ano das primeiras frentes de mulheres em Afogados da Ingazeira, assim como em Serra Talhada, nos suscita que muitas trabalhadoras rurais não resumiram às frentes de emergência a sobrevivência que as cestas básicas e o “trocadinho” propiciavam.

Figura 6 - Palhoças Frentes de Emergência



Fonte: BENVIRÁ, 1983.

Segundo Cordeiro (2004), em Serra Talhada, as mulheres passaram a fazer anotações das horas de trabalho e atividades desenvolvidas nas frentes de emergência, como instrumento de mensurar o seu trabalho, pois é como se o seu fazer como trabalhadoras rurais tivesse na invisibilidade (também em certa medida), no entanto, quando saíram do isolamento de suas casas, quintais e roças e passaram a se juntar nas frentes de emergência e em grupos, passaram a reivindicar seu lugar de trabalhadoras rurais, destacando que além do trabalho ligado à agricultura, era computado o trabalho doméstico? Nisso, somam-se atividades que se alinham a agricultura como estratégia de garantir o sustento, dentre as quais podemos citar costurar, comercializar, *lavar roupa de ganho*, etc.

Encontros, anotações e debates foram fundamentais para que as mulheres se reconhecessem como trabalhadoras rurais e passassem a exigir que fossem tratadas como tais, exigência feitas em casa, no trabalho, no movimento sindical, até em carta escrita ao governador do estado de Pernambuco, aos constituintes. A auto-afirmação e a reivindicação das mulheres como trabalhadoras rurais a afirmação de que elas têm direito a ter direitos:

De forma ampla, os usos da nomeação mulher trabalhadora rural parecem estar calcados, sobretudo, em um novo ideário, cujo ponto de partida é o ‘direito a ter direitos’, que vai além do acesso formal a direitos sociais, políticos e civis e inclui aspectos como a autoestima, os aprendizados pessoais e políticos, a capacidade de realização e a aposta na ação coletiva como estratégia de reinvenção da vida e das relações sociais. Isso envolve a construção de uma nova forma de sociabilidade e de convivência e um desenho mais igualitário das relações sociais (CORDEIRO, 2004, p. 2).

Dessa maneira, como aponta Cordeiro (2004) (2006), Bordalo (2011), Queiroz (2014), Butto Zarzar (2017) e Melo (2019) a reunião das mulheres nas frentes de trabalho, constituiu um espaço contraditoriamente propício ao auto-reconhecimento, à solidariedade entre elas e à organização em lutas comuns, em grupos de mulheres. Pois “o reconhecimento da condição de trabalhadora pode-se, então, efetivar outro, o direito de participar dos movimentos sociais do campo e o de constituir organizações próprias com os mesmos direitos e condições que os homens” (BUTTO ZARZAR, 2017, p. 256).

O seguinte subtópico trata de um grupo de mulheres na zona rural de Afogados da Ingazeira, que emergiu em 1983 em decorrência da luta pelo reconhecimento como Trabalhadoras Rurais e pelo acesso à política das frentes de emergência, além de sua participação em organizações de base.

4.3 Mulheres na Luta, Mulheres de Benvirá e Grupo Benvirá

*Olé mulher rendeira
Olé mulher rendá
Se a mulher ficar em casa
Nunca vai se libertá*

(Relatório Anual do Projeto Benvirá, 1987)

Essa cantiga entoa um convite de bordados e costuras para além da casa de família, sendo esta uma forma de romper o isolamento. Esse pode ter sido o mote para espalhar grupos de mulheres pela zona rural de Afogados da Ingazeira. O primeiro deles criado no sítio Pintada em 1983, através de Lourdes Luna e Maria das Dores Santos, mais conhecida como Dôra, (GMM, 2009-2011). Em entrevista Dôra nos contou:

Aí quando a gente começou discutindo qual era o objetivo do trabalho com as mulheres, muita gente se interessou, formou um grupo grande. Vinha as mulheres mais jovens e vinham as mulheres de mais idade. E como naquela época um grupo era novidade, porque o pessoal não saía de casa pra nada, era isolado. Então as mulheres começaram a achar bom, né, participando desse grupo. Aí quando ouvia que a gente ia se reunir, ficava contente (Maria das Dores - Dôra, 02/07/2019).

A fala de Dôra sobre a animação das pessoas em participar dos grupos, nos remete às análises de Cavalcanti (2017), no sentido de pensar o período da Redemocratização a partir da expectativa de que “uma democracia popular no Brasil fosse capaz de resolver os problemas que o país atravessava, desde o mais urgente, como o aspecto econômico, por conta da inflação, como também os velhos problemas e conflitos sociais” (CAVALCANTI, 2017, p.129). Diante de tal reflexão, parece-nos que, ao participar de reuniões em grupos, há a expectativa que algo possa acontecer, mudar do lugar em que estavam inseridas as mulheres, assim não havia abnegação por parte delas. Enxergamos, minimamente, a busca por sobrevivência, melhores condições de vida e por um espaço de socialização para além da família.

Para Rosilda, a ideia de criar grupos de mulheres foi de Lourdes Luna, pois ela já tinha experiência da organização de mulheres em Recife, o GMM, sempre se referido como parceiro do Grupo Benvirá. Segundo Dôra, embora a provocação tenha sido de Lourdes, ela antes já havia pensado em juntar as mulheres. Indagada porque formar um grupo só de mulheres, afirma:

Tendo o grupo, a gente tinha uma força maior para as mulheres, até para a própria comunidade, que tinha uma mentalidade machista dentro da comunidade, né. Se tinha um grupo é diferente de uma pessoa, aí pesava mais. Na comunidade quando a gente queria discutir alguma coisa das mulheres eles não tinham o que dizer não, porque nós tínhamos um grupo e o grupo pesava, né. Porque o que a gente tinha até ali era muitas apanhando dos maridos, tinha delas que o marido cortava o cabelo delas com faca, num batia, mas cortava o cabelo, uma agressão. Ele aí com uma faca na mão cortando o cabelo, dependendo de ela reagir ele num pode fazer outra coisa. Ainda hoje num é assim? Aí a gente disse, a gente tem que achar um caminho, mas isso a gente discutia internamente. Aí elas começaram a reagir dentro de casa para participar (Maria das Dores - Dôra, 02/07/2019).

O depoimento corrobora as reflexões de Cristiani Bereta da Silva e Maria Ignez Paulilo (2008, p. 58), ao argumentar que “a emergência de um movimento social só de

mulheres e agricultoras provocou mudanças substantivas, a começar por elas mesmas, nas suas relações familiares e de relações políticas, etc”.

Assim, a origem do movimento de mulheres em Afogados da Ingazeira, está ligada à criação do grupo *Mulheres na Luta*, na comunidade rural de Pintada em 1983, em seguida o Grupo Mulheres de Benvirá em 1985, criado pela necessidade de assessorar os pequenos grupos de mulheres que se multiplicavam e, a partir de então, passa a captar recursos, sendo criado um projeto de três anos denominado Grupo Benvirá.

A organização da sociedade civil, no sertão do Pajeú vivenciou a década de 1980 de maneira muito intensa, o Benvirá, e a pauta das mulheres somava-se à eminente ameaça do fenômeno da seca, como analisa Socorro Abreu e Lima (2012). Corroborando, Eder Sader (1988) comenta que essas mulheres, a partir de então, passam a se organizar em grupos de base que se articulam em 1983 no Movimento Mulheres de Benvirá, que nasce como movimento social em reivindicação à cidadania das sujeitas mulheres no sertão.

As mulheres sertanejas entram em cena como novas personagens. Construindo um olhar político para o cotidiano e a vida dita privada e, sobretudo, afirmando a sua cidadania ao proclamarem que estão lutando para mudar suas histórias, pois essa possibilidade existe (SADER, 1988). Tornarem-se sujeitas de sua própria história foi o maior feito que os movimentos puderam fazer no Pajeú: se lutava porque se acreditava na luta e no poder de transformação da sociedade, algo observado no relato de uma das agricultoras, sobre o trabalho em grupo (sessão de avaliação do relatório anual de 1987): “um grupo serve para desenvolver e para unir as pessoas para que juntas possam lutar pela paz, terra, saúde e pão para todos. E é por isso que acho que este grupo deve progredir porque nós precisamos de pessoas como vocês”⁶⁶ (BENVIRÁ, 1987, 36).

O caminho de articulação das mulheres em grupos locais, de acordo com Butto Zarzar (2017) foi um passo comum à articulação das trabalhadoras rurais no Brasil. No entanto, é sabido que essa cronologia, bem como as nomenclaturas dos grupos não foram sendo determinados com a rigidez dessa narração.

Dessa forma apontamos o ano de 1983 como marco da organização dessas sujeitas, pois foi nesse ano que ocorreu a passeata pela participação feminina nas Frentes de Emergência, quando mais de 300 mulheres foram às ruas de Afogados da Ingazeira; nesse

⁶⁶ Relato encontrado na sessão “Avaliação da base sobre o trabalho do Benvirá” não é citado o nome da trabalhadora rural no relatório. Esta avaliação está no final do relatório e sua metodologia foi a aplicação de questionários nas comunidades ao final do primeiro semestre e no fim do ano em Encontro dos grupos no Centro Diocesano.

mesmo ano surgiram os grupos locais, a exemplo do movimento “*Mulheres na Luta de Benvirá*” no sítio Pintado.

A experiência do grupo de mulheres do sítio Pintada foi sendo multiplicada em outras comunidades, de modo que foram criados novos grupos em outras comunidades. A articulação desses grupos e a ação social que desenvolvia assessoramento a tais coletivos, a exemplo dos intercâmbios para criação de novos grupos, que foram chamados por Lourdes Luna, como “*Mulheres de Benvirá*”, ainda em 1983. Essas ações faziam parte do planejamento e articulações do CENTRU, mas já havia o desejo de priorizar o trabalho com mulheres. Estas, por sua vez, entre 1984 e 1985, se encantam pela organização e Lourdes pede demissão do CENTRU, mas continua a acompanhando os grupos já fundados, junto com a ajuda de Rosilda, Narciso e Neide.

Em 1985 foi criado o projeto *Grupo Benvirá*, que tem como marco a busca por recursos financeiros locais e internacionais que apoiassem o trabalho com mulheres, especificamente, já que o CENTRU tinha um foco misto e priorizava a formação de lideranças. Assim as nomenclaturas e a natureza da organização das mulheres, foram sendo construídas ao passo que as mulheres foram se engajando na luta. Primeiro, em 1983, formaram grupos locais (*Mulheres na Luta de Benvirá*); depois entre 1983-1985, articularam os grupos em um movimento (*Mulheres de Benvirá*); para, posteriormente, em 1985 buscar financiamento para o Projeto (*Grupo Benvirá*).⁶⁷

Em entrevista concedida a nós em 2016, Narciso afirmou que o Grupo Benvirá teve início com a elaboração de um projeto de três anos, no período de 1986-1988. A partir desse projeto se buscou financiamento. Com foco na área da saúde e cidadania como grandes eixos de atuação para assessorar e animar os grupos de base. Nos relatórios anuais de 1986 e 1987 do projeto do Grupo Benvirá, aparece a seguinte listagem de financiadores: Pão para o Mundo⁶⁸ (PPM), Verba ASW, Verba LWR, Fundo Benvirá, Diocese de Afogados da Ingazeira⁶⁹ diversos outros. Em 1987 é acrescida a Verba MVR.⁷⁰

As ações do projeto eram planejadas e executadas, a partir da classificação dos sujeitos em base e coordenação, assim ocorria em dois níveis: o primeiro “de base: realizada com os

⁶⁷ Tal periodização é um esquema didático e memorialístico que Lourdes Luna, Maria Risolene Lima Bezerra, Narciso Cechinel e Vandrê Cechinel se utilizam no *Resgate Histórico da organização e luta das Mulheres do Sertão do Pajeú e do Moxotó-PE*, no relatório Grupo Mulher Maravilha (2009-2010) que nos ajuda a pensar o encadeamento da história, sendo os processos mais fluidos. Nós utilizamos da mesma periodização para fins didáticos, bem como fontes que pesquisamos indicam coerência em tal esquema.

⁶⁸ Brot für die Welt. É uma Cooperação Internacional alemã de igrejas protestantes.

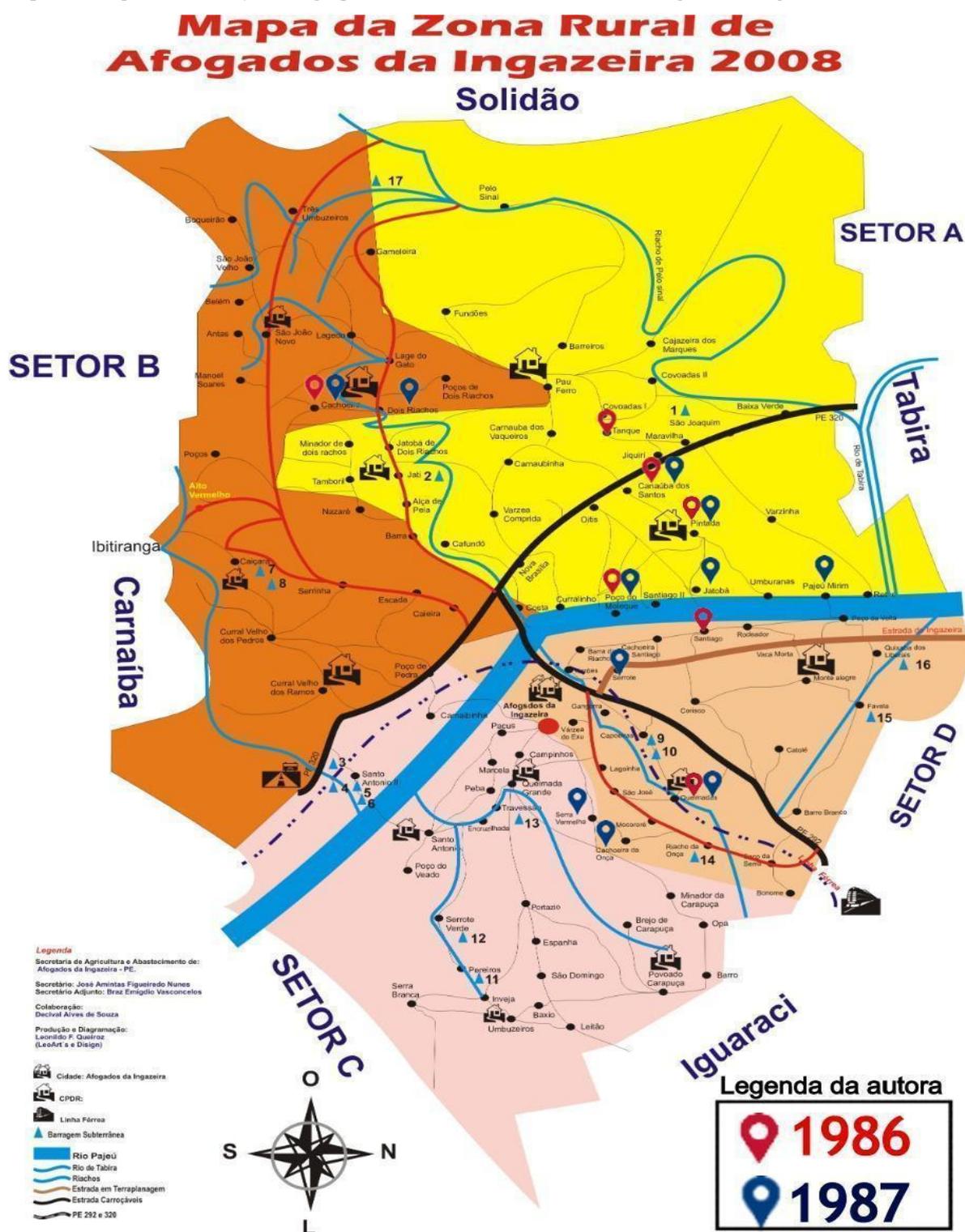
⁶⁹ Assim, a diocese de Afogados da Ingazeira que já apoiava ações do CENTRU, também passou a financiar ações do Grupo Benvirá.

⁷⁰ Infelizmente nos relatórios aparecem apenas as abreviaturas, conseguimos identificar a agência Pão para o Mundo devido a conversas com Narciso.

participantes do Projeto, lá onde eles vivem com seus grupos/comunidades; o outro com representantes desses grupos realizados em Encontros na Sede do Benvirá.” (BENVIRÁ, 1986, p.23).

Aparecem como denominação do público também os termos: base, beneficiário, grupo, comunidade, quando se trata das pessoas para as quais eram direcionadas as ações, em sua maioria, mulheres da zona rural e urbana. No mapa a seguir, referente à zona rural de Afogados da Ingazeira, estão marcados com localizador vermelho os grupos existentes em 1986 e, em azul, as localidades que tinham grupos atuantes em 1987, bem como os que seguiam atuantes.

Mapa 3 - Mapa da localização dos grupos de mulheres na Zona Rural de Afogados da Ingazeira



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira – PE.

No relatório anual de 1986, aparece de maneira detalhada a situação particular de cada grupo. A seguir apresentamos tais escritos da forma como aparecem nos relatórios, para que assim possamos ter uma dimensão das diversidades, das desigualdades das organizações de

tais grupos, evidentemente a partir do olhar de uma organização que ao articular tais grupos, incidia também sobre eles:

Sítios Pintada e Santiago

Na comunidade de Pintada a força maior e a animação vêm do Grupo de Mulheres ‘Mulheres na Luta’ que se reúne duas vezes por semana para um curso de Corte e Costura e pra discutir assuntos de interesse, como: saúde, nutrição, direitos do trabalhador e da mulher, problemas da comunidade e outros. As mulheres, além do trabalho prático (artesanato), se preocupam com a parte educativa e por isso se fazem presentes nos intercâmbios, seminários e treinamentos promovidos pelo Benvirá. A comunidade como um todo se encontra para discutir seus problemas. Decidiram construir uma Farmácia Caseira, logo depois que algumas mulheres começaram a participar do curso de Agente de Saúde promovido pelo Benvirá. Dificuldades: migração constante, atingindo, principalmente a dinâmica do Grupo de Mulheres; transporte precário; machismo; mulheres com filhos pequenos. (...) O Grupo de mulheres de Pintada ajudou na criação de outros grupos nos sítios vizinhos, todavia houve um período de evasão e desânimo. Foram realizadas visitas a todas as famílias que participavam das reuniões e em seguida um Encontro especial com a participação de pessoas de várias comunidades vizinhas. O encontro foi muito animado e participado. Discutiui-se sobre as eleições que estavam próximas, sobre a Constituinte e Organização da comunidade. Houve uma reanimação dos trabalhos da comunidade após essas atividades.

Sítio Carnaúba dos Santos

Vizinha da Pintada, começou a se encontrar no mês de outubro. O Grupo de Mulheres tem discutido sobre saúde, medicina caseira, política e outros. Algumas mulheres do grupo participam de celebrações e outras atividades fora da comunidade, porém, com muita dificuldade. O grupo ainda precisa de assessoria permanente. Dificuldades: transporte difícil, a maioria das mulheres com filhos novinhos e sem tem ajuda; machismo.

Sítio Poço do Moleque

Nessa comunidade algumas pessoas já participaram de diversos grupos e as famílias recebem assessoria de vários projetos (entidades), inclusive do Governo. As mulheres começaram a se encontrar como grupo no mês de outubro, animadas com a experiência de Pintada. O grupo se encontra quinzenalmente para fazer trabalhos manuais e discussão dos assuntos de interesse, como: saúde, medicina caseira, alimentação e política. O grupo ainda participa de intercâmbios e celebrações. Dificuldades: doenças, transporte, afastamento (mudança) de uma mulher que animava o grupo.

Sítio Tanque

O Trabalho com mulheres está fraco. Alguns jovens participavam das atividades como seminários, treinamentos, celebrações, porém, não assumiam, de fato, um trabalho de base. A comunidade se encontrava quando o Benvirá estava com a sua equipe presente. Dificuldades: desinteresse.

Sítio Queimadas

Os trabalhos começaram no mês de novembro. A comunidade pareceu muito motivada e as mulheres começaram a se encontrar quinzenalmente. O trabalho dessa comunidade foi animado por uma companheira que participava antes do grupo de Pintada, quando lá residia. Chegando em Queimadas ela divulgou o trabalho de Pintada e pediu assessoria ao Benvirá para começar o trabalho. As formaram um grupo e discutem assuntos de educação, saúde, política e também fazem trabalhos manuais. Dificuldade: transporte difícil, machismo (BENVIRÁ, 1986, p.04 – 06).

Na citação acima, podemos constatar os entraves para a criação e a continuidade dos grupos em decorrência das relações patriarcais, do machismo e da divisão sexual do trabalho. Ao relatar tais condições de gênero e classe as quais estavam submetidas as sertanejas acreditamos que as ações do Benvirá pensavam o ser mulher na formação dos grupos e na reflexão sobre eles. Não se tratando apenas de incentivar a criação de grupos de mulheres

abnegadas, mas sim de construir caminhos e saídas para a organização como uma forma de desnaturalizar o lugar destinado à mulher político, social e culturalmente.

Em 1987, além dos grupos já assessorados em 1986: Pintada, Carnaúba dos Santos, Poço do Moleque, Queimadas, são acrescidos grupos nas comunidades de Jatobá, Cachoeira de Cancão, Pocinho e Serrota, Serra Vermelha, Cachoeira da Onça, Dois Riachos, Pajeú Mirim (BENVIRÁ, 1987).

Notamos uma renovação considerável dos grupos e comunidades, sendo um sinal para pensarmos a animação e a duração dos pequenos grupos, ou seja, o desafio não era apenas criar, mas também mantê-los, pois, as

mulheres encontram certas dificuldades para se reunir, para participar. Além do habitual trabalho em casa e na roça e o machismo do marido, as vezes aparece uma doença, o trabalho na emergência da seca, etc. Os grupo seguem com altos e baixos. Alguns entram até em hibernação depois ressurgem. Um dos assuntos de maior interesse é a Saúde da Mulher e da Criança. A maioria das mulheres pouco ou nada sabe do seu próprio corpo. O crescimento da organização grupal é lenta e a consciência política quase não existe. Mas não se pode negar o andamento do processo e a vontade de crescer da maioria dos grupos (BENVIRÁ, 1987, p. 04).

Mais uma vez a divisão sexual do trabalho, dentre tantos outros, aparece como entrave para a organização das mulheres em grupos, mesmo nas atividades locais, nas comunidades em que viviam. Ou seja, essa divisão era um marcador na vida cotidiana das mulheres (BIROLI, 2018, p. 23), delimitando o que era possível ou não. Mesmo com a vontade de participar dos grupos, como aponta a citação anterior, bem como a fala de Dôra sobre o interesse e o desejo de saírem do isolamento, elas tiveram primeiro que encontrar estratégias para driblar as condições de mulheres, pois, segundo Biroli (2018), “a divisão sexual do trabalho é um lócus importante da produção de gênero”.

Levando em consideração que os cuidados para com família são tidos como responsabilidade feminina (BIROLI, 2018), ao desenvolver ações voltadas a esse tema, a entidade oferecia táticas para desviar o isolamento das sertanejas, embora não as libertasse do lugar de cuidadora. Estabelecer interlocução entre os temas Política e Saúde, foi um elemento que aproximava as mulheres dos encontros promovidos pelo Benvirá, pois funcionava como atrativo para as participantes, assim como a aceitação moral do seu engajamento nos grupos e movimentos perante a família e a sociedade. Diante do relato de Maria das Dôres (Dôra), podemos compreender tal estratégia:

a gente foi usando muitas coisas que chamavam atenção das mulheres. A gente discutia sobre as plantas medicinais, sobre a questão da saúde da mulher, discutia também sobre. A gente montava aquele jogo de quebra-cabeça, para as mulheres montarem e no final era relacionado ao tema que a gente queria discutir, que a gente ia trabalhar, né? Depois do quebra-cabeça montado, elas entendiam, né? A gente usava muito isso. E também...nessa questão das plantas, né, assim, nessa

época o Benvirá ainda não existia, né, tinha o ponto lá onde eles faziam a reunião, mas a instituição ainda não existia, mas tinha os encontros. Aí Lourdes disse: “Vamos reunir as mulheres pra gente ter um encontro (era como um seminário, né.), que a gente vai chamar o Dr. Celerino né, e a gente vai ter esse encontro” (Maria das Dores – Dôra 02/07/2019).

Assim, a associação do tema saúde à política engendrava uma teia que pensava a saúde para além do papel das mulheres dentro de casa, mas estimulava práticas comunitárias de saúde aliada à criação de Farmácias Caseiras. Sobre o curso de agentes comunitários de saúde, Benvirá (1987) destaca que eram:

realizados em várias etapas durante o ano. Um dos pontos fundamentais do Projeto Benvirá na linha de Saúde Popular; o agente de Saúde é a presença física e efetiva do projeto na comunidade e representa a esperança de sua continuação, mesmo após o término do projeto, do qual será o efeito multiplicador (BENVIRÁ, 1987).

Além dessa prática comunitária, o Benvirá, aliado aos movimentos populares, empreenderam lutas mais amplas pelo direito ao acesso à saúde pública e universal, como podemos destacar na participação do Grupo aos seguintes pontos nos encontros e seminários que organizavam, onde

foram enfocados algumas questões relacionadas à Política de saúde adotada pelo governo. Momento político que o País passa, a relação Saúde-Constituinte. O direito à saúde e a prevenção da doença é uma obrigação que os poderes públicos tem com o povo. A manutenção dos hospitais que se dá com os impostos pagos pelo povo e não pelo governo, sendo assim não existe hospitais gratuitos oferecidos pelo Governo para o povo (BENVIRÁ, 1986, p. 31-32).

Agregado a essas ações locais, o Benvirá também estabeleceu articulação com o movimento de saúde popular a nível estadual, participando do encontro de Agentes de Saúde promovido pelo Movimento Popular de Saúde (MOPS), com participação de agentes de Garanhuns, Recife, Araripina e Afogados da Ingazeira em 1987 na Casa da Criança em Olinda-PE, onde foi discutida a organização do movimento popular de saúde (BENVIRÁ, 1987).

A metodologia de grupo desenvolvida pelo Benvirá não era estranha às comunidades de Afogados da Ingazeira, haja vista que as ações de educação de base desenvolvidas pela rádio Pajeú e a Diocese de Afogados da Ingazeira - como citado no capítulo II - cuja metodologia contava com a participação de voluntários monitores que animavam os processos de educação nos grupos de base. Dessa maneira acreditamos que embora a militância de Lourdes estivesse inspirada na organização do GMM em Recife, era comum nas duas localidades a atuação da Teologia da Libertação, que empreendia uma metodologia de base sistematizada por Paulo Freire, uma *Pedagogia para autonomia* (FREIRE, 2014). Essa influência freiriana não é apenas perceptível mas também efetiva. Lourdes Luna participou de encontros de formação em Recife com a presença do próprio Paulo Freire na década de 1980.

Além disso, quando ela discursa sobre esperança, destaca crer numa esperança freiriana, que é esperar com as mãos, ou seja, ter esperança não é ficar sentada a esperar mudanças, mas construir transformações com as próprias mãos.

Além das influências da teologia da libertação na região, os processos de educação popular, empreendidos eram guiados pelo Método Paulo Freire e também pelas metodologias empregadas pelo CENTRU. As pessoas que atuavam como educadoras populares recebiam formação através de cursos em Afogados da Ingazeira, como afirmou Rosilda, se referindo ao medo que seu pai tinha das perseguições políticas em Afogados da Ingazeira período de 1983, ano do assassinato de Maria Margarida Alves em Guarabira⁷¹ :

Nessa época que aconteceu isso com Margarida (1983), nós tínhamos aqui um grupo nas comunidades de alfabetização popular, entendeu? Era um método Paulo Freire. Nessa época a gente tinha participado de um cursinho de Paulo Freire, tinha vindo um grupo de lá do Recife aqui, Paulo Freire. Sim. O próprio Paulo Freire veio aqui. Ai na época tinha um pessoal de uma instituição estrangeira, um rapaz, que não era brasileiro, veio e a gente fez a reunião. Fez o encontro e formou vários grupos nas comunidades, ensinando. Tinha quadro, aí ensinava as pessoas a partir das palavras que eles diziam, aí ia fazendo aquelas leituras, ia fazendo a divisão das palavras no quadro. Meu irmão foi aluno. Minha irmã foi professora e eu tava aqui como coordenadora desses cursos. Foi um grupo que Lourdes mais Narciso trouxeram, eles eram coordenadores do CENTRU estadual e traziam esse povo pra cá (Rosilda 03/07/2019).

Assim podemos dizer que a metodologia do Grupo Benvirá foi influenciada diretamente pela atuação de Lourdes, Rosilda e Narciso na igreja progressista da teologia da libertação, a partir dos grupos de base e no método de educação popular de Paulo Freire, como forma organizativa dos movimentos populares. Segundo Carmen Silva (2016, p. 94):

Tudo indica que estes processos coletivos de organização, pesquisa para conhecimento da realidade, formação com intercâmbio de saberes, decisões compartilhadas sobre os rumos a seguir nos movimentos, foram uma marca constitutiva de um quadro interpretativo de referência, associado a um discurso ético sobre a ação política, de valorização do cotidiano e de solidariedade, comum às matrizes discursivas da Teologia da Libertação e da intelectualidade de esquerda marxista, ambas influenciadas também, conforme Sader, pela concepção pedagógica de Paulo Freire, cujo método de alfabetização havia sido proibido pelo governo militar. Guardadas as diferenças de nível de politização, de acordo com a matriz de pensamento de quem o usa, o recurso ao pensamento de Paulo Freire foi uma tônica.

Na ação política dos sujeitos que estudamos, o método Paulo Freire fora usado junto às rurais, prioritariamente, e a mediação era também protagonizada por mulheres, embora houvesse atividades mistas e Narciso compusesse a equipe. Tinham como bandeiras de

⁷¹ Lourdes (2016-2019) e Rosilda (2019) lembraram em suas entrevista que no dia do assassinato de Maria Margarida Alves, elas passaram o dia com ela em formação das lideranças sindicais em Guarabira - PB, retratam o choque que foi e ainda as mobilizações que sua morte despontou no Pajeú, tendo se tornado uma bandeira de luta a Justiça pela morte da agricultora. Em 1983 o Grupo Benvirá ainda não existia, Lourdes, Rosilda e Narciso faziam parte da equipe do CENTRU e foi a partir dessa entidade que elas e ele participaram desse encontro de formação de lideranças sindicais em 12 de agosto de 1983.

educação e luta a pauta das mulheres, além de questionar o lugar culturalmente imposto para elas.

O processo de educação popular do Grupo Benvirá se dava também através das ondas da Rádio Pajeú⁷², programas de rádio preparados e apresentados por pessoas da equipe do Grupo:

O programa “Caminhos de Benvirá” tem ido regularmente ao ar todos os domingos e com o outro “Mulheres de Benvirá” as segundas se constitui uma poderosa útil ferramenta de educação. Temos recebido numerosas testemunhos de apreço e esses programas. Eles já criaram um espaço e tradição de audiência. Talvez valesse a pena pegar um espaço maior e conseguir mais meios humanos e materiais para aprimorar esse instrumento de educação e divulgar mais sua existência e importância (BENVIRÁ, 1987).

O programa “Caminhos de Benvirá” foi inaugurado em 09 de março de 1987 e “Mulheres de Benvirá”, a partir de então, passou a ir ao ar regularmente das 18h às 18h30 nas segundas-feiras (BENVIRÁ, 1987). Além de se constituir num trabalho educativo, os programas também funcionavam como uma forma de atrair a população para as atividades presenciais, estimular a criação de grupos e encantar as pessoas para a luta. A exemplo disso, Lourdes Gonçalves narrou:

eu fui mais uma comadre minha, o nome dela era Maria Brás, ela me convidou e a gente foi assim pelos programas de rádio que ela escutava e ela me disse, porque nessa época nem um radinho eu não tinha pra escutar essas coisas. Mas ela disse: “vamos participar do Benvirá, que tá passando no rádio, eu escuto no rádio que é muito bom lá, tem os curso de remédio caseiro, de alimentação alternativa, doces e salgados, é muito bom os encontros de lá. Vamos participar pra nós ver de perto como é que é.” Ai eu disse vamos, aí a gente foi no dia 08 de maio de 1987 chegamos lá, pegamos um carro que ia pra feira e chegamos (...) (Maria de Lourdes, 02/07/2019).

Como parte do processo educativo, o Grupo Benvirá funcionava como uma assessoria e incentivo à criação de grupos de mulheres nas comunidades, sobretudo em Afogados da Ingazeira. A participação da equipe era contínua no início, mas se tornava esporádica à medida que os grupos se fortaleciam. As relações não cessavam, apenas passavam a ser intermediadas por animadoras de grupo, que eram escolhidas em cada um deles, em geral duas por comunidade. Elas passavam a participar de reuniões, cursos, intercâmbios, viagem, etc., que geralmente ocorriam no Centro de Treinamento Diocesano em Afogados da Ingazeira, com o objetivo de repassar os conhecimentos (BENVIRÁ, 1987).

“As animadoras são escolhidas pelo grupo e se capacitam para capacitar”, essa era a função das animadoras dos grupos, uma espécie de monitoras, um elo entre a equipe técnica

⁷² “os anos 80 representaram o início de uma transição do rádio que apenas era de entretenimento para o rádio que também informava. A década de 80 marcou ainda a ampliação dos espaços da Rádio Pajeú para programas feitos para o povo e com o povo. Representantes comunitários eram capacitados para ir ao ar quebrando o paradigma de que o Rádio é para profissionais formados” (ACIOLI, 2011, pág. 40).

do Benvirá e os grupos de base. “Esse tipo de ação favorece a participação, pois muitas mulheres não têm condições de sair de sua área frequentemente” (BENVIRÁ, 1987).

Os encontros todos tinham alguma ligação com as linhas centrais do Projeto, sendo estas: Saúde Popular e Educação Política. No relatório anual de 1986 é citado:

As ações educativas sempre foram acompanhadas pela discussão de algum tema com elas relacionada e dentro da problemática vivida pelos participantes. (...) a política, junto a saúde, ocupou um bom espaço. 1986 foi um ano de eleições. Temas políticos: Problemas comunitários, a educação dos filhos, a violência na família, a prostituição, direitos da mulher, direitos do trabalhador, direitos da criança, a mulher e o trabalho, política e eleições, os partidos políticos brasileiros, Constituição e Constituinte (BENVIRÁ, 1986, p.03).

Como podemos perceber, a Constituinte já fazia parte dos temas dos encontros nas comunidades em 1986, algo que interessou no ano seguinte, pois aparece no relatório anual de 1987: “um dos assuntos mais debatidos durante o ano de 1987 foi: A Constituição e os Direitos da Mulher na Nossa Constituição” (BENVIRÁ, 1987).

Esses temas aparecem entre os demais como os mais debatidos não apenas na narração da própria equipe do Benvirá, mas também na opinião dos grupos sobre o trabalho da entidade. Na sessão de avaliação dos relatórios há um questionário que foi aplicado nos grupos de base, onde uma das perguntas é: Quais os assuntos que mais debateram nas reuniões do grupo? “Saúde da mulher, medicina caseira, nutrição, higiene, as vitaminas, verminose e tétano, câncer de mama e do útero, proteínas e vitaminas, plantas medicinais, higiene, criança feliz e AIDS, política, Constituinte” (BENVIRÁ, 1987).

Os comentários estão no final do relatório, na sessão *Avaliação da base sobre o trabalho do Benvirá*, onde se encontram listadas opiniões do público sobre a ação da organização. A metodologia para captação das informações foi à aplicação de questionários nas comunidades ao final do primeiro semestre e no fim do ano em encontro dos grupos no Centro Diocesano. Tais questionamentos servem também para que a equipe avaliasse o quanto os debates e discussões políticas tinham feito sentido para a população, haja vista as perguntas do questionário, cujo foco era a questão política e a opinião das pessoas quanto às metodologias usadas e a serventia para suas vidas (BENVIRÁ, 1987).

Além das atividades entre as mulheres dos grupos, a equipe do Grupo Benvirá e entre as próprias animadoras na comunidade,

as mulheres também participaram em atividades gerais do movimento popular ou específicas das mulheres além daquelas de cunho central ou local acima descritos. A viagem a Brasília pelo grupo “Povo na Constituinte” também é apontada como atividades específicos das Mulheres (BENVIRÁ, 1987).

No capítulo a seguir detalhamos como se deu o trabalho do Grupo Benvirá para a Assembléia Nacional Constituinte, especialmente as ações referentes à campanha “Direitos e garantias da Mulher na Assembleia Constituinte”, da qual o Grupo participou dentre outras formas, coletando assinaturas para abaixo assinados.

5 “SÓ TEMOS NOSSA VOZ E NOSSA FORÇA E DEVEMOS FAZER USO DELAS”

O Grupo Benvirá fez parte de uma complexa teia de ações e articulações na mobilização popular para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Apresentamos neste capítulo uma análise da percepção mais ampla do Grupo no marco da ANC, para posteriormente indicar as articulações e ações do nível nacional ao local nas cidades de Afogados da Ingazeira e Tabira, onde se desenvolveu um processo de Educação Popular, principal linha de atuação.

No primeiro item deste tópico, buscamos apresentar a visão do Grupo em relação ao contexto da Redemocratização, assim como mapear de maneira ampla as articulações e estratégias utilizadas pelo grupo para uma participação ativa no processo da ANC.

Posteriormente, versamos de maneira específica sobre como o Grupo Benvirá se articulou e atuou na Caravana “Povo na Constituinte” e da campanha “Direitos e Garantias da Mulher na Constituinte”, articulações que indicam alianças construídas com outros sujeitos políticos em planos de atuação mais abrangente. Tomando como base os relatórios de atividades anuais do grupo nos anos de 1986-1987, observamos os sujeitos políticos que a entidade mobiliza, buscando indicar as pautas prioritárias e destacar a multiplicidade de ações da entidade quanto à pauta específica das mulheres e feministas.

Por fim, discorreremos sobre as ações de Educação Popular em prol da Assembleia Nacional Constituinte, empreendidas em nível local, seja através de reuniões na sede do Grupo Benvirá, nas comunidades, nos grupos de mulheres, e em ações aliadas aos STR's locais e a Igreja Católica.

5.1 O Grupo Benvirá na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988

O Grupo Benvirá atuou no ambiente da ANC a partir da perspectiva da participação popular e, por esse motivo, desconfiava da política institucional do período chamado Redemocratização, desconfiança que se expressou na divergência da forma de composição da Assembleia Nacional Constituinte que nos remete a seguinte frase: “Alerta que a Constituição será elaborada por Deputados e não por representantes das camadas sociais” (GRUPO BENVIRÁ, 1987, p.33).

A partir da leitura de mundo (FREIRE, 2014) se constroem as visões sobre contexto histórico e político em que estava inserida a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988,

uma conjuntura de conciliação (FERNANDES, 1986), pois a transição da forma de governo ditatorial para uma república se deu através de uma Redemocratização lenta, gradual e segura.

O Congresso Nacional Constituinte, foi formado por deputados que, em sua esmagadora maioria, não representava as “camadas sociais” da população, como aponta Nogueira (2010). Os Constituintes não apresentavam um quadro renovado de representação dos novos sujeitos políticos que emergiam no período e era escassa a presença dos partidos novos, prevalecendo uma composição majoritária do PMDB, além disso, a presença das mulheres Constituintes correspondia apenas a 5,7% (PINTO, 2003). O Grupo Benvirá reconhece como aliada das “camadas sociais” a petista Benedita da Silva (BENVIRÁ, 1987).

A mobilização popular foi fundamental para que a Constituinte tomasse rumos progressistas, ao menos inicialmente (Brandão, 2011) e foi ela que provocou interação entre parlamentares e sujeitos políticos extraparlamentares, gerando impactos no fazer parlamentar e também nessa participação.

O Grupo Benvirá se engajou em diferentes frentes, o que se assemelha à dupla estratégia de luta adotada pelos movimentos de mulheres rurais ao longo de sua trajetória, que, segundo Butto Zarzar (2017), se dava pela articulação estabelecida tanto com os movimentos mistos como em movimentos de mulheres, caminho adotado pelo Grupo Benvirá na articulação para a Constituinte. Butto Zarzar (2017, p. 256) aponta que,

as mulheres se apoiaram em movimentos religiosos, organizações não governamentais e articulações sindicais nacionais em formação, instituições responsáveis por uma importante renovação política dos movimentos sociais do campo e através de relações de cooperação e conflito, e conquistaram o reconhecimento da sua participação política.

O grupo apostou numa ampla articulação que envolveu especialmente duas campanhas de mobilização popular, sendo elas: “O Povo na Constituinte”, que dizia respeito a uma ampla articulação de movimentos mistos, como: CONTAG, CUT, MST, dentre outras; e “Direitos e Garantias da Mulher”, que correspondia ao título da Emenda Popular de número PE 020, apresentada ao plenário pelas entidades de mulheres: Rede Mulher, São Paulo-SP, Serviço de Informação da Mulher, Campo Grande - MS; SOS - Corpo, Recife-PE⁷³.

O período de Redemocratização se destacou não apenas pela emergência de múltiplos sujeitos políticos, pois a própria cultura política e estratégias dos movimentos sociais foram “renovadas” nesse contexto, havendo uma multiplicidade de repertório (TEIXEIRA, 2000),

⁷³ Além das entidades responsáveis, podemos apontar a articulação do CNDM para a Emenda 020, pois segundo Silva (2016, p.84) as feministas que integravam o CNDM, contando com a participação da sociedade civil, “assumiram a liderança da articulação do movimento de mulheres em torno das emendas populares pelos direitos das mulheres na Constituição”.

mas também pela multiplicidade de alianças e entrelaçamentos, ao ponto de gerar influência mútua entre movimentos populares no período (SADER, 1988).

Dentre tal multiplicidade, podemos citar duas ações empreendidas pelo Grupo Benvirá aliadas ao movimento amplo com vista a participação popular na Constituinte: recolhimento de assinaturas para apresentação de Emendas Populares articuladas pelos movimentos a nível nacional⁷⁴, reivindicação junto à bancada de deputados e deputadas aliadas ao movimento popular e de mulheres com o intuito de sensibilizar os congressistas a votar a favor de destas pautas.

A articulação estadual se deu a partir da Ação Católica Operaria, com a associação do sindicato das domésticas e com o Movimento Popular de Saúde (MOPS), entre outros movimentos mistos, de mulheres e feministas que integravam a caravana “O Povo na Constituinte”.

Além das ações no nível de articulação estadual e nacional, a partir de movimentos mistos e de mulheres, o Grupo Benvirá desenvolveu localmente ações de Educação Popular, que tinha como principal objetivo “conscientizar” a população do que era a Constituinte, o que era a Constituição. A partir do método freiriano, buscavam difundir a cidadania através da semente de dignidade da consciência política e do momento histórico em que todas e todos estavam inseridos.

Na sessão a seguir detalharemos as estratégias e ações a dupla articulação do Grupo Benvirá, sendo elas; “Povo na Constituinte” e “Direitos e Garantias da Mulher na Constituinte”, ambas em prol da participação popular e das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte.

5.2 O Povo na Constituinte e Direitos e Garantias da Mulher na Assembleia Nacional Constituinte

Enquanto os constituintes discutiam como seria a Constituição de 1988, movimentos populares incluindo a associação das trabalhadoras domésticas (hoje sindicato) formaram uma grande constituinte discutindo suas propostas para fazerem parte da Constituição; isso durou dois anos, na sede da Ação Católica Operária em Recife – PE. Tínhamos reuniões de quinze em quinze dias, era muita discussão, às vezes participava um advogado para esclarecimento. Fizemos um seminário para entendermos o que era Constituinte, depois realizamos um ato público em frente ao Teatro Santa Izabel em Recife – PE, para chamar a atenção da sociedade para o grande acontecimento que seria realizado em outubro de 1988. A nova Constituição para nós, trabalhadoras domésticas, foi um grande aprendizado, junto com os movimentos populares e de mulheres (LENIRA CARVALHO apud BACKES, AZEVEDO; ARAÚJO, 2009, p. 454).

⁷⁴ Para que uma Emenda fosse defendida em plenário, ela precisava ter ao menos 30.000 assinaturas, o que explica a coalisão de diversos movimentos em prol de pautas comuns, já que o número de assinaturas era muito alto. (e 1987-1988, Afogados da Ingazeira-PE, tinha uma população muito menor do que 30.000 habitantes).

Sobre o processo de mobilização do atual Sindicato das Domésticas em Recife, juntamente com o movimento popular e o movimento de mulheres, Lenira Maria de Carvalho aponta na citação acima a amplitude da articulação dos movimentos populares para a participação efetiva do povo na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, o relato da liderança do Sindicato das Domésticas revela a construção de uma espécie de Assembleia Paralela, pois mesmo com um grande número de congressistas alheios as “causas sociais”, o movimento popular, ciente disto, construiu articulações, ações e mobilizações paralelamente aos trabalhos no congresso, para garantir que a Constituinte ouvisse a voz do povo.

O processo de mobilização popular não tinha somente o objetivo de levantar pautas para serem entregues aos constituintes através de articulações direta e/ou a elaboração de emendas populares. A mobilização popular consistia numa Assembleia própria, no sentido de debater com o povo, o que era uma Constituição de que forma ela impacta a vida do povo, bem como a necessidade de participar do processo de maneira organizada.

Os movimentos populares construíram, nesse processo, não apenas a participação popular na Constituinte, mas a si próprios, como Lenira descreve o processo de aprendizado que o movimento das domésticas adquiriu. Para Paoli (2002), mesmo que a efetivação das demandas populares não tenha sido incorporada ao texto final da Carta Magna, a articulação, mobilização do movimento popular já se constitui como uma conquista popular, pois segundo a autora, os mecanismos de democracia participativa desenvolvidas no Brasil resultaram dos aprendizados decorrentes do fazer político em prol da participação popular na ANC e no processo de Redemocratização como um todo.

O *slogan* “Povo na Constituinte” foi um movimento que construiu *Outra Constituinte*, que buscou mobilizar a partir da apresentação de emendas populares, articulando nacionalmente as iniciativas do movimento popular. Fazia parte dessa campanha a nível nacional a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com a qual o Grupo Benvirá se articulou no plano local e estadual, integrando a ampla mobilização “Povo na Constituinte”, juntamente com a Ação Católica Operária (ACO) e tantos outros movimentos mistos e de mulheres.

Um marco dessa articulação foi o Dia Nacional de Entrega Unitária das Emendas de Iniciativa Popular, na ocasião, foram entregues 18 emendas populares aos Constituintes aliados ao campo de esquerda. O evento ocorreu em 12 de agosto de 1987, data de aniversário do assassinato de Maria Margarida Alves, liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais em Guarabira – PB em 1983 (BRANDÃO, 2011).

A escolha dessa data fortalece a figura de Margarida Alves como símbolo da luta popular, que na ocasião, disputava os caminhos democráticos com o poder institucionalizado do estado (SOUZA, 2002) em torno da participação na Constituinte. Sendo ela uma trabalhadora rural, o simbolismo toma proporções mais amplas, pois as trabalhadoras rurais foram reconhecidas como tal nacionalmente apenas a partir da Carta Magna aprovada em 1988, fruto também da disputa e articulação do Povo na Constituinte, composta tanto pela organização nacional dos trabalhadores rurais a CONTAG, quanto pelos movimentos de mulheres, feministas.

Ainda segundo Deere (2004), diante das reivindicações todas, o acesso à terra para as mulheres esbarrou na estratégia da CONTAG e MST na luta pela Reforma Agrária pautada na defesa de terras coletivas e da agricultura familiar, onde a posse da terra ficaria a cargo do chefe da família, ou seja ainda centrada na figura masculina. No mesmo dia 12 de agosto de 1987, as referidas entidades apresentaram emendas específicas para a Reforma Agrária.

Ainda segundo Deere (2004) a organização das mulheres não pautou a agenda da posse de terra para as mulheres na Constituinte. Mas, segundo Butto Zarzar (2017), a própria Carmem Deere que no CNDM pautou o direito a titulação conjunta da terra em caráter obrigatório nos assentamentos da reforma agrária.

O reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais não se deu apenas pela organização das mulheres rurais, sejam em movimentos autônomas ou engajadas nos movimentos mistos, tampouco o reconhecimento do ser como cidadã de direitos a partir do chamado *lobby do batom*. Para garantir o *status* das mulheres rurais como trabalhadoras, foi necessária uma articulação ampla com a participação de movimentos de mulheres rurais, movimentos de mulheres e feministas, assim como movimentos rurais mistos (DEERE, 2004).

O envolvimento do grupo Benvirá na articulação “O povo na Constituinte” composta por sindicatos, associações, organização da igreja católica, movimento de mulheres, etc. nesse espaço de aliança que se configurou como um amplificador de vozes, construindo e fortalecendo uma polifonia de novas sujeitas políticas que emergiam no contexto da Redemocratização, dentre os quais o as mulheres, as domésticas, as trabalhadoras rurais. Com isso, o processo de Redemocratização gerou um campo de disputa, entre a cultura política tradicionalmente alheia ao povo e a mobilização popular que gritava sua existência, sua condição humana e sua dignidade (Santos, 2002).

Dentre tantas vozes, as mulheres ecoavam “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, em um grande coro composto pelo movimento de mulheres, o movimento

feminista, o CNDM e aliadas dos movimentos de trabalhadores. Para composição desse coral “interessa ressaltar que as trabalhadoras domésticas foram um segmento central na coalizão” (Carvalho, 2008 apud SILVA, 2016, p. 85), sobretudo em torno da Emenda de número 020, intitulada “Direitos e Garantias da Mulher”, entregue ao congresso em 05 de agosto de 1987, tendo como responsáveis às organizações feministas e de mulheres: Rede Mulher, Serviço de Informação a Mulher, SOS Corpo e apoiada por mais duas entidades, como podemos verificar no documento a seguir:

Figura 7 - Emenda 020 - Direitos e Garantias da Mulher

EMENDA NÚMERO	DATA DE RECEBIMENTO	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	ASSUNTO	NÚMERO DE ASSINATURAS	EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS	SUBSCRITA POR
PE 019	05.08	Federação das Associações de Bairro de Salvador (FABS) - BA Associação de Moradores de Plataforma (AMPLA), Salvador-BA Associação de Mulheres de Cosme de Farias (AMCF), Salvador-BA Apoiada pelos Constituintes Siqueira Campos, Cunha Bueno e quatorze entidades	Aposentadoria das Donas-de-Casa	132.528	Sim	
PE 020	05.08	Rede Mulher, São Paulo-SP Serviço de Informação da Mulher, Campo Grande-MS SOS - Corpo, Recife-PE Apoiada por duas entidades	Direitos e garantias da Mulher	45.162	Sim	
PE 021	05.08	Comissão Brasileira Justiça e Paz, Rio de Janeiro-RJ Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro-RJ Associação Brasileira de Apoio à Participação Popular na Constituinte (ABAP), São Paulo-SP	Participação Popular	336.047	Sim	

Fonte: Brasil, 1987.

A emenda 020 versa sobre violência contra a mulher e direitos das trabalhadoras, pautas estas que encontravam eco na ampla articulação das mulheres, inclusive com apoio de setores da Igreja Católica (Silva, 2016). O título desta emenda, “Direitos e Garantias da Mulher”, é citado de modo recorrente nos relatórios anuais do Grupo Benvirá (1986-1987) que, segundo Silva (2016, 85) “tratava-se da questão trabalhista, violência e outros direitos”. Tal recorrência nos remete à possível relação entre o Grupo e o SOS Corpo, organização que já mantinha atividades conjuntas com o GMM, o que poderia ser uma ponte para a aproximação com o movimento de Mulheres em Afogados da Ingazeira.

O tema da saúde da mulher também presente nos relatórios nos remete à atuação do SOS Corpo. Além de tais evidências a articulação de Lenira de Carvalho junto ao Grupo

Benvirá e as ações do movimento de mulheres e também com a caravana “O Povo na Constituinte” aponta para a multiplicidade de articulações que convergiam entre si.

5.3 Ações e articulações a nível Local, Estadual e Nacional

Apresentamos, a seguir, as atividades relacionadas a Constituinte de 1987-1988, voltado para as mulheres adultas, conforme designação utilizada nos documentos analisados pela pesquisa, termo que pode indicar a composição mista das atividades realizadas.

Propomo-nos a pensar os níveis locais, estadual e nacional, tomando com referencia as cidades em que ocorreram os eventos. No entanto sabemos que atividades que aconteceram no Sítio Pintada em Afogados da Ingazeira-PE, estão imbuídas de relações e articulações estaduais e nacionais também.

Entendemos como *local*, as articulações e ações estabelecidas nos municípios de Afogados da Ingazeira, Tabira, Solidão e Ingazeira em Pernambuco, nos grupos de mulheres nas comunidades realizadas através de distintas ações a exemplo dos intercâmbios entre grupos no perímetro desses municípios.

Como nível *estadual* destacamos a atuação no estado de Pernambuco para além das quatro cidades mencionadas anteriormente, nos municípios de Garanhuns, no agreste; Recife e Olinda no litoral.

As ações a nível nacional dizem respeito, sobretudo aquelas que ocorreram fora do estado de Pernambuco, especialmente participações de membros do Grupo Benvirá em Brasília – DF, por ocasião da articulação ampla com os movimentos populares.

A partir da atuação nos distintos níveis detalhamos as atividades desenvolvidas pelo Grupo Benvirá em prol da participação popular na Constituinte, sobretudo as atividades, ações, eventos e episódios em que as mulheres participem ou tenham como tema central a questão de gênero, com informações encontradas nos relatórios anuais de 1986-1987.

5.3.1 Ações e Atividades Locais

As ações locais empreendidas pelo Grupo Benvirá, foram majoritariamente processos contínuos de Educação popular, no entanto, este tópico não versa sobre esses processos especificamente. Aqui, destacaremos eventos e ações pontuais que interliga o fazer político do Grupo com articulações mais amplas.

Embora a Assembleia Nacional Constituinte tenha iniciado os trabalhos em 1987, as ações antes da Constituinte no âmbito do movimento popular foi elemento de disputa decisiva para a forma como se instalaram e desenvolveram os seus trabalhos (BRANDÃO, 2011) e (NOGUEIRA, 2010).

Desde 1986 aparecem os temas Constituição e Constituinte de forma recorrente nas ações e atividades do Grupo Benvirá e a agenda é discutida sempre atrelada à conjuntura política, em encontros mistos, de jovens e sobretudo de mulheres. A questão das eleições e saúde também ocupam lugar de destaque neste período.

Entre 08 e 09 de março de 1986, ocorreu com a realização do Encontro de Mulheres, com a celebração do Dia Internacional da Mulher, na Sede do Grupo Benvirá em Afogados da Ingazeira. Os temas centrais foram os seguintes: Prostituição, Plano Cruzado do Governo, Constituinte e Constituição. Na ocasião estiveram presentes 30 mulheres.

Logo após, num seminário misto em 20 de abril, no Cine São José em Afogados da Ingazeira, foi abordada a conjuntura do país, participaram aproximadamente 150 pessoas e nele se debateu a constituinte e constituição, a reforma agrária, a conjuntura política e o plano cruzado. Os eventos e atividades que tinham a Constituinte e a Constituição como temas centrais, também eram realizados para mediadores da educação popular.

Em 26 de maio de 1986, no Centro Social Urbano, foi realizado o Encontro com monitores de Alfabetização com 05 monitores, os temas tratados foram Eleições de 1986 e Constituinte e Constituição.

A conexão entre estes temas são parte do esforço voltado para a difusão do significado e os significantes da Constituição Federal para o país e suas implicações na vida do povo e das mulheres.

Em 26 de outubro de 1986, no Centro de Treinamento Diocesano Afogados da Ingazeira (PE), ocorreu o Encontro de Educação Política de caráter misto, com a participação de 45 pessoas em que se debateram as eleições de 86 e Constituinte, na ocasião se privilegiou a reflexão sobre os critérios para a escolha dos candidatos.

Em 09 de novembro de 1986 no Centro de Treinamento Diocesano em Afogados da Ingazeira (PE), ocorreu o Seminário de Educação Política com a participação de 29 pessoas, quando foram debatidos os temas: Constituinte e Eleições de 86, Critérios para a escolha dos candidatos, como votar.

Em 10 de novembro de 1986, no Grupo Escolar do Sítio Pintada – Afogados da Ingazeira-PE ocorreu o intercâmbio de Grupos de Mulheres e Confraternização, na ocasião participaram 43 mulheres e 10 homens das comunidades de Poço de Moleque, Pajeú-Mirim,

Carnaúba dos Santos, Queimadas, Borges, Santiago e Pintada. Os temas debatidos foram Eleições 86 e Constituinte, como votar.

Como podemos perceber, as atividades relacionadas à Constituição e Constituinte em 1986, estiveram muito presentes em encontros mistos, também não aparece o tema direcionado especificamente as demandas ou as pautas das mulheres. Será a partir de 1987 que a pauta das mulheres ganha centralidade a começar pelo tema escolhido para ser discutido no 8 de março. O que a mulher está querendo na nova Constituição? Esse foi um dos temas centrais da celebração realizada pelo Grupo Benvirá no Centro de Treinamento Diocesano em Afogados da Ingazeira e também nas ruas e praças ocorreram palestras para mais de 100 pessoas, homens e mulheres (BENVIRÁ, 1987).

Em 05 de julho de 1987, a equipe do Benvirá aproveitou a oportunidade da posse da nova diretoria do STR de Tabira para coletar assinaturas para a Emenda sobre os “Direitos e Garantias da Mulher para a Constituinte”. No ato estavam presentes cerca de três mil pessoas entre trabalhadoras e trabalhadores dos bairros e sítios onde atuava o STR, conduzindo faixas e cartazes que denunciavam e protestavam contra a situação de miséria e abandono do povo - exigindo medidas urgentes do governo, como a de frentes de trabalho e alistamento nas Frentes de Emergência, devido ao contexto de estiagem que vitimava a população (BENVIRÁ, 1987). Naquele mesmo mês no dia 26 de julho, mais de 100 mulheres se encontraram no Centro de Treinamento Diocesano, em Afogados da Ingazeira, para debater o assunto: “A importância da organização das mulheres para a Constituinte” (BENVIRÁ, 1987).

No livro de Atas do STR de Tabira, não há menção à participação do Benvirá nessa ação, mas há referência à posse da nova diretoria e à grande mobilização. Isso nos leva a crer que o Grupo aproveitou a ocasião de maneira informal, ou seja, a pauta das mulheres, evidenciada na Emenda sobre os Direitos e Garantias da Mulher para a Constituinte, que não era prioridade do STR, pois as atas de assembleias do STR de Tabira referentes aos anos de 1986 a 1988, as quais tivemos acesso, não fazem menção a tal Emenda. É citado o debate sobre a Constituinte mais no âmbito da Reforma Agrária e da busca de alianças com deputados do campo da esquerda, e da ação empreendida pela CONTAG na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (STR TABIRA, 1985-1989). O que nos remete a Emenda Popular 052, apresentada pela Confederação com o tema: Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária (BRASIL, 1987).

No entanto, precisamos destacar que, o fato de não termos encontrado registros da priorização da pauta das mulheres no sindicato local de Tabira, bem como as emendas

apresentadas pela CONTAG e CUT estarem centradas na questão da Reforma Agrária, não significa dizer não havia articulação das trabalhadoras rurais dentro dos movimentos mistos, pois como apontam Butto Zarzar (2017) e Abreu e Lima (2012), no IV Congresso da CONTAG em 1985, as mulheres apresentaram a tese “Propostas para aumentar a participação de nós, mulheres trabalhadoras rurais, no nosso movimento sindical”, tal ideia foi apresentada por Dona Lia e encabeçada pelas trabalhadoras do Sertão Central junto a FETAPE. Ainda segundo Butto Zarzar (2017), a mencionada tese não se limitava participação sindical, havendo a menção “a importância de se garantir a ‘participação da mulher trabalhadora rural em todas as fases da Assembleia Nacional Constituinte (CONTAG, 1991, p. 115 *apud* BUTTO ZARZAR, 2017, p.112).⁷⁵

Com isso buscamos enfatizar que o fato de o STR de Tabira, com quem o Grupo Benvirá se articulou não ter priorizado a pauta das mulheres, não significa que não tenha havido tal movimentos em outros STR’s, polos sindicais e federações a qual compõe a CONTAG. Ao passo, que não podemos dizer o fato de ter ocorrido mobilização das trabalhadoras rurais via STR’s em Itapetim e em Serra Talhada não garante atenção da pauta em Afogados da Ingazeira e Tabira, haja vistas as relações e prioridades eleitas pelos dirigentes locais.

5.3.2 Ações e articulações Estaduais – Pernambuco

No âmbito estadual, no dia 05 de outubro de 1986, No Centro de Trabalho e Cultura (CTC) Recife-PE, foi realizado o Encontro Estadual de Saúde, com aproximadamente 300 pessoas que debateu a Constituinte, os temas e objetivos do encontro foi a elaboração de propostas para a Assembleia Nacional Constituinte.

Entre os dias 18 a 23 de julho de 1986, em Recife e Olinda (PE), ocorreu um intercâmbio de experiências, com a participação de 05 jovens (Tabira e Solidão) e 03 Mulheres (periferia e zona rural de Afogados da Ingazeira Equipe Benvirá). Os jovens participaram de uma Gincana Conscientizante em Macaxeira – Casa Amarela. Já as mulheres

⁷⁵ Nessa direção Cordeiro (2004), aponta a articulação das mulheres da CONTAG junto ao CNDM, a nível nacional. Não era nosso objetivo nos debruçar sobre tal articulação, mas convém citá-las: 1) o CNDM com o apoio dos sindicatos, das federações e confederações de trabalhadores, culminou no I Encontro Nacional A Mulher e as Leis Trabalhistas, que ocorreu em 1987; o documento final desse encontro consiste em proposições para a Constituinte, tal escrito conta com uma parte específica que trata das trabalhadoras rurais. 2) o outro documento de posicionamento das agricultoras frente à Constituinte, foi o ‘Uma carta aos constituintes’, fruto do 1º Seminário Nacional da Trabalhadora Rural, em julho de 1988. Apesar de apresentar tais informações e discorrer sobre o reconhecimento das Mulheres enquanto Trabalhadoras Rurais, Cordeiro (2004) não cita a interligação do Polo Sertão Central e do MMRT Sertão Central especificamente para a Constituinte.

participaram de um Encontro em Olinda com representantes de grupos do Grande Recife⁷⁶. O principal assunto discutido nesse encontro foi: Constituinte e Eleições 1986. Além disso, os jovens e mulheres de Benvirá visitaram outros grupos populares e conheceram e centros culturais do Recife.

No ano seguinte, 1987, nos dias 14 e 15 de março representantes do Grupo participaram de um Encontro de Mulheres na Creche de Casa Amarela em Recife-PE estavam presentes aproximadamente 30 mulheres de vários grupos debateram os temas: Constituinte - Trabalho doméstico e Emprego doméstico - Saúde Mental – Autoexame - Sexualidade - Aborto - Comunicação e Expressão Corporal – Família⁷⁷. Os assuntos desse encontro nos remetem articulação para Constituinte pela organização Associação de Trabalhadoras Domésticas em Recife e Olinda, com o apoio da Ação Católica Operária - ACO (BENVIRÁ, 1987).

Numa articulação entre o Grupo Benvirá e o GMM, em 29 de maio de 1987, na sede do Grupo Mulher Maravilha em Recife, foi realizada uma reunião entre associadas, estagiárias e pessoas do Grupo Benvirá. Na ocasião foi repassado o material para a coleta de assinaturas do abaixo-assinado e informada à viagem à Brasília, para participação na discussão e lançamento do abaixo-assinado da Iniciativa Popular na Constituinte sobre os direitos e Garantias da Mulher (BENVIRÁ, 1987).

Em 08 de agosto de 1987, na sede da Ação Católica Operária - ACO em Recife-PE, integrantes da equipe do Benvirá participaram de uma reunião de preparação para viagem a Brasília, a articulação foi feita via ACO e a organização da Caravana “Povo na Constituinte”, essa foi a preparação para a segunda viagem do Grupo a Brasília por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte (BENVIRÁ, 1987).

O Grupo Benvirá priorizou os debates e formações acerca da Constituinte, também no 9º Encontro Feminista em Garanhuns-PE em 1987. A participação se deu através da articulação realizada pelo SOS Corpo Instituto Feminista e GMM e participaram mais de 800 mulheres brasileiras do encontro que tinha temas muito diversos, sendo a maioria dos debates realizados em grupos ou oficinas. Do Grupo Benvirá participaram três mulheres, Rosilda, Lourdes e Dôra. Durante o encontro, as participantes do Grupo priorizaram o tema da Constituinte (BENVIRÁ, 1987).

⁷⁶ Os relatórios não apontam as entidades e movimentos que promoveram tal ação, apenas a participação do Benvirá e o lugar onde aconteceu, assim como os temas tratados.

⁷⁷ Idem.

O encontro feminista também foi uma oportunidade de pensar as mulheres e o feminismo, para as participantes, em fala Dôra Santos expõe sua opinião sobre o que é feminismo e porque está ali explica:

ser feminista é a mulher lutar junto às outras companheiras por seus direitos, conhecer e saber que tem direitos iguais aos dos homens. Saber que Deus não deixou ninguém no mundo para ser escava (sic), deixou a gente para ter direitos iguais não só para viver em casa lavando, passando, cozinhando e criando os filhos sozinha (GRUPO BENVIRÁ, 1987).

A palavra Feminismo e o debate acerca do conceito aparecem nos relatórios anuais de 1986 e 1987, não só nas palavras da integrante da equipe do Grupo Benvirá sobre sua participação no Encontro Nacional Feminista. Não é nosso objetivo caracterizar o Grupo como feminista, no entanto, destacamos a presença da palavra e do conceito apontando o equívoco da nossa pesquisa de especialização (QUEIROZ, 2014), onde afirmávamos que não poderíamos caracterizar o movimento do Benvirá como feminista, pela ausência do termo e debates em torno dele nos documentos analisados até o momento.

5.3.3 Ações e articulações Nacionais

A atuação da CONTAG esteve direcionada ao tema Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária, a organização elaborou juntamente com a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) a Emenda número PE 052 entregue aos Constituintes em 12 de agosto de 1987. A emenda contava com 638.469 assinaturas. (BRASIL. Emendas Populares. 1987 p. 24. v.1)

Em duas oportunidades além de realizar atividades, seminários, participar de atos e encontros nos quais eram abordados diretamente ou indiretamente o tema da Constituinte, pessoas que compunham o Grupo Benvirá, também estiveram presentes em encontros em Brasília, em ações da Constituinte onde a reivindicação popular ecoou no Congresso Nacional. Segundo Brandão (2011) tais mobilizações fortaleceram as redes populares para visibilizar os interesses dos movimentos sociais na disputa pelos caminhos da Constituinte.

A participação na primeira mobilização em Brasília deu-se pela articulação com o Movimento Popular, por ocasião da Discussão e lançamento do abaixo-assinado da Iniciativa Popular na Constituinte e sobre os direitos e Garantias da Mulher. O evento ocorreu no Congresso Nacional entre os dias 23 e 28 de maio de 1987, a participação do Grupo Benvirá (BENVIRÁ, 1987).

Lourdes Luna uma das fundadoras e liderança do Benvirá viajou a Brasília para participar de encontros entre os dias 23 a 28 de maio de 1987 quando da apresentação da “Carta das Mulheres” ao Congresso Nacional Constituinte. Essa viagem primeira, embora tivesse representação de 22 estados, foi composto apenas por 28 mulheres, o que nos leva a indagar o nível de colaboração que estas mulheres tiveram na elaboração da carta pode ter sido efetivo, visto que o número reduzido de representações sugere diálogo.

Segundo Brandão (2011), nos dias 26 e 27 de maio de 1987, mesmo período da viagem mencionada no relatório do Grupo Benvirá ocorreu na Câmara dos Deputados a Reunião da Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, na ocasião estavam presentes representantes de vários segmentos do movimento popular convocados por um comando provisório com o apoio do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC) da Universidade de Brasília (UNB), dentre as organizações presentes estavam: a Central Única dos Trabalhadores (CUT); a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM).

Dentre essas organizações, é apontada a articulação do Grupo Benvirá com a CONTAG nos relatórios que analisamos. Embora não haja mais detalhes nos arquivos do Grupo, tampouco Brandão (2011) mencione “apresentação da proposta sobre Direitos e garantias da Mulher na Assembleia Constituinte” como está descrito nos registros do Grupo, supomos que foi para participar dessa reunião que viajou representantes do Benvirá em maio de 1987.

Os objetivos da reunião eram: “1) estratégia na coleta de assinaturas das emendas democráticas; 2) realização de atos e manifestações unitárias em defesa dessas propostas; 3) presença efetiva dos movimentos populares durante a discussão do projeto de Constituição.” A reunião pretendia ser a primeira dessa articulação e, na ocasião, foi formada uma Comissão Executiva, da qual faziam parte representantes CUT, ANDES, CONTAG e CONAM. Outra deliberação do encontro foi o plano de lançamento de uma campanha nacional de apoio às emendas dos populares no dia 16 de junho de 1987 em Brasília e a decisão de instituir o dia 17 de julho como Dia Nacional de Mobilização para coleta de assinaturas⁷⁸ (MICHILES et all 1989, p. 67 *apud* BRANDÃO, 2011).

⁷⁸ O Dia de Mobilização foi adiado e ocorreu em 12 de agosto, em memória de Maria Margarida Alves (BRANDÃO, 2011)

A segunda viagem de pessoas ligadas ao Grupo Benvirá a capital do país em virtude da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988, aconteceu entre os dias 09 e 14 de agosto também de 1987, numa articulação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Na sede da mesma organização, participaram 80 pessoas de um “encontro com parlamentares para exigir o comprometimento deles com a causa do povo”, o evento teve como marco a entrega de propostas de emendas populares para a Constituinte (BENVIRÁ, 1987).

Figura 8 - Emendas 052 e 053 - Reforma Agrária

EMENDA NÚMERO	DATA DE RECEBIMENTO	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	ASSUNTO	NÚMERO DE ASSINATURAS	EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS	SUBSCRITA POR
PE 051	12.08	Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS Círculo Monárquico de São Paulo-SP Círculo Monárquico D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, Belo Horizonte-MG	Regime de Governo-Plebiscito	44.632	Sim	
PE 052	12.08	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Brasília-DF Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), São Paulo-SP Comissão Pastoral da Terra (CPT), Goiânia-GO	Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária	638.469	Sim	
PE 053	12.08	Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo-SP Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo-SP Comissão Pastoral da Terra (CPT), Goiânia-GO	Reforma Agrária e Política Agrícola	550.000	Sim	

Fonte: Brasil, 1987.

A cerimônia de entrega das Emendas populares ao presidente da Constituinte Ulysses Guimarães ocorreu no Salão Negro do Congresso Nacional. As 18 emendas populares patrocinadas por entidades como a CUT, a CGT, a Contag e a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, assim como por partidos de esquerda. O ato contou com a participação de representantes de 20 entidades da sociedade civil e com a presença de 2 mil a 4 mil pessoas. Os jornais da época noticiaram com veemência tumulto e várias aparições dentre as quais Ulysses Guimarães e Luís Inácio Lula da Silva (Lula). (BRANDÃO 2011).

Dentre as 18 emendas⁷⁹ apresentadas em 12 de agosto, uma tinha como pauta principal as mulheres: era a emenda de número 065, que versava sobre a saúde da Mulher (aborto)⁸⁰, embora as entidades responsáveis sejam todas do Rio de Janeiro e São Paulo, há mais dezenove entidades apoiando.

Figura 9 - Emenda 065 – Saúde da Mulher (aborto)

EMENDA NÚMERO	DATA DE RECEBIMENTO	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	ASSUNTO	NÚMERO DE ASSINATURAS	EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS	SUBSCRITA POR
PE 065	12.08	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde de São Paulo-SP União de Mulheres de São Paulo-SP Grupo de Saúde NGS-Mulheres do Rio, Rio de Janeiro-RJ Apoiada por dezenove entidades	Saúde da Mulher (aborto)	53.338	Sim	
PE 066	12.08	Central Geral dos Trabalhadores (CGT), São Paulo-SP Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Brasília-DF Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo-SP Apoiada por dezoito entidades	Direito dos Trabalhadores	272.624	Sim	
PE 067	12.08	Associação dos Vereadores do Triângulo Mineiro (AVETRIM), Araguari-MG Associação dos Vereadores do Alto Paranaíba (AVAP), Patos de Minas-MG Coordenação para Criação do Estado do Triângulo, Uberaba-MG	Cria o Estado do Triângulo	202.577	Sim	

Fonte: Brasil, 1987.

Nos relatórios do Benvirá não aparece menção a essa Emenda, embora o tema saúde da mulher fosse algo prioritário nas ações do Grupo, no entanto, nos relatórios aparece menção a coleta de assinaturas apenas a “Direitos e Garantias da Mulher”, ou seja a emenda 020.

⁷⁹ Tais emendas correspondentes à de número: 038 – 072. Seguem ordem os títulos delas: Polícia Rodoviária Federal, Nações Indígenas, Populações Indígenas (Associação Brasileira de Antropologia - ABA), Saneamento Básico, Previdência Privada, Desarmamento Nuclear, Municípios - Indenização por Extração de Petróleo, Proteção do Consumidor, Imposto Único sobre Minerais, Exportação de Alimentos e Abastecimento, Ciência, Tecnologia e Comunicação, Ensino Público Gratuito (ANDES - CPB - Confederação de Professores do Brasil, Saúde, Regime de Governo Plebiscito, Direitos dos Trabalhadores (CUT, CPT, MST-SP), Ordem Econômica Social (CUT, CPT), Direito de Participação popular, Competência do Supremo Tribunal Federal, Escolas Comunitárias MRU, Direitos e Garantias dos Pensionistas e Aposentados, Participação nos Lucros e Democratização da administração das empresas, Proventos de Aposentadoria, Imposto de Renda sobre salários, Reforma Urbana, Direitos da Criança e do adolescente, Direito dos Trabalhadores (CUT), Cria o estado do Triângulo, Preservação das entidades: ESC, SENAC, SESI e SENAI, Excepcionais, Planejamento e Desenvolvimento regional, Sistema Nacional de Saúde, Plano de Previdência das Estatais e Parlamentares. Para saber mais acessar:

⁸⁰ A Emenda de número 065, segundo Silva (2016) tratava sobre a legalização do aborto.

5.4 “E se nós participar (mos) com as nossas propostas e opinião, quem sabe...”

O que Constituinte e o que Constituição?
 O que é uma Constituição?
 O que a Constituição diz?
 O que é uma Assembleia Nacional Constituinte?
 Qual a importância da Assembleia Nacional Constituinte?
 Por que o Brasil precisa de uma nova Constituinte?
 O que fazer para preparar a Constituinte?
 Como participar da Constituinte?
 (BENVIRÁ, 1986)

Estas perguntas nortearam os trabalhos do Grupo Benvirá em 1986. A avaliação dos participantes registrada nos relatórios desse ano afirma “com a orientação política ficamos conhecendo alguns deputados, os partidos existentes, o que é uma Constituinte e Constituição. (...) A educação dos filhos e os direitos da mulher foram também assuntos e ótimos” (BENVIRÁ, 1986, p. 33).

Essa afirmação vem acompanhada da boa avaliação quanto aos aprendizados relativos à criação dos filhos, o que nos leva a crer que a visão do Grupo Benvirá sobre o ser mulher, não era de total crítica ao seu papel social e divisão social do trabalho, ou que o tema era introduzido como uma estratégia de aproximação das mulheres. Assim, a partir das falas a seguir podemos observar a complexidade da questão através de discussões sobre a importância de “Mostrar a mulher que ela também tem cabeça para escolher seus candidatos e suas reivindicações acabar com aquela tradição da mulher ter que votar em quem o marido quer (coisa que ainda acontece no sertão)” (BENVIRÁ, 1986, p.33).

As mulheres ora são narradas como salvadoras do povo, ora como sujeitas de direito autônomo. Na primeira caracterização, elas são vistas um caminho para conscientizar a família, como podemos perceber essa reflexão a seguir “mulher tem um papel fundamental na eleição (...) conscientizando a família, os vizinhos e a própria mulher para evitar que o povo continue votando em candidatos que compram votos e não tem compromisso com o povo.” (p. 33); em outros momentos do mesmo relatório elas são elucidadas a partir da sua luta por autonomia “Mostrar a mulher que ela também tem cabeça para escolher seus candidatos e suas reivindicações” (BENVIRÁ, 1986, p.33).

Maria das Dores Santos, a Dôra em 02 de julho de 2020, apontou informações relevantes quanto a mobilização do Benvirá em prol da ANC. Ela mencionou que lembra bem, pois nos dez anos que trabalhou no Grupo Benvirá, sua atuação principal era na realização dos encontros nos grupos de mulheres nas comunidades. Dôra nos disse: “Eu

lembro muito, porque eu trabalhava diretamente com isso nas comunidades, era a parte de direitos”.

A parte dos direitos a qual Dôra se refere são os direitos básicos dos cidadãos e cidadãs, direito à saúde, educação, moradia, que podem ser encontradas facilmente nos relatórios do Grupo Benvirá 1986 e 1987 que analisamos, os temas centrais das atividades era Cidadania e Saúde e embora os relatórios não apontem tais questões como pauta da mobilização para a Constituinte, faz sentido as lembranças de Dôra. Segundo ela, as pautas e reivindicações dos grupos assessorados pelo Benvirá foram:

(...) mais acesso a saúde que nos direitos já entrava essa questão, acesso a moradia, porque hoje já se fala que o povo conseguiu muita moradia através do “Minha casa, minha vida”, naquela época não tinha isso. Então eles mexiam muito nessa questão do que eles não tinham. Aí não tinha, a Educação era bem fragilizada, que pra estudar que naquela época os jovens estudavam era na comunidade, quatro séries em uma, que tinha que estudar na comunidade. E naquela época não muito acesso a vir para a cidade estudar e eles queriam estudar. (...) Tinha outra coisa também que a gente falava era na área de saúde era a universalidade do SUS (Maria das Dores - Dôra, 02/07/2020).

As reivindicações eram por direitos básicos, à saúde, moradia e educação, pautas principais dos grupos para a Constituinte 1987-1988. Afirma-se inicialmente a ideia de ser um sujeito de direito, para depois indicar os direitos demandados.

Quanto ao contexto da saúde para a população, Dôra comenta a situação do Hospital Maternidade Emília Câmara, como funcionava na prática a saúde “pública” na região e o motivo pelo qual a saúde era questão de prioridade na Constituinte:

Porque naquela época eu me lembro muito bem, o Hospital público tinha o lugar de colocar os ricos e o lugar de butar os ricos e o lugar de butar os pobres. Aqui mesmo, esse hospital aí, velho, onde é a X GERES hoje, tinha um setor que era só apartamento e o outro setor era enfermaria. Aí um pobre adoecia e ia para a enfermaria onde tinha seis, sete pessoas no mesmo quarto. E um que tinha dinheiro quando adoecia, ia pro quarto só ele e o acompanhante lá dentro. E o hospital era público. Aí você ver: Uma casa de Saúde a gente entende, porque é privada. Se eles tem o convênio do SUS é claro que eles tem o lado do SUS e o lado dos apartamentos, porque é uma casa de saúde particular. Mas um hospital público, um hospital público o rico não tava pagando não e porque ele tinha lugar privilegiado? Então a gente disse, o SUS que nós queremos não é esse. Nós queremos um SUS a onde o direito do pobre seja o direito do rico. Onde o direito do pobre seja o direito do rico! Por exemplo, o rico não quer o SUS, problema dele, pague um plano. Pague um plano. Agora quer tá no SUS então ele é atendido igual a gente, que é gente. Então era mais esses temas. Básico, digamos, exatamente (Maria das Dores - Dôra, 02/07/2020).

A partir da fala da Maria das Dores Santos, a Dôra, além de ficar evidente a desigualdade social existente no contexto em que o Grupo Benvirá atuava, também é perceptível o uso dos meios públicos em função de alguns, sendo estes as pessoas privilegiadas economicamente.

Quanto às ações desenvolvidas pelo Grupo Benvirá, no tocante a saúde, além da luta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), foram implementadas farmácias caseiras em alguns sítios, onde eram depositadas receitas e ingredientes para que as próprias pessoas pudessem fazer seus remédios: “os remédios do mato” como a população chama a cultura da fitoterapia. Tais ações era uma maneira de suprir a carência de acesso básico à saúde, pela população pobre, ao mesmo tempo que era uma oportunidade de valorização dos saberes locais.

Aí eles diziam: “E essa Constituição vai ajudar a gente nessas coisas?”. Aí a gente dizia, vai. Porque se lá dentro tem que estar os direitos, aí o direito a moradia, o direito à educação, o direito, então tudo isso tinha que estar na Constituição, né. E aí vocês estar falando da questão básica mesmo que vocês entendem, né (Maria das Dores - Dôra, 02/07/2020).

Nos chama atenção o entendimento de Dôra sobre a Constituição. Pois em sua visão, na Carta Magna deveria estar presente os direitos do povo, as coisas que o povo entende, que sente falta, a Constituinte seria uma oportunidade de participação popular para garantir o direito a ter direitos, ou seja, a mobilização em torno da ANC era um elemento da construção e fortalecimento da cidadania das mulheres dos grupos.

Prosseguindo as lutas iniciadas principalmente dos anos 1980 por serviços públicos de saúde, reforçaram a defesa do SUS que havia sido instaurada na legislação nacional há pouco tempo, em iniciativa conjunta com outros movimentos sociais. [...] no momento da constituição dos movimentos investigados prevalecia a demanda pelo acesso a esses serviços [...] (BUTTO ZARZAR, 2017, p.2017).

Mesmo que as pautas reivindicadas pelos os grupos do Pajeú não tenham sido atendidas, ou sequer chegado a Assembleia, o senso de Cidadania que a mobilização em torno ANC e o sentido da Constituição de um país, são elementos importantes para pensar a construção das sujeitas políticas das mulheres organizadas em torno do Grupo Benvirá em Afogados da Ingazeira, Tabira, Solidão e Ingazeira de 1987-1988.

Aí o Benvirá como tinha (eu não vou dizer que era bem a gente que tava aqui) mas Narciso e Lourdes que tinha uma formação mais acadêmica, podemos dizer assim, que tinha mais informação, trouxeram o tema pra gente discutir e aí a gente teve muito seminário, não só discutido na na comunidade, mas muito seminário. Na comunidade a gente fazia mais assim: a gente ia pra uma comunidade e a gente ia conversar com o povo o que eles entendiam de Constituição, e o que eles queriam saber; se eles entendiam eles iam dizer o que eles entendiam e se não entendiam nada, eles iam dizer o que eles queriam saber aí a gente começava a dizer pra eles. – Olha tem muita coisa que vai ter nessa Constituição que vai mexer com a gente. Vai ter coisa que vai dá direito pra nós, se tiver na Constituição a gente vai passar a ter direito, mas vai ter coisa lá que talvez não agrade muito a gente. E se nós participarmos, nós dermos a nossa proposta, a nossa opinião, quem sabe isso vai ajudar a gente ter uma coisa melhor lá dentro desta Constituição. E eles diziam: -“Como é que é a gente vai fazer isso?” A gente discutindo aqui, colocando no papel o que vocês estão dizendo, e a gente vai levar pro grupo e o grupo vai juntar de todo mundo das comunidades e vamos fazer um relatório de tudo isso e vamos ver de que forma nós vamos encaminhar, né. E aí a gente fez muito documentos, a gente fazia os encontros, aí depois fazia os eventos grandes, pra ler aquilo que foi fechado, porque era um relatório que tinha que tinha que ser fechado com as

propostas e as ideias deles, né. Das Comunidades, aí a gente fazia documentos e pegava as assinaturas, a gente encaminha (Maria das Dores - Dôra, 02/07/2020).

No rol de estratégias para a educação popular do Benvirá estavam reuniões nas localidades rurais, encontro ou seminários no Espaço Benvirá na Zona Rural de Afogados da Ingazeira, também viagens para participação de Encontros, e também programas de rádio, veiculados pela Rádio Pajeú de Educação Popular (GRUPO BENVIRÁ, 1987). Segundo Lourdes Gonçalves (2019), os programas denominados “Mulheres de Benvirá” e “Caminhos de Benvirá” servia também como uma maneira de sensibilizar e atrair a população para as formações no Grupo, além de ser um momento de formação. No relatório anual de 1987 aparece uma classificação das atividades na seção Visão Geral dos Trabalhos que aponta dois níveis de atuação:

Um local ou de base e o outro mais central ou de coordenação. A nível de base, as mulheres se reúnem em seu próprio sítio/comunidade, geralmente a cada semana. Nessas reuniões estudam assuntos específicos da mulher, daquele grupo de mulheres e da comunidade em geral. Paralelamente ao trabalho de discussão (Política e Saúde) às vezes acompanha uma realização prática - trabalhos manuais, corte e costura artesanato, etc. Esse tipo de ação favorece a participação, pois muitas mulheres não têm condições de sair de sua área frequentemente. Os assuntos das reuniões correspondem à problemática de cada grupo de mulheres. A assessoria do Benvirá, importante no início dos grupos, torna-se esporádica em seguida. Aachamos que é muito importante que cada grupo tenha iniciativa, saiba se conduzir, ainda que muito timidamente. Já a nível central ou de coordenação, o trabalho se deu principalmente através do encontro e animadores de Grupos de Mulheres. Cada grupo escolheu em geral duas animadoras para participar dos encontros em Afogados da Ingazeira. Cada animadora de grupo tem a obrigação de transmitir a seus grupos o que aprenderam (GRUPO BENVIRÁ, 1987, p. 02).

No mesmo relatório, há a sistematização da fala das agricultoras sobre a conjuntura política e a ANC, onde foi registrado o seguinte comentário: "O pessoal não sabe o que é a Constituição" (GRUPO BENVIRÁ, 1987). O trabalho de educação popular compôs o repertório de ação da organização a partir da Educação Popular, ao menos de construir leituras de mundo (FREIRE, 2004), a partir do contexto local.

O trabalho de educação popular do Benvirá possibilitou que as agricultoras soubessem o que é a Constituição, o que é a Assembleia Nacional Constituinte e qual a influência a Carta Magna tem em suas vidas. Essas ações constituíram estratégias para desvelamento de um sujeito político, pois tomar consciência da Cidadania, dos direitos e deveres é parte fundamental para que as pessoas compreendam que são sujeitos políticos e, portanto, podem e devem contribuir na construção de sua História e do país.

A partir das descrições apresentadas, verificamos como a Constituinte 1987-1988 foi um dos assuntos mais debatidos durante o ano de 1987 por meio de encontros e reuniões, para explicar as agricultoras o que é e como funcionará a Assembleia Constituinte, e como houve

um envolvimento direto na elaboração e adesão às pautas do movimento popular e de mulheres. Para participar de Congressos em Brasília, Lourdes foi a um encontro em Recife na sede da Ação Católica Operária - ACO. Os temas mais abordados pela entidade em formações locais foram saúde e cidadania, o que nos levam a deduzir que estas foram as pautas mobilizadas para a Assembleia Nacional Constituinte (GRUPO BENVIRÁ, 1987).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Benvirá se trata de um coletivo de sujeitos que se articularam politicamente em função do contexto local e nacional, alinhavados pela afinidade política que tinha como base o entendimento de que a fome, a miséria e a seca eram construções políticas. Diante dessa constatação, nutriram a esperança de que era a partir da educação popular e da participação política direta que esta realidade poderia ser transformada. Portanto, o Benvirá se configura como um guarda-chuva que abarca as atuações de Lourdes, Rosilda, Dôra e Narciso, antes mesmo de criarem o movimento "Mulheres de Benvirá" e o "Grupo Benvirá", respectivamente em 1984 e 1985.

É importante ressaltar que as trabalhadoras rurais, a exemplo de Rosilda e Dôra, antes mesmo se organizarem em grupos, já construíam resistências cotidianas, ou seja, estratégias para sobreviver às condições de classe e gênero a que eram impostas, sobretudo, quando esses contextos se tornavam mais agudos devido a estiagem. Além disso, elas tinham contato com a educação popular através do MEB e das homilias proferidas pelos clérigos adeptos da Teologia da Libertação. Dito isto, o Benvirá se constituiu em um terreno fértil, embora seco.

De tal forma que a igreja, a nível local caminhava na luta pelo reconhecimento de que as pessoas pobres são gente e gente tem direitos. Dentre tais movimentos está o Grupo Benvirá e as ações pré e pró Constituinte que parecem ter sido oportunas para proclamação do povo pobre e das mulheres como gente, sujeitas de direito.

Em intersecção com as reflexões de classe, esse grupo atentou para importantes questões sobre a divisão sexual do trabalho e desigualdade de gênero, ou seja, pautas centrais para as práticas, formações e entendimentos do Benvirá. Isso se refletia no trabalho com crianças, jovens e casais como uma estratégia de se chegar até as mulheres, tanto rurais como urbanas, uma vez que, mesmo que elas passassem a habitar a cidade permaneciam como trabalhadoras rurais.

As diversas mobilizações do povo compreendidas nas esferas nacional, estadual e local, isto é, desde a elaboração das emendas populares, as caravanas, os abaixo-assinados, até os processos de educação popular, inclusive através de programas de rádio, enfim, cada articulação propiciou um campo de disputa potente em busca do direito de ter direitos na Constituinte. Através de tais ações, o Grupo Benvirá, junto a outros movimentos que atuaram no Sertão do Pajeú, como a Igreja e os sindicatos rurais, contribuíram para a emergência das mulheres como sujeitas políticas.

Em Afogados da Ingazeira, o Benvirá foi responsável pela agenda específica das mulheres nos grupos de base e na aliança com os movimentos mistos. De forma que, mesmo que as pautas reivindicadas não tenham sido atendidas em sua inteireza, a exemplo da reforma agrária, o senso de Cidadania que a mobilização em torno da ANC promoveu o fortalecimento dos movimentos populares. O esforço empreendido demonstra que as ações e as articulações do nível local para o estadual assim como para o nacional se entrelaçam, sendo elas constitutivas umas das outras, apresentando por vezes contradições entre si.

O Benvirá não se aliou com apenas um movimento, atuando no campo dos movimentos populares, de mulheres, e de feministas. O que lhe propiciou atuação no campo da saúde, tanto nas demandas para a criação do SUS, quanto em ações de incentivo e difusão de saberes medicinais populares, como foi o caso da formação dos agentes comunitários de saúde e a criação das farmácias caseiras nas comunidades rurais. Seu contato com o movimento de mulheres e feminista propiciou que as práticas e cuidados da saúde priorizassem a saúde da mulher.

Para Souza-Lobo (2011), as mulheres conquistaram em 1988 uma Cidadania de segunda categoria, pois ela se dá não pelo fato das mulheres serem humanas, mas sim porque elas servem ao estado desempenhando seu papel maternal. Ou seja, a cidadania das mulheres carece de justificativa e, além disso, está condicionada a sua função social para o estado, que é gerir e criar os seus filhos. A maternidade aparece no texto como fator biológico e social, dessa maneira, a cidadania das mulheres está limitada à cidadania das mães e trabalhadoras. Além disso, a autora destaca que o texto final da Constituinte tem uma visão generalizada sobre o trabalho, não especificando o Estado como responsáveis pelos direitos das pessoas não assalariadas. Assim, as trabalhadoras rurais precisaram justificar sua cidadania, não apenas na Constituinte, mas antes no processo de reconhecimento “local”, através das lutas pelo direito ao alistamento nas frentes de emergência em 1983, que seguiu para a Constituinte a partir de reivindicações das mulheres da CONTAG e do CNDM.

Com tudo isso, não é de se admirar que as mulheres precisassem estampar em letras garrafais sua condição humana: “*Mulher também é gente*”. Por que afirmar veementemente algo óbvio? A frase utilizada pelas sertanejas, em 1983, reclamava o direito ao trabalho nas frentes de emergência, no entanto, era o estatuto de Gente que elas proclamavam antes de tudo.

O termo Gente, num sentido semelhante ao que nos suscita a afirmação das trabalhadoras rurais em 1983, apareceu em nossa pesquisa de modo explícito em várias fases, seja nos escritos nas fontes ou nas bibliografias. Nas fontes de pesquisa, ou seja, relatos das

personagens que viveram no contexto da década de 1980, em Afogados da Ingazeira, encontramos referência a Gente: primeiro, na faixa escrita pelas mulheres organizadas em 1983, como já mencionado, presente nos discursos de Dom Francisco, que afirmava que “quem é gente tem direito” (DIOCESE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA, 2011, 15).

Nas leituras teóricas com as quais nos deparamos, apareceram conceitos que convergem com o nosso entendimento sobre a forma como *gente* era utilizado pelas mulheres organizadas ou por Dom Francisco. Sendo estes, “atores e atrizes sociais” (GONH, 1997), ou “novos sujeitos políticos” (SADER, 1988), sobre o qual nos debruçamos na análise e escrita desta dissertação. Com tudo isso, concluímos que o termo *gente* foi a forma que essas mulheres encontraram traduziram sua dignidade e, conseqüentemente, cidadania.

Fica em aberto os questionamento: as mulheres rurais como novos sujeitos políticos que emergiram nesse contexto, constituíram-se como feministas? Ou ainda, o Benvirá se afirmava como organização Feminista? Tais questões me saltaram os olhos ao encontrar em meio à documentação pesquisada, a palavra feminismo em alguns contextos: 1) sendo tema de encontros de reflexão e formação da equipe; 2) Relatório de participação no 9º Encontro Feminista em 1987. Além disso, as práticas, estratégias e temas que compunham a agenda de atuação do Benvirá nos parecem não limitadas à visão naturalizada do ser mulher, já que elas partem da afirmação e reivindicação de sua humanidade.

Finalmente e, à medida que essa discussão carece de maior aprofundamento, que outras pesquisadoras e pesquisadores tenham ânimo de viajar nessa empreitada do movimento de mulheres no sertão, quiçá feministas rurais, feministas sertanejas, feministas do semiárido, enfim, feministas.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- ACIOLY, Augusto César; FERREIRA, Daniel; JUNIOR, Nill. **No coração do povo: A história da Rádio Pajeú, a pioneira do Sertão pernambucano**. Apoio da Associação das Empresas de Rádio e Televisão de Pernambuco. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2011.
- ACO, Ação Católica Operária. **História da ACO: fidelidade e compromisso na classe operária**. Comissão Nacional de Publicações da ACO: Rio de Janeiro, 1987.
- ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma história única. **Palestra proferida no TED Taks em 2009**. 18min43. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em 23 de agosto de 2019.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALCÂNTARA, Maria Evani dos Santos. 54 anos. **Entrevista concedida na residência de seu Pai em Afogados da Ingazeira-PE em 26 de julho de 2017**. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem virá que está em fase de finalização.
- ALMEIDA, Samara Maria de. **Poéticas da resistência: Um estudo sobre “agência” e “poder” nas práticas de diretoras de cinema de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- ANDRADE, Thais de Lourdes Correia de. A propriedade da terra no sertão do Alto Pajeú. In: SUDENE e FUNDAJ. **Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste**. Recife: v. 4, nº 2/3 p. 99-277. maio/dez. 1985.
- ARAÚJO, Lourdes Luna. 75 anos. **Entrevista I concedida à autora em 06 de novembro de 2016. Sede do GMM no bairro de Nova Descoberta e residência do mesmo em Casa Amarela, ambos em Recife-PE gravação audiovisual**. Entrevista II concedida à autora em 01 de agosto de 2017. Residência da entrevistada em Casa Amarela - Recife - PE. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem virá que está em fase de finalização.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BARROSO. Carmem. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Edição conjunta UNICEF e Brasiliense, 1982.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. Tradução Sérgio Millit, -3ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira [1949] 2016.
- BETO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BEZERRA, Maria Aparecida (Cidinha). 60 anos. **Entrevista concedida em sua residência em Afogados da Ingazeira-PE em 24 de julho de 2017**. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem virá que está em fase de finalização.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco 01/10/2011**. Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Seropédica. Biblioteca Depositária: Centro de Documentação Ivan Otero Ribeiro, 2011.

BRANCO, Adélia de Melo. **Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2000.

BRANCO, Telma Castello. Uma visível diferença: Introdução. In: AAMOT, Daniel; BRANCO, Telma Castello; PORTELA, Ismael; PORTELLA, Taciana; SUASSUNA, Dantas. **Viúvas da Seca**. Recife-PE: Edições Rebento - Taciana Portella Produções, 1999.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre política institucional e a participação popular**. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de São Paulo, 2011.

BRASIL. **Emendas Populares v.01 e 02**. Assembleia Nacional Constituinte de Sistematização. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Estudos Legislativos. Seção de Documentação Parlamentar. Brasília, 1987.

BRASIL. **Perfil Territorial Sertão do Pajeú-PE**. Elaboração: CGMA, mai/2015. Secretária de Desenvolvimento Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_082_Sert%C3%83%C2%A3o%20do%20Paje%C3%83%C2%BA%20-%20PE.pdf. Acesso em 02 de abril de 2021.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BUTTO ZARZAR, Andrea Lorena. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro Pão ou Aço**. v. 1 e 2. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, 2017.

CECHINEL, Narciso. **Entrevista I concedida à autora em 06 de novembro de 2016. Sede do GMM no bairro de Nova Descoberta e residência do mesmo em Casa Amarela,**

ambos em Recife - PE gravação audiovisual. Entrevista II concedida à autora em 01 de agosto de 2017. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem virá que está em fase de finalização.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 21.

CONSTITUINTE 1987-1988. **Realização Tempus filmes.** Depoimentos: Fernando Henrique, Luiz Inácio Lula da Silva, Nelson Jobim, etc. Direção e roteiro: Cleonildo Cruz. Brasil: Carta Capital. 2012. (52min), son., color. Youtube:<https://www.youtube.com/watch?v=5K2DewyvJHg&feature=youtu.be>. Acesso em 06 de novembro de 2018.

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. **Além das secas e das chuvas:** os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de estudos Pós Graduated em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

_____. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. NEAD Debate 10. Recife: Editora Universitária UFPE, MDA, 2006.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. A luta das mulheres pelos direitos e pela posse de terra. In: **O Empoderamento da Mulher:** Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. trad. Letícia Vasconcelos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Geherong. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175, jan. 2004. ISSN 1806-9584

DIOCESE DE AFOGADOS DA INGAZEIRA. **Memórias Fecundas:** A Dom Francisco A. de Mesquita Filho, 2º bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, no 50º aniversário de sua Ordenação Episcopal. Editoração: Egídio Bisol. Impressão: Gráfica Asa Branca. Afogados da Ingazeira-PE, 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero:** o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2009.

EMICIDA. **AmarElo.** In: AmarElo. Sample: "Sujeito de Sorte" de Belchior (Fonograma gentilmente cedido por Universal Music International e autoral gentilmente cedido por Fortaleza Editora Musical/Corisco). Gravadora: Laboratório Fantasma. 2019.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no Sertão Nordeste. In DEL PRIORE, Mary <org.> **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: Sempre Viva Organização Feminista-SOF. FARIAS, Nalu (org.) e

POULIN, Richard. **Desafios do Livre Mercado para o Feminismo**. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. São Paulo, 2005. p. 11-39.

FEITOSA, André Fonseca. O Documentário enquanto Fonte Histórica: possibilidades e problemáticas. **XXVII Simpósio Nacional de História**. ANPUH - BR: Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371307904_AROUIVO_ARTIGOANPUHDocumentariocomofontehistorica2013.pdf. Acesso em 21 de agosto de 2019.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo), 1986.

FILHO, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita. **Crônica 1983-1988**. Cúria Diocesana de Afogados da Ingazeira.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Sara da Silva. **Nos Labirintos da participação: um estudo de caso de uma ONG do campo democrático participativo**. 01/10/2009 136 f. Mestrado em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo Biblioteca Depositária: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

FURTADO, Celso. **Perspectiva da economia brasileira**. Rio de Janeiro. ISEB, 1957.

GOMES, Ângela de Castro. História, memória e temporalidade. **Palestra proferida no Simpósio Nacional de História em 2015**. 33min22. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=oRmBI9g6Z_Y. Acesso em 04 de setembro de 2019.

GONÇALVES, Maria de Lourdes. 69 anos. **Entrevista concedida à autora em 02 de julho 2019, em sua residência no bairro COHAB em Ingazeira - PE**. Captação em gravador de áudio do smartphone da entrevistadora.

GRUPO BENVIRÁ. O que a mulher espera da Nova Constituinte?. 1987. Resumo da **Palestra** proferida em 08 de março de 1987. Afogados da Ingazeira - PE. Disponível para consulta no arquivo do espaço Benvirá em Afogados da Ingazeira.

_____. **Relatório anual 1986**. Afogados da Ingazeira - PE. Disponível para consulta no arquivo do espaço Benvirá em Afogados da Ingazeira.

_____. **Relatório anual 1987**. Afogados da Ingazeira - PE. Disponível para consulta no arquivo do espaço Benvirá em Afogados da Ingazeira.

GRUPO MULHER MARAVILHA. Projeto Redes Advocacy – Fórum de Mulheres do Pajeú. **Resgate histórico da organização e luta das Mulheres do sertão do Pajeú e do Moxotó/PE – E a situação atual da Violência de Gênero**. Arquivo do Grupo Mulher Maravilha em sua filial no Espaço Benvirá. Afogados da Ingazeira, 2009-2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. As injunções do tempo presente no relato histórico. Experimentar a contemporaneidade. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto e SILVA FILHO,

Antônio Luz Macêdo e (org.). **História e historiografia: perspectivas e abordagens**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-colonialidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KINZO, Maria D'Alva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, 15(4) São Paulo, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar e SOUZA, Amaury de. A feitura da nova Constituição: um reexame da cultura política brasileira. LAMOUNIER, Bolivar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo-SP: Sumaré. 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5º ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. Dossiê Gênero na história das ciências. **Cadernos Pagu**. Unicamp, n. 15, p. 15-38, 2000.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.

MARQUES, Silmara Ferreira. **A gênese do Sindicalismo do Polo Pajeú Protagonismo de Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho**. Trabalho de Conclusão de Especialização em Fé e Política – CEFEP- pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO. 2011. Contato da autora: silmara.fmhc@gmail.com.

_____. **A simbiose entre fé e política no sertão do Pajeú: a diocese de Afogados da Ingazeira na construção do sindicalismo rural**. Monografia (Graduação). Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira-AEDAI. Faculdade de Formação de Professores de Afogados Da Ingazeira-FAFOPAI. Departamento de Graduação e Pós-Graduação em História. Afogados da Ingazeira-PE, 2015. Contato da autora: silmara.fmhc@gmail.com.

MATOS, Marcos Paulo Santa Rosa. **Famílias desagregadas sobre a Terra Ressequida: Indústria da Seca e Deslocamentos Familiares no Nordeste do Brasil**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276040516_Familias_desagregadas_sobre_a_terra_r_essequida_Industria_da_seca_e_deslocamentos_familiares_no_Nordesde_do_Brasil. Acesso em 01 de abril de 2020.

MATOS, Mariana de. **Fundamentos**. Poesia Multimídia. Exposição Sertão doce. Museu da Arte Contemporânea. São Paulo-SP. 2019.

MELO, Emilly Honorato de. **Mulheres de/com Emergências: Memórias e Narrativas de Mulheres nas Frentes de Emergência de Afogados da Ingazeira de 1980 a 1985**. Monografia (Graduação). Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira-AEDAI Faculdade do Sertão do Pajeú-FASP. Departamento de Graduação e Pós-Graduação em História. Afogados da Ingazeira-PE, 2019. Contato da autora: emelly.facundes@hotmail.com.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Quitéria da Silva Melo. 73 anos. **Entrevista concedida em sua residência em Afogados da Ingazeira-PE em 27 de julho de 2017**. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem Virá que está em fase de finalização.

NEVES, Frederico de Castro. Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres? Trajetos - **Revista de História da UFC**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28605>. Acesso em 13 de julho de 2020.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papyrus, 2005 (Campo Imagético).

NOGUEIRA, André Magalhães. Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituinte-de-1987-88>. Acesso em 17 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Maria Feitosa de. 62 anos. **Entrevista concedida em sua residência em Afogados da Ingazeira-PE em 05 de julho de 2017**. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem virá que está em fase de finalização.

OLIVEIRA, Rosilda Bezerra. 58 anos. **Entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2019, no Espaço Benvirá, localizado na Travessa Francisco Guimarães-115, centro, Afogados da Ingazeira-PE**. Captação em gravador de áudio do smartphone da entrevistadora.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

PERROT, Michelle. **(Minha) História das Mulheres**. São Paulo, editora Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.[1988] 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo - Coleção História do Povo Brasileiro, 2003.

POMPONET, André Silva. **100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas**. Artigo, C&P. Salvador, 2009.

PORTELLA, Taciana. As viúvas da Seca existem? In: AAMOT, Daniel; BRANCO, Telma Castello; PORTELA, Ismael; PORTELLA, Taciana; SUASSUNA, Dantas. **Viúvas da Seca**. Recife-PE: Edições Rebento - Taciana Portella Produções, 1999.

QUEIROZ SILVA, Uilma Máira. **A esperança que o Benvirá:** História dos movimentos contra as desigualdades Sociais e de Gênero no Sertão do Pajeú – 1979 a 1983. Monografia (Especialização). Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira-AEDAI Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira-FAFOPAI atual Faculdade do Sertão do Pajeú-FASP. Departamento de Graduação e Pós-Graduação em História. Afogados da Ingazeira-PE, 2014.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se:** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Paz e Terra: 2º ed., São Paulo-SP, 1988.

SANTANA, Genildo. **Nas águas do Pajeú.** Afogados da Ingazeira: ED. ASA BRANCA, 2013. p. 31-32.

SANTOS, Ana Cristina Nobre dos. **Movimento Feminista:** uma desconstrução da visão inferior da Mulher tendo como enfoque o contexto rural e as contribuições do Fórum de Mulheres do Pajeú-PE. Monografia (Graduação). Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira-AEDAI. Faculdade de Formação de Professores de Afogados Da Ingazeira-FAFOPAI. Departamento de Graduação e Pós-Graduação em História. Afogados da Ingazeira-PE, 2010. Contato da autora: anacristinata@yahoo.com.br.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Para ampliar o Cânone Democrático (Introdução). In: **Democratizar a Democracia:** os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, José Javas Feitosa. **Memórias Secas:** Relatos sobre a estiagem na região do Pajeú pernambucano (1970-1985). Monografia (Especialização). Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira-AEDAI. Faculdade de Formação de Professores de Afogados Da Ingazeira-FAFOPAI. Departamento de Graduação e Pós-Graduação em História. Afogados da Ingazeira-PE, 2015. Contato do autor: zejavas91@gmail.com

SANTOS, Maria das Dores. 63 anos. **Entrevista concedida à autora em 02 de julho 2019, em sua residência no Bairro Izídio Leite, Afogados da Ingazeira - PE.** Captação em gravador de áudio do smartphone da entrevistadora.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio/agosto. 2004.

SCOTT, James C. Formas de resistência camponesa. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, PB: Centro de Humanidades / UFCG. v. 21, n. 1, jan. /jun. 2002. p. 10-31.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott - Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Cristiani Bereta da; PAULILO, Maria Ignez. História oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. **História Oral**, v.11, n.1-2, p.43-60, jan-dez, 2008.

SILVA, Kalina Vandelei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: CEPE, 2010.

SILVA, Maria Aparecida da. 47 anos. **Entrevista concedida em sua residência em Afogados da Ingazeira-PE em 16 de julho de 2017**. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem virá que está em fase de finalização.

SILVA, Rosilda Soares da (Zilda). 58 anos. **Entrevista concedida a no sítio Escada em Afogados da Ingazeira-PE em 27 de julho de 2017**. Gravação audiovisual nas ocasiões da captação de material para o documentário O Bem Virá que está em fase de finalização.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Ed.EDUSC: São Paulo, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (org.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Rev. Bras. Hist. [online]**. 2007, vol.27, n.54, pp.281-300. ISSN 0102-0188. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. Movimentos sociais de mulheres. Igualdade e Diferença. In: **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. Ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TARLAU, Rebecca. **Mobilization during Dictatorship: The role of outside actors in the mobilization of labor and community in Brazil**. Undergraduate thesis in Sociology at the University of Michigan. Michigan – EUA, 2008.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.12, n1-2, jan.-dez. 2009. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidade em construção:** as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas - SP, 2000.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100006/8896>>. Acesso em: 20 maio 2018.

VERSIANI, M. H. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, no 60, p. 233-252 – 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200013. Acesso em 25 de abril de 2017, às 16:56.